



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES - ESPECIALIDADE DE SEGURANÇA (GNR)

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**RENTABILIZAÇÃO OPERACIONAL DOS MEIOS
EQUESTRES NA GNR**

AUTOR: Aspirante GNR/Cavalaria Pedro Miguel Marques Videira

ORIENTADOR: Major GNR/Cavalaria Carlos Manuel Santos

Henriques de Almeida

Lisboa, Julho de 2011



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES - ESPECIALIDADE DE SEGURANÇA (GNR)

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**RENTABILIZAÇÃO OPERACIONAL DOS MEIOS
EQUESTRES NA GNR**

AUTOR: Aspirante GNR/Cavalaria Pedro Miguel Marques Videira

ORIENTADOR: Major GNR/Cavalaria Carlos Manuel Santos

Henriques de Almeida

Lisboa, Julho de 2011

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, António e Zélia.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto do contributo de várias pessoas que inerentes ou não à instituição da Guarda Nacional Republicana, sempre se disponibilizaram para me ajudar. Como tal esta página destina-se essencialmente, a prestar uma pequena homenagem de apreço e reconhecimento a todos aqueles cujo contributo, directo ou indirecto em muito me auxiliaram, aquando da realização deste Trabalho de Investigação Aplicada.

Não querendo menosprezar ninguém que pelo esquecimento e/ou referência aqui não apareça, quero expressar o meu sincero agradecimento:

Ao meu orientador, Major de Cavalaria Carlos de Almeida, pela camaradagem e constante disponibilidade, e pelo incansável apoio e ajuda com que se pautou durante toda a etapa de realização deste trabalho, em detrimento, por vezes, do seu tempo livre, tendo demonstrado ser um farol nas alturas mais sombrias.

A todos os oficiais da USHE, pela constante orientação e contributo que prestaram, não esquecendo os restantes militares que servem nesta Unidade, em especial à SOIRP, que me abriram muitas portas e mostraram caminhos por onde poderia encontrar saída.

A todos os comandantes de destacamento que muito voluntariosamente responderam ao questionário, bem como aos Oficiais que responderam às entrevistas.

À Professora Fernanda Anjo pelo auxílio na minuciosa revisão do trabalho e constantes conselhos para o aprimorar do mesmo.

Aos meus Pais, alicerce principal, tanto na minha formação pessoal, como no meu percurso académico, que em todas as vicissitudes da vida se debateram incessantemente contra todos os obstáculos e barreiras, sacrificando-se em prol das minhas necessidades, tendo em vista, tanto quanto possível, proporcionar-me uma formação completa e preenchida.

A todas as pessoas que, por partilharem da minha esfera pessoal, contribuíram para que durante este percurso académico não me desviasse nem perdesse a fé nos objectivos por mim preconizados.

Ao XVI curso de oficiais da GNR que nos últimos cinco anos me têm marcado e sem os quais não seria o que sou hoje.

A todos, o meu mais sentido e profundo Obrigado.

RESUMO

A crise económica mundial é transversal a todos os organismos, obrigando a adopção de uma estratégia séria de eficácia e de rigor, delimitado por uma forte preocupação ao nível do controlo orçamental. Neste quadro de exiguidade de recursos, todos os meios são importantes, devendo por isso ser geridos e administrados da forma mais eficiente possível.

Neste trabalho pretende-se estudar quais os possíveis factores que actualmente estarão a condicionar um incremento no desempenho e rentabilização dos meios equestres, de que a Guarda Nacional Republicana dispõe.

O trabalho divide-se em duas partes fundamentais; a primeira abordagem é de cariz teórico, resultante da análise documental. A segunda aborda a metodologia prática, análise e discussão de resultados, culminando com a apresentação de conclusões e recomendações.

Neste contexto, surge o presente estudo partindo da questão central: **quais os factores que poderão contribuir para uma maior rentabilização dos solípedes na GNR?**

Os objectivos definidos para este trabalho pretendem verificar as hipóteses formuladas a partir das questões de investigação levantadas, de forma a responder à questão central.

A metodologia da parte teórica baseia-se essencialmente na análise bibliográfica e numa abordagem à legislação em vigor. A parte prática é constituída por entrevistas semi-directivas, dirigidas a um conjunto de oficiais, escolhidos pelo seu conhecimento profissional, bem como a realização de questionários a comandantes de Destacamentos territoriais que dispõem da valência equestre.

Conclui-se que o cavalo constitui um importante recurso na estrutura da GNR, ao qual estão atribuídas importantes e variadas missões. A implantação do dispositivo Territorial não lhe permite ter as condições ideais para um cabal aproveitamento, contudo, foram identificados outros factores que de momento limitam a rentabilização do recurso equestre.

PALAVRAS-CHAVE: GUARDA NACIONAL REPUBLICANA; SOLÍPEDES; DISPOSITIVO TERRITORIAL; RENTABILIZAÇÃO; CAVALARIA.

ABSTRACT

The global economic crisis cuts across all agencies, forcing the adoption of a serious strategy of efficiency and accuracy, defined by a strong concern at the level of budgetary control. In this context of scarcity of resources, all means are important and should therefore be managed and administered as efficiently as possible.

In this work we intend to study the possible factors which are now to condition an increase in performance and profitability of equestrian facilities of the Republican National Guard.

The work is divided into two fundamental parts: the first approach is theoretical in nature, resulting from documentary analysis. The second addresses the practical methodology, analysis and discussion of results, culminating in the presentation of conclusions and recommendations.

In this context, the present study starts from the central question: what factors may contribute to a better use of horses in the GNR?

The objectives set for this work intend to verify the hypotheses formulated from the research questions raised in order to answer the central question.

The methodology of the theoretical part is mainly based on literature review and a study of current legislation. The practical part consists of semi-directive, addressed to a group of officers, chosen for their professional knowledge as well as carrying out questionnaires to the territorial detachment commander who has equestrian responsibility.

We conclude that the horse is an important feature in the structure of the GNR, which are important and assigned to various missions. The current location of equestrian resources does not allow for full profitability, however, other factors have been identified that currently limit the profitability of equestrian use.

KEY WORDS: REPUBLICAN NATIONAL GUARD (GNR); HORSES; TERRITORIAL ARTICULATION; PROFITABILITY; CAVALRY

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
ÍNDICE GERAL	v
ÍNDICE DE FIGURAS	x
ÍNDICE GRÁFICOS	xi
ÍNDICE DE QUADROS	xii
ÍNDICE DE TABELAS	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xiv
CAPÍTULO 1	1
INTRODUÇÃO	1
1.1. FINALIDADE	1
1.2. ENQUADRAMENTO	1
1.3. ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	2
1.4. PERGUNTA DE PARTIDA	2
1.4.1. Questões De Investigação	2
1.5. OBJECTIVOS E HIPÓTESES	3
1.6. METODOLOGIA UTILIZADA	4
1.6.1. Modelo Metodológico Da Investigação	5
1.7. SÍNTESE DOS CAPÍTULOS	5
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	6
CAPÍTULO 2	6

O CAVALO ENQUANTO MEIO DE PROSSECUÇÃO da ORDEM E TRANQUILIDADE PÚBLICA	6
2.1. INTRODUÇÃO	6
2.2. AO NÍVEL HISTÓRICO.....	6
2.3. AO NÍVEL POLÍTICO-JURÍDICO	7
2.3.1. Lei De Segurança Interna - Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto	7
2.3.2. Lei N.º 63/2007, De 6 De Novembro	8
2.3.3. Portaria 1450 De 16 De Dezembro De 2008.....	8
2.4. USHE	9
2.4.1. Despacho N.º59/09-OG	9
2.4.2. Uniformização e Padronização	9
2.4.3. Formação	10
2.4.4. Missão.....	10
2.4.5. Os efectivos	11
2.4.6. Custos	11
2.5. DISPOSITIVO TERRITORIAL	11
2.5.1. Recursos Humanos	12
2.5.2. Efectivo Animal	12
2.5.3. Meios De Projecção	13
2.6. O PATRULHAMENTO A CAVALO.....	14
2.7. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO	16
PARTE II – TRABALHO DE CAMPO	17
CAPÍTULO 3	17
METODOLOGIA DA PARTE PRÁTICA.....	17
3.1. INTRODUÇÃO	17
3.2. O PLANO DE INVESTIGAÇÃO.....	17
3.3. OBSERVAÇÃO DIRECTA	18
3.4. ENTREVISTAS	18

3.5.	IMPLEMENTAÇÃO DOS INQUÉRITOS	19
3.6.	MEIOS UTILIZADOS	20
3.7.	CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO	20
CAPÍTULO 4		21
ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....		21
4.1.	INTRODUÇÃO	21
4.2.	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	21
4.2.1.	Análise Quantitativa À Questão Nº1	21
4.2.2.	Análise Quantitativa À Questão Nº2	22
4.2.3.	Análise Quantitativa À Questão Nº 3.....	23
4.2.4.	Análise Quantitativa À Questão Nº 4.....	24
4.2.5.	Análise Quantitativa À Questão Nº5	25
4.2.6.	Análise Quantitativa À Questão Nº6	26
4.2.7.	Análise Quantitativa À Questão Nº7	27
4.2.8.	Análise Quantitativa À Questão Nº8	27
4.2.9.	Análise Quantitativa À Questão Nº9	29
4.2.10.	Análise quantitativa À Questão Nº10	30
4.2.11.	Análise quantitativa À Questão Nº11	30
4.3.	CONCLUSÃO DAS ENTREVISTAS	31
4.4.	ANÁLISE DOS INQUÉRITOS	31
4.4.1.	Caracterização Sócio-Gráfica Dos Inquiridos	32
4.4.2.	Caracterização das Esquadras	32
4.4.3.	Análise Do Espectro Dos Militares	34
4.4.4.	Análise Da Questão Nº12	35
4.4.5.	Análise Da Questão Nº13	37
4.5.	CONCLUSÃO DOS INQUÉRITOS.....	40
4.6.	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	40
4.7.	CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	41

CAPITULO 5	42
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	42
5.1. INTRODUÇÃO	42
5.2. VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES FORMULADAS	42
5.3. REFLEXÕES FINAIS	44
5.4. RECOMENDAÇÕES	45
5.5. LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO.....	46
5.6. INVESTIGAÇÕES FUTURAS.....	46
5.7. FECHO.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48
APÊNDICES	51
APÊNDICE A - A GÉNESE DA VALÊNCIA EQUESTRE NOS CORPOS DE POLÍCIA	52
APÊNDICE B - ENTREVISTAS.....	62
APÊNDICE C - ANÁLISE DE CONTEÚDO ÀS QUESTÕES DA ENTREVISTA	85
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIOS.....	96
APÊNDICE E - ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS	102
ANEXOS	108
ANEXO A - DESPACHO Nº 59/09-OG	109
ANEXO B - EFECTIVO DA USHE	114
ANEXO C - CUSTO APROXIMADO DE UM SOLÍPEDE POR DIA	115
ANEXO D - RESUMO DOS EFECTIVOS EQUINOS DA GNR.....	116
ANEXO E - DECRETO CRIADOR DA GRP DE LISBOA, DE PÉ E DE CAVALO	117
ANEXO F - SUBORDINAÇÃO DA GRP DE LISBOA - DECRETO DE 1801	119
ANEXO G - COMPOSIÇÃO, ARTICULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA GRP	120
ANEXO H - CONSTITUIÇÃO DA GML.....	122
ANEXO I - CONSTITUIÇÃO DA GMP	123
ANEXO J - DECRETO DE 12 DE OUTUBRO DE 1910.....	124
ANEXO K - LEI ORGÂNICA DE 3 DE MAIO DE 1911	125
ANEXO L - RELAÇÃO DOS EFECTIVOS DE HOMENS E CAVALOS EM 1911 E 1919.....	126

ANEXO M - COMPOSIÇÃO E ARTICULAÇÃO DO RC EM 1922	127
ANEXO N - ARTICULAÇÃO DO RC ANTES DA REESTRUTURAÇÃO	130

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1.1: MODELO METODOLÓGICO UTILIZADO	5
---	---

ÍNDICE GRÁFICOS

GRÁFICO 4.1: ESCALÕES ETÁRIOS	32
GRÁFICO 4.2:POSTO	32
GRÁFICO 4.3: SOLÍPEDES	33
GRÁFICO 4.4: VIATURA DE TRANSPORTE DE SOLÍPEDES	33
GRÁFICO 4.5: ACTIVIDADES EM QUE SE USAM OS SOLÍPEDES	34
GRÁFICO 4.6: IDADE DOS MILITARES DE CAVALARIA.....	34
GRÁFICO 4.7: CONCORDÂNCIA COM AS AFIRMAÇÕES.....	37
GRÁFICO 4.8: FACTORES QUE CONDICIONAM A RENTABILIZAÇÃO	39

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 2.1: DISTRIBUIÇÃO DOS SOLÍPEDES	13
QUADRO 2.2: MEIOS AUTO DISPONÍVEIS.....	14
QUADRO 3.1: CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DOS ENTREVISTADOS.....	19
QUADRO 4.1: ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO Nº1.	22
QUADRO 4.2: ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO Nº2.	23
QUADRO 4.3: ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO Nº3.	23
QUADRO 4.4: ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO Nº4.	24
QUADRO 4.5: ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO Nº5.	25
QUADRO 4.6: ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO Nº6.	26
QUADRO 4.7: ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO Nº7.	27
QUADRO 4.8: ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO Nº8.	28
QUADRO 4.9: ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO Nº9.	29
QUADRO 4.10: ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO Nº10.	30
QUADRO 4.11: ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO Nº11.	30

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 4.1: IDADE DOS SOLÍPEDES.....	33
TABELA 4.2: PATRULHAS SEMANAIS E KM SEMANAIS PERCORRIDOS	33
TABELA 4.3: RELAÇÃO DO SERVIÇO EFECTUADO PELOS MILITARES DE CAVALARIA <40 ANOS	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM:	Academia Militar
Art.º:	Artigo
CEC:	Curso Específico de Cavalaria
CEDS:	Centro de Desbaste de Solípedes
CO:	Comando Operacional
ed.:	Edição
EP:	Esquadrão Presidencial
FFSS:	Forças e Serviços de Segurança
GCG:	General Comandante Geral
GHE:	Grupo de Honras de Estado
GM:	Guarda Municipal
GML:	Guarda Municipal de Lisboa
GMP:	Guarda Municipal do Porto
GNR:	Guarda Nacional Republicana
GR:	Guarda Republicana
GRP:	Guarda Real de Polícia
LOGNR:	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
LSI:	Lei de Segurança Interna
nº:	número
NEP	Norma de Execução Permanente
OG:	Ordem à Guarda
p.	Páginas
PSP:	Polícia de Segurança Pública
RC:	Regimento de Cavalaria

RMOP: Restabelecimento e Manutenção de Ordem Pública

RCHM: Regulamento de Continências e Honras Militares

s.l.: sem local

TIA: Trabalho de Investigação Aplicada

TS2: Viatura de transporte de dois Solípedes

UI: Unidade de Intervenção

USHE: Unidade de Segurança e Honras de Estado

“É ao cavaleiro, e sempre ao cavaleiro, nunca ao cavalo, que se deve imputar a culpa de uma má execução.”

François Baucher

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.1. FINALIDADE

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) surge no âmbito da estrutura curricular dos cursos ministrados na Academia Militar. Com a implementação do Processo de Bolonha este constitui-se como requisito obrigatório para a conclusão do Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança.

Este trabalho tem como objectivo a aplicação do Método Científico, através do emprego das competências e capacidades adquiridas ao longo do supra citado processo de formação. Apesar da componente avaliativa que este trabalho possui, a investigação que obrigatoriamente tem de ser realizada, aproxima os alunos da instituição através da qual escolheram servir Portugal.

1.2. ENQUADRAMENTO

Desde os primórdios da Guarda Real de Polícia¹ que a utilização do Cavalo é uma das pedras basilares no desempenho das diversas missões atribuídas aos Corpos de Polícia em Portugal, tendo esta valência assumido um papel de destaque no que concerne à sua utilidade e eficácia no patrulhamento de proximidade, funcionando em ultima ração como meio de garante da segurança, ordem e tranquilidade pública.

Sendo a Segurança e Ordem Pública uma temática fulcral num Estado soberano como é Portugal, e estando perante uma situação em que é necessário unir esforços e recursos do ponto de vista administrativo-logístico, surge a oportunidade de tomar como objecto de estudo a rentabilização operacional dos meios equinos existentes nas fileiras da GNR, de forma a contribuir para tornar a instituição o mais eficiente possível e assim continuar a cumprir a missão da GNR, zelando *Pela Lei e Pela Grei*.

¹ Fundada em 1801, considerada verdadeira antecessora da Guarda Nacional Republicana.

1.3. ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

O tema do presente trabalho incide sobre “**A Rentabilização Operacional dos meios Equestres na Guarda Nacional Republicana**”, como tal cinge-se a abordar as idiossincrasias do patrulhamento a cavalo, de forma a aferir se este está adaptado à realidade actual ou se apresenta lacunas que não lhe permitam potenciar-se, não só enquanto meio de patrulhamento em prol da população, mas também como factor diferenciador entre as FFSS. De referir que a escolha do tema em questão se deve a diversos factores, entre eles, dois são merecedores de especial destaque:

Por um lado, a necessidade que o dispositivo territorial da GNR tem de ver reestruturada quer a forma de emprego, quer o âmbito de aplicação, quer na localização de empenhamento das patrulhas a cavalo. Esta necessidade advém das constantes mudanças nos meios em que estas se inserem e na transformação de zonas, outrora rurais, em pólos movimentados e citadinos. Sendo assim, escolheu-se este tema de forma a tentar colmatar essas possíveis lacunas e a melhorar emprego dos meios que embora escassos e circunscritos, constituem uma mais-valia para a instituição e para a sua missão.

Por outro lado, a existência da afinidade e devoção à arma de Cavalaria, e conseqüente preocupação e interesse em assuntos relacionados com a sua esfera envolvente. Designadamente a utilização dos cavalos no serviço territorial tem sido assunto que ultimamente tem vindo a suscitar algumas controvérsias, quer de âmbito económico, quer de âmbito operacional, relativamente ao seu emprego e desempenho.

1.4. PERGUNTA DE PARTIDA

Após a apresentação do tema e do respectivo deferimento por parte dos Comandos da GNR e da Academia Militar (AM), tornou-se inevitável a formulação de uma pergunta de partida, a qual despoletou o processo científico. Deste modo a questão central do trabalho será:

• “**Quais os factores que poderão contribuir para uma maior rentabilização dos solípedes na GNR?**”

1.4.1. QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Da questão central levantada no ponto anterior decorrem as seguintes **questões derivadas**:

- “A valência equestre apenas se justifica na vertente honorífica e de representação?”
- “Esta valência constitui uma mais-valia para a Guarda Nacional Republicana?”
- “Há factores que inviabilizam uma possível potencialização do meio equestre?”

- “A Formação/Treino e Reciclagem, quer dos solípedes, quer dos militares são peças fundamentais para um bom desempenho das patrulhas a cavalo?”
- “A viatura TS2² constituiria um factor potencializador do meio a cavalo no dispositivo territorial?”
- “Deveriam as esquadras a cavalo estar concentradas nos grandes centros Urbanos?”
- Os Recursos Humanos da Arma de Cavalaria poderiam ser melhor rentabilizados?

1.5. OBJECTIVOS E HIPÓTESES

Para a realização deste trabalho foram definidos objectivos, os quais serão as baias do caminho a seguir para a concretização e conclusão do mesmo.

Assim o **objectivo geral** deste trabalho será:

- Identificar quais os factores que poderão estar a condicionar um possível incremento, relativamente ao uso dos solípedes no dispositivo territorial, nomeadamente se estes são de ordem interna e institucional, ou resultaram da constante evolução social.

Para dar resposta ao objectivo geral, definiu-se um conjunto de objectivos específicos que, por um lado, visam o enquadramento do problema numa lógica de percepção do contexto e por outro, pretendem alcançar metas parcelares aumentando a amplitude e assegurando a coerência entre as partes do trabalho, tendo como foco a resolução do problema. Assim, são **objectivos específicos**:

- Identificar, de forma abreviada, o actual contexto normativo que dá forma à valência equestre;
- Caracterizar a Unidade de Segurança e Honras de Estado;
- Caracterizar o Dispositivo Territorial;
- Caracterizar o patrulhamento a cavalo, bem como todas as suas características;
- Percepcionar a actual realidade no que diz respeito às características e dificuldades do emprego do patrulhamento a cavalo no dispositivo territorial.

Face às questões de investigação resultantes e aos objectivos fixados, surgem as seguintes **hipóteses**:

H1: O patrulhamento a cavalo é de grande importância para a missão da GNR.

² Nomenclatura usada dentro da Instituição GNR para denominar uma viatura de transporte de dois solípedes.

H2: A Descentralização é essencial para o emprego eficiente dos solípedes no Dispositivo Territorial.

H3: Há falta de meios humanos nos postos, o que “sacrifica” o patrulhamento a cavalo.

H4: O patrulhamento a cavalo está uniformizado e padronizado.

H5: O dispositivo territorial é apoiado pela USHE nas questões técnicas, materiais, e de formação.

H6: O dispositivo animal está deficitário.

H7: Faltam meios de projecção para melhorar o emprego dos meios.

H8: A gestão dos militares da Arma de Cavalaria é eficiente.

1.6. METODOLOGIA UTILIZADA

Um trabalho de investigação aplicada evidencia-se por ter um carácter científico, sendo aplicadas técnicas e instrumentos de investigação específicas. Esses instrumentos estão referenciados em diversas publicações, tendo sido seguidas as linhas orientadoras no que respeita à metodologia, organização, redacção e trabalho de campo sugeridas pelo “*Guia Prático sobre Metodologia Científica para Elaboração Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertação de Mestrados e Trabalhos de Investigação Aplicada*” (Sarmiento, 2008), foram ainda seguidas as orientações de investigação do “*Manual de Investigação em Ciências Sociais*” (Quivy & Campenhoudt, 2008), as orientações para redacção de trabalhos científicos do manual “*Como Escrever Uma Tese, Monografia ou Livro Científico*” (Poupa, Pereira, 2009) bem como as normas específicas da Academia Militar (Academia Militar, 2008).

Deste modo, o presente trabalho encontra-se dividido em duas partes fulcrais. Na primeira parte faz-se uma abordagem normativa e teórica ao tema sobre o qual versa o trabalho, resultante da análise documental de diversa bibliografia e legislação. A segunda parte constitui-se como o trabalho prático desenvolvido, onde se pretende refutar ou validar as hipóteses levantadas.

Inicialmente procedeu-se à realização de entrevistas exploratórias a Oficiais da Guarda que desempenham funções de destaque na Unidade de Segurança e Honras de Estado. Estas entrevistas surgem como complemento à revisão literária, pois, segundo Quivy & Campenhoudt (2008) “[...], as entrevistas exploratórias contribuem para descobrir os aspectos a ter em conta e alargarem ou rectificarem o campo de investigação das leituras”, permitiu também economizar tempo de leitura na construção de hipóteses e proporcionam

ao investigador informação e conhecimentos, que a ele, por si só, não lhe ocorreriam. (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Na Parte Teórica, procedeu-se à análise documental de elementos normativos e doutrinários identificados e recolhidos mediante o trabalho de pesquisa efectuado na Biblioteca Nacional, bem como no Arquivo Histórico da GNR e na Biblioteca da Escola da Guarda. Esta análise focou-se nos normativos legais que delimitam a acção da GNR, nos vários diplomas criadores dos Corpos de Segurança e em bibliografia diversa, subordinada ao tema, estabelecendo um encadeamento cronológico, desde os primeiros Corpos de Polícia em Portugal até à GNR actual.

Na Parte Prática, o trabalho de Campo baseou-se na elaboração e realização de entrevistas semi-directivas a oficiais da GNR, que detêm responsabilidades específicas nesta área, e inquéritos por questionários, de modo a verificar as hipóteses formuladas e os conceitos teóricos expostos na Parte Teórica. Por fim, os resultados foram analisados e interpretados, de acordo com a metodologia que se encontra escalpelizada na segunda parte do presente trabalho, aquando da apresentação e caracterização do trabalho de campo.

1.6.1. MODELO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO

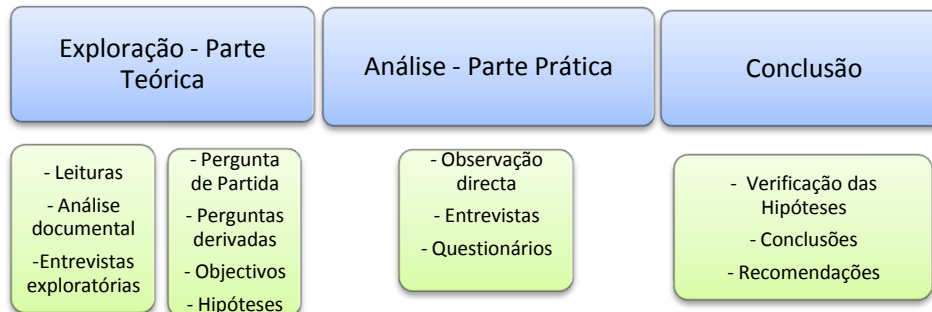


Figura 1.1: Modelo Metodológico utilizado

1.7. SÍNTESE DOS CAPÍTULOS

O presente TIA está dividido, para além deste capítulo de apresentação, em duas partes distintas: a Parte I onde se faz o enquadramento teórico e a Parte II que corresponde ao trabalho de campo.

A Parte I contempla o Capítulo 2 que faz um enquadramento legal da GNR e da respectiva valência equestre, bem como da sua situação actual.

Posteriormente apresenta-se a Parte II, que compreende os Capítulos 3, 4 e 5. No Capítulo 3 é apresentado o trabalho de campo realizado, seguidamente, o Capítulo 4 faz a análise e discussão dos resultados obtidos e, por fim, o Capítulo 6 apresenta as conclusões e recomendações.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 2

O CAVALO ENQUANTO MEIO DE PROSSECUÇÃO DA ORDEM E TRANQUILIDADE PÚBLICA

2.1. INTRODUÇÃO

Neste Capítulo pretende-se fazer um enquadramento da valência equestre na missão geral da GNR e, também, nas suas missões particulares. Far-se-á, ainda, uma análise da legislação que determina quais as funções e atribuições que esta valência tem a seu cargo.

A GNR, enquanto “aparelho do estado”, tem como missão fundamental garantir a segurança, contribuindo desta forma para o progresso e bem-estar. A sua actividade alicerça-se em Leis e Decretos que a legitimam e que lhe atribuem os seus desígnios e delimitações. A valência equestre contribui para a missão geral, tendo por isso missões específicas das quais detém o monopólio, uma vez que é a única força em Portugal com tais características.

2.2. AO NÍVEL HISTÓRICO

Ao analisar a história dos diversos Corpos de Polícia que antecederam a GNR³, podemos concluir que o cavalo, desde as origens até à GNR contemporânea, sempre foi um meio bastante utilizado pelas forças de cariz policial em Portugal à excepção dos Quadrilheiros, uma ferramenta indispensável no desempenho das funções policiais e um importante meio de auxílio na prossecução da paz e tranquilidade públicas.

Houve as normais flutuações do número de efectivos, quer de homens quer de solípedes, derivado da conjuntura política e/ou económica em que o país se encontrava. A existência desta valência está directamente relacionada com a actividade policial em Portugal, designadamente na vertente mais pura do chamado “policiamento de proximidade”, constante ao longo de mais de dois séculos.

³ Vide Apêndice A

Esta valência tem servido irrepreensivelmente a GNR e Portugal, contribuindo para atingir as metas preconizadas pela GNR, perfilando-se como uma mais-valia para o futuro, constituindo-se como um factor de diferenciador fundamental em relação às restantes Forças e Serviços de Segurança (FFSS).

2.3. AO NÍVEL POLÍTICO-JURÍDICO

Temos que “O Estado é, portanto, uma sociedade politicamente organizada, ou melhor, é a organização político-jurídica de uma sociedade disposta de órgãos próprios que exercem o poder sobre um determinado território” (Fernandes, 1991, Preâmbulo). Assim, num Estado moderno teremos “[...]uma sociedade integrada, que vive num determinado território e que obedece às regras de conduta definidas e impostas pelas autoridades políticas dotadas de um poder supremo e independente. Assenta na «teoria dos três elementos» (população, território e Aparelho do Poder), cuja reunião é imprescindível para a existência do Estado” (Fernandes, 1991, Preâmbulo).

2.3.1. LEI DE SEGURANÇA INTERNA - LEI N.º 53/2008, DE 29 DE AGOSTO

A Lei de Segurança interna (LSI) é o diploma legal que define as diversas entidades que concorrem para a segurança interna do país, bem como a sua composição, articulação e coordenação. Importa assim definir o conceito de Segurança Interna, o qual se encontra plasmado no n.º 1 do art.º 1º da LSI e é definido como: “1- [...] actividade do Estado para garantir a ordem, a segurança e tranquilidade Públicas [...]”.

No n.º 25 do diploma em causa vem referenciado quais as FFSS que detêm o ónus da segurança, vindo, logicamente, a GNR aí referida. Para o desenvolvimento desta abordagem à valência equestre, é de realçar que esta concorre para os fins preconizados pelo diploma e que vêm explanados no seu n.º “1”:

[...] garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.”

Da análise da LSI, e atendendo à temática deste trabalho, verificamos que a prevenção e a repressão, bem como a ordem e segurança, são factores basilares para a Segurança Interna. A GNR encontra neste diploma legal a legitimidade para, dentro das suas competências e atribuições, realizar as medidas necessárias para garantir a segurança e tranquilidade públicas.

2.3.2. LEI N.º 63/2007, DE 6 DE NOVEMBRO

Resultante da Lei que aprova a Orgânica da GNR (LOGNR), Lei n.º 63/2007, algumas mudanças surgiram no seio desta Instituição, essencialmente a nível estrutural dos vários órgãos e unidades que a compõem e designação dos mesmos.

Nesta nova orgânica, a valência equestre continua implícita, não só através das atribuições gerais em termos de segurança e prevenção da criminalidade em geral e da prática dos demais actos contrários à lei, bem como na prestação de Honras de Estado (Artº 3º da Lei nº 63/2007).

No seu art.º 43º, a LOGNR define em traços gerais a USHE, referindo que “A USHE é uma Unidade de representação responsável pela protecção e segurança às instalações dos órgãos de soberania e de outras entidades que lhe sejam confiadas e pela prestação de Honras de Estado.”

Embora não refira quer o Restabelecimento e Manutenção de Ordem Pública (RMOP), quer o patrulhamento a cavalo, estes foram abordados nos documentos que viriam a dar forma a esta Lei nº 63/2007.

2.3.3. PORTARIA 1450 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2008

Ao abrigo do disposto nas alíneas e), f) e g) do n.º 6 do artigo 53.º da Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro, sentiu-se a necessidade de desenvolver um diploma no qual fosse definida a organização interna das unidades territoriais, especializadas, de representação, intervenção e reserva (USHE), surgindo, assim, a Portaria 1450/2008, de 16 de Dezembro.

Conforme o preceituado no art.º 8º da Portaria 1450/2008 de 16 de Dezembro, a USHE divide-se em três subunidades operacionais, sendo elas o Esquadrão Presidencial (EP), o Grupo de Honras de Estado (GHE) e o Grupo de Segurança (GS). Integram ainda a USHE, a Charanga a Cavalo e a Banda e Fanfarras da Guarda. No nº 4 deste artigo, podemos ver que é também da competência da USHE dispor de “ [...] órgãos responsáveis pelo ensino e desbaste de solípedes e de apoio à formação específica de cavalaria”.

Esta portaria veio dar ênfase à formação dos militares e ensino dos solípedes, como uma das competências primordiais desta Unidade. Veio também determinar que esta tem de manter, em permanência, um esquadrão a cavalo para reforço à Unidade de Intervenção em situações de RMOP.

2.4. USHE

2.4.1. DESPACHO Nº59/09-OG

No seguimento da publicação da Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro e da Portaria 1450/2008 de 16 de Dezembro, foi publicado o Despacho nº 78/08-OG, de 22 de Dezembro de 2008, nos quais foram definidos as competências, a estrutura e o efectivo da Unidade de Segurança e Honras de Estado. No entanto, e de acordo com o preâmbulo do Despachos n.º 59/09-OG de 30 de Dezembro, houve a necessidade de se “proceder a alguns ajustamentos”, publicando-se este diploma legal que veio revogar o anterior.

2.4.2. UNIFORMIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO

A USHE, anteriormente Regimento de Cavalaria (RC), sempre foi a “casa mãe” da Cavalaria na GNR. Segundo a al. f) do nº 3 do Despacho n.º 59/09 OG⁴ esta deve “Garantir a remonta, o desbaste e o ensino de solípedes, a inspecção técnica e a uniformização de procedimentos de Unidades a cavalo e da equitação”, ou seja, por esta Unidade passam obrigatoriamente os militares que ingressam nos quadros de Cavalaria para frequentar o denominado Curso Específico de Cavalaria (CEC).

Os guardas que ingressam na Arma de Cavalaria têm de estar adstritos ao serviço da cavalaria por um período de apenas três anos, a contar desde o *terminus* do Curso de Formação de Guardas⁵ (Regras de colocação, 2009).

O método de recrutamento para a Arma de Cavalaria, por sua vez, leva a que alguns dos militares abracem uma especialização da qual pouco ou nada conhecem e para a qual não estão motivados. Isto, mais tarde, leva a que alguns destes elementos tentem uma recolocação ou outra especialização, fora da esfera dos serviços da Cavalaria.

Tal como os militares, os solípedes da instituição também passam, numa primeira fase pela USHE, começando no Centro de Ensino e Desbaste de Solípedes (CEDS) e, a *posteriori*, integrando as fileiras. Só depois alguns destes estão aptos a seguir para o dispositivo Territorial.

Assim sendo, os militares adquirem ferramentas e formas de trabalhar iguais e padronizadas, que vêm sendo ajustadas e aprimoradas ao longo dos anos desta centenária instituição. Os cavalos, por sua vez, também levam mecanismos de trabalho iguais, processo que também ele vem sendo aprimorado ao longo dos anos.

⁴ Vide Anexo A

⁵ N.º4º do artº 7º das regras de colocação de militares da Guarda e das Forças Armadas em comissão de serviço, aprovadas pelo Despacho do Exm.º Comandante-Geral de 12MAI09.

2.4.3. FORMAÇÃO

Como em todas as grandes organizações, os processos de mudança ocorrem com a formação dos seus recursos humanos, cimentando a perspectiva da qualificação e da especialização dos mesmos.

Segundo a al. g) do nº 3 do Despacho n.º 59/09 OG a USHE deve “Assegurar, sob supervisão do comando da doutrina e formação, a instrução específica de cavalaria”.

Com a reestruturação recente e a criação do Comando da Doutrina e Formação (CDF), a formação na GNR passa a caracterizar-se pelo conjunto de actividades pedagógicas, formativas e doutrinárias, que contemplam a aquisição e o incremento dos conhecimentos, habilitações técnico-profissionais e atitudes necessárias para o exercício da função e missão própria e ímpar do militar da GNR. (Regulamento do CEC, 2011, Preâmbulo)

Os cursos de cavalaria ministrados na USHE têm como objectivos gerais “[...] a aquisição de conhecimentos específicos e o desenvolvimento de capacidades e competências necessárias ao desempenho das funções inerentes à categoria de Guardas da Arma de Cavalaria.” (Regulamento do CEC para Guardas, 2011, artº 2º).

Segundo o regulamento do CEC (2011), o planeamento, organização e execução do CEC são da responsabilidade da USHE. O CDF, por seu lado, garante a “[...] monitorização e a supervisão do curso e das actividades formativas, por forma a garantir a qualidade global da formação.” (Regulamento do CEC para Guardas, 2011, artº 4º).

2.4.4. MISSÃO

Esta Unidade tem como função primária, a protecção e segurança das instalações dos órgãos de soberania e a prestação de Honras de Estado. Por vezes, o efectivo desta Unidade é posto em causa, em relação à sua necessidade e número, sediado num quartel, alegadamente sem uma missão “operacional” de destaque. Esta Unidade presta as Honras regulamentares aquando das visitas de Entidades nacionais e estrangeiras, civis e militares. Basta consultar o DL nº 331 de 28 de Agosto de 1980, que aprova o Regulamento de Continências e Honras Militares (RCHM), para encontrarmos explanado no seu Capítulo V, Quadro B, quem tem direito a que tipo de Guarda de Honra, em que condições e quais os efectivos. Um Chefe de Estado Estrangeiro que visite Portugal tem direito a uma Guarda de Honra de efectivo Regimento, e analisando a Norma de Execução Permanente (NEP) da USHE nº 3.06, concluí-se que a USHE empenha neste serviço honorífico, numa 1ª fase, um Esquadrão Moto para escoltar a entidade desde o Aeroporto, ou local de alojamento oficial, até ao local onde serão prestadas as Honras devidas, e numa 2ª fase, um Regimento a Cavalos para escoltar o Chefe de Estado visitante, até ao Palácio Nacional de Belém.

No que diz respeito à valência equestre desta Unidade, esta foca-se essencialmente na prestação de Honras de Estado, sendo os restantes modos de emprego (do cavalo) utilizações subsidiárias do meio. Exemplo disso são as acções RMOP e o patrulhamento a cavalo, que vêm de acordo com a al. h) do nº 3 do Despacho n.º 59/09 OG, que nos diz que a USHE deve “Realizar acções de natureza preventiva e efectuar o emprego operacional dos seus meios em reforço das Unidades.”

2.4.5. OS EFECTIVOS

Segundo o Anexo B ao Despacho N.º59/09-OG⁶, a USHE tem um quadro orgânico de referência que prevê 1 562 militares, sendo que actualmente tem 1 234, logo está a 79,0%⁷.

No que diz respeito a animais, a USHE tem actualmente 327⁸ solípedes pertencentes ao Esquadrão de Comando, 3º Esquadrão, 4º Esquadrão e CEDS. Estes classificam-se entre Montadas de Fileira, Montadas de Desporto, Montadas de Serviço, Montada de Desporto Particular e Solípedes de Propriedade do Militar.

2.4.6. CUSTOS

Foi recentemente aferido pela Direcção de Medicina Veterinária, a quantidade de palha e ração a ministrar aos solípedes. São ministrados 11 kg/dia de palha a todos os solípedes, dos quais 5 kg serão para alimentação e 6 kg para a cama. São ministrados às montadas de fileira 4 kg/dia de ração e 5 kg/dia de ração para as montadas de desporto e serviço⁹.

Foi feito um levantamento sumário pela Secção de Operações Informações e Relações Públicas, para o ano de 2010, de aproximadamente quanto poderá custar um cavalo diariamente à GNR, e ficou constatado que este valor se encontra entre os nove e os dez euros¹⁰.

2.5. DISPOSITIVO TERRITORIAL

Actualmente, as esquadras de cavalaria no território nacional, por norma, estão integradas num Posto denominado Misto¹¹. O efectivo das esquadras destina-se, essencialmente, ao

⁶ Vide Anexo A

⁷ Vide Anexo B

⁸ Vide anexo B

⁹ Email 151/11 – Divisão de Medicina Veterinária. Directiva substitui provisoriamente a NEP/GNR 4.9.05, de 26Ago2008, até esta ser actualizada e divulgada pela DRL/CARI.

¹⁰ Vide Anexo C

¹¹ Posto que para além das valências transversais a todos os postos, terá ainda a valência equestre.

patrulhamento a cavalo, uma vez que não têm a missão da prestação de Honras de Estado. É frequente ver este tipo de valência a desenvolver actividades de aproximação à sociedade, devido ao seu carácter “pouco coercivo” e de bastante afinidade com as pessoas, mais notório ainda nas crianças.

Pelo território nacional existe uma disposição das esquadras a cavalo que embora em funcionamento, poderá não ser a melhor disposição face à situação sócio-económica actual. O dispositivo a cavalo é constituído por forças de escalão Pelotão, adstritos aos Destacamentos de Intervenção dos Comandos Territoriais do Porto, Coimbra e Évora. Existem ainda 42 esquadras distribuídas pelos Comandos Territoriais de Aveiro, Beja, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Setúbal, Vila Real e Viseu. Destas, seis encontram-se desactivadas (CTAveiro – Gafanha da Nazaré, CTFaro – Silves e Tavira, CTSantarém – Chamusca e Coruche e CTSetúbal - Torrão). Por norma, uma esquadra tem um efectivo de 6 cavalos.

2.5.1. RECURSOS HUMANOS

Um levantamento levado a cabo pelo Centro de Formação Equestre, no ano de 2010, ao dispositivo territorial, aferiu um efectivo em Guardas de Cavalaria adstritos ao serviço a cavalo (patrulhamento) de 378, dos quais 39 estão afectos a esquadras desactivadas.

Até há bem pouco tempo vigorava a NEP/GNR-1.14 de 18 de Dezembro de 2002, que preconizava que os militares com mais de 40 anos pudessem ser recolocados noutra quadro, ou mesmo ficar afastados do serviço de cavalaria para prestarem outros quaisquer serviços. Contudo, com a entrada em vigor das normas de colocação de militares da Guarda e das Forças Armadas em comissão de serviço, de 12 Maio de 2009, é extinta esta ressalva, mantendo-se as ressalvas relativas aos excedentes dos quadros de cavalaria ou por questões médicas.

2.5.2. EFECTIVO ANIMAL

No mesmo levantamento levado a cabo pelo Centro de Formação Equestre no ano de 2010 ao dispositivo territorial, aferiu-se um efectivo animal colocado nas Unidades Territoriais de um total de 210 solípedes, distribuído da seguinte forma:

Quadro 2.1: Distribuição dos Solípedes

Unidade	Solípedes	Média de idade
CTAveiro	9	16
CTBeja	11	20
CTBragança	4	19
CTC Branco	3	20
CTCoimbra	16	14
CTÉvora	50	16
CTFaro	16	18
CTGuarda	10	18
CTLeiria	8	13
CTPortalegre	28	19
CTPorto	39	14
CTSantarém	2	19
CTSetúbal	10	19
CTViseu	2	19
CTVReal	8	14
Total	216	18

Fonte: Centro de Formação Equestre da USHE

Contudo à data de 28 de Junho de 2011 pelo programa de controlo de efectivos da GNR (AS400), este efectivo era de 196 solípedes¹².

Para além do número muito reduzido de solípedes de alguns Comandos Territoriais, o que suscita alguma preocupação *a priori*, a idade bastante avançada que o dispositivo animal em média apresenta, também não pode passar sem uma apreciação preocupada. Embora não exista uma referência que sirva de idade limite do empenhamento dos solípedes, está provado que um solípede com duas décadas de idade poderá já não apresentar a frescura e vivacidade por vezes requerida para o cumprimento dessa missão tão exigente, que é a da GNR.

2.5.3. MEIOS DE PROJEÇÃO

O cavalo por definição, tem facilidade de locomoção. Contudo, face à sua velocidade média de deslocação (a passo), que andarás entre os 6 km/h, não lhe permite cobrir grandes

¹² Vide Anexo D

distâncias no tempo de uma patrulha. Nem sempre as acções de patrulhamento a Cavalos se desenvolvem perto de uma infra-estrutura de apoio.

Neste contexto, é fácil perceber que sem o auxílio de um meio de transporte apropriado, estas acções de patrulhamento ficam limitadas a um raio de acção muito curto, impossibilitando este tipo de patrulhamento em locais onde é necessário.

Referindo ainda o levantamento levado a cabo pelo Centro de Formação Equestre, no ano de 2010, ao dispositivo territorial, temos que o dispositivo está dotado de meios auto ligeiros, médios e pesados que não extinguem totalmente as necessidades de projecção na sua plenitude.

Os meios existentes estão demonstrados no seguinte quadro:

Quadro 2.2: Meios auto disponíveis

UNIDADES	TOTAL DE ESQUADRAS ACTUAL	MEIOS AUTO						OBS.
		Roulote	TS 2	TS 6	TS 7	TS 8	TS 9/10	
CTAveiro	3	1	1					TS 2 INOP - Proposta para abate.
CTBeja	3		1					TS 2 INOP.
CTBragança	1	1						
CTC Branco	1	1						
CTCoimbra	2	1	1	1				
CTÉvora	5		1	3		1		1 TS 6 INOP - Proposta de abate.
CTFaro	4		2					1 TS 2 INOP.
CTGuarda	3	3						
CTLeiria	1					1		
CTSantarém	2		1					
CTSetúbal	4	1	3					
CTPorto	1	2	1	3	1		1	2 TS 6 e 1 TS 9 INOP - Proposta de abate.
CTPortalegre	6	3						
CTViseu	1	1						
CTVReal	2	1	1					TS 2 INOP.
TOTAL	39	15	12	7	1	2	1	

Fonte: Centro de Formação Equestre da USHE

Seria, portanto, importante aferir as reais necessidades do dispositivo, cruzá-las com a malha de esquadras existentes e tentar colmatar algumas lacunas com meios de projecção. Contudo, qualquer esquadra deveria ter meio de se projectar, para não impor aos comandantes de posto as mesmas rotinas e giros, e impossibilitar outros quaisquer tipos de actividades e emprego.

2.6. O PATRULHAMENTO A CAVALO

Segundo o Manual de Operações vol. II (1997, p. I-1), “o patrulhamento tem como principais objectivos a vigilância e a fiscalização, com uma finalidade essencialmente preventiva, visando a

manutenção da tranquilidade pública e o respeito pelas leis, e constitui importante fonte de informação, elemento primordial na orientação da actividade de polícia.

O patrulhamento é uma acção essencialmente preventiva e de vigilância, efectuada por uma força de efectivo variável, devidamente instruída, uniformizada, armada, equipada e comandada, destinada ao cumprimento da missão geral da Guarda ou, de uma missão específica.”

Este tipo de serviço tem como finalidades essenciais a prevenção e a vigilância, visando a manutenção da ordem e bem-estar das populações, o não cometimento dos actos ilegais e a recolha de informações.

Assim, segundo o Manual de Operações vol. II (1997, p. I-2), devem ser incumbidas às patrulhas, entre outras, as seguintes missões:

- *Segurança e protecção de pessoas e bens;*
- *Ordem e cumprimento de leis e regulamentos;*
- *Reconhecimento activo e colheita de informações e notícias;*
- *Regularização e fiscalização de trânsito;*
- *Acompanhamento de determinados transportes;*
- *Auxílio e socorro.*

Segundo o Manual de Operações vol. I (1997, p. II-4) “*As patrulhas a Cavallo constituem um meio eficaz no combate e controlo da criminalidade actuando essencialmente numa forma preventiva e dissuasora, contribuindo assim para influenciar e reforçar o sentimento de segurança entre a população. Podem ser empregues não só em áreas rurais, como também em zonas urbanas.*

Nas áreas urbanas tem-se provado a sua grande utilidade em zonas de elevada perigosidade, quando empregues conjuntamente com forças apeadas, nomeadamente, em determinados tipos de criminalidade, campanhas de segurança, contacto com a população, segurança a escolas e a zonas degradadas.

Nas áreas rurais constituem um meio ideal para se efectuar um patrulhamento a zonas distantes e menos acessíveis podendo privilegiar-se a fiscalização do cumprimento das leis que visam proteger o ambiente.

O efectivo que constitui a Patrulha a Cavallo irá depender essencialmente da missão atribuída e da situação que se preveja que com a qual esta se depare.

Temos no Manual de Operações vol. I (1997, p. II-5) que “*Numa situação NORMAL, em que a sua utilização vise missões essencialmente preventivas, em que a sua presença seja só por si um obstáculo à prática de infracções, a Patrulha a Cavallo terá um efectivo mínimo de dois elementos.*

Contudo, e atendendo a que os dispositivos e formas de actuação das Patrulhas a Cavallo têm que ter sempre subjacente uma preocupação constante com a segurança, tanto dos próprios elementos que as compõem como dos cidadãos, sempre que o local de acção o justifique, ou que a missão a desempenhar se enquadre nas situações definidas como SUSPEITA ou de ELEVADA PERIGOSIDADE, o efectivo mínimo de uma Patrulha a Cavallo deverá ser de 3 elementos.”

As acções de Patrulhamento a Cavallo são caracterizadas pelo Manual de Operações vol. II (1997, p. I-7), por ter:

“[...] um médio raio de acção, consequência de uma maior velocidade de deslocação (6km/h), possibilidade de acesso a quase todos os locais, aproximação discreta, possibilita ao patrulheiro um grande campo de observação e uma razoável capacidade de perseguição, favorecendo o contacto directo com pessoas e locais.

Pela sua imponência, a patrulha a cavalo é um factor desencorajador de acções contra a sua segurança.”

Actualmente, está definido que uma patrulha a cavalo tem a duração de 5 h efectivas de patrulhamento, sendo que para isso dispõem de meia hora para aparelhar, e outro tanto para desaparelhar, perfazendo um total de 6 h¹³. A eventual deslocação da patrulha para outros locais não interfere nos períodos referidos anteriormente.

De referir que por norma o giro do patrulhamento é definido, contendo obrigatoriamente alguns pontos de passagem de relevo, e podendo contemplar algumas paragens pré-estabelecidas, bem como o tempos destas. A distância do giro depende muito destes factores, mas por norma o giro ronda os 20 km, uma vez que este se realiza “a passo”, tendo uma velocidade média na ordem dos 6 km/h.

Os postos territoriais mistos, onde se encontram as esquadras de cavalaria, têm que, segundo a Circular nº 7/99 P nº4. al. c)¹⁴, “[...] os militares de cavalaria e Cino só podem ser desviados dos serviços de patrulhamento específico por razões de força maior [...]”.

2.7. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Neste capítulo fez-se uma abordagem a um conjunto de legislação em vigor e que enquadra a GNR como uma das Forças de Segurança responsável pela segurança e tranquilidade públicas.

Assim, pudemos constatar a importância da USHE enquanto Unidade de representação e demais missões relacionadas com a formação e preparação de todos os envolvidos no serviço afecto aos cavalos.

Podemos ainda ter um vislumbre, bastante sucinto, da situação em que se encontra o dispositivo territorial, em relação ao efectivo adstrito ao patrulhamento a cavalo.

Foi ainda abordado, de uma forma muito “taxativa”, o patrulhamento a cavalo, suas competências, capacidades e missões.

¹³ Directiva nº 15/00, de 01 JUN, da 3ª Rep./CG.

¹⁴ Aditamento à NEP/GNR de 14 de Outubro de 1998 que uniformiza os serviços diariamente escalados num Posto Territorial.

PARTE II – TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA DA PARTE PRÁTICA

3.1. INTRODUÇÃO

Após a conclusão da parte teórica, onde se faz a síntese histórica bem como a análise normativa da valência equestre, prossegue-se a investigação enveredando por caminhos mais práticos, e tendo em vista a concretização dos objectivos definidos, dando também resposta à pergunta de partida e às hipóteses.

Neste capítulo abordam-se os métodos e as técnicas utilizadas na investigação dos dados que irão responder fundamentadamente às perguntas de investigação, de forma a dar cumprimento aos objectivos definidos no Capítulo 1. Apresenta-se a metodologia do trabalho de investigação e em seguida faz-se uma referência aos procedimentos e às técnicas utilizadas para obtenção da informação, assim como os meios utilizados ao longo da investigação.

3.2. O PLANO DE INVESTIGAÇÃO

Para elaborar toda a recolha de dados necessária para uma cabal resposta à questão de partida e às questões de investigação derivadas, utilizam-se essencialmente três métodos de recolha de dados: observação directa, análise documental e o método inquisitivo que “é baseado no interrogatório escrito e oral” (Sarmiento, 2008, p.4).

A observação directa fez-se através de visitas à USHE, bem como a conversas informais com Oficiais, Sargentos e Guardas que servem a valência equestre da GNR.

A análise documental foi essencialmente efectuada com recurso à Biblioteca Nacional, no Arquivo Histórico da GNR, a bibliotecas de Estabelecimentos de Ensino Superior, bem como a todos as publicações de apoio das cadeiras da GNR ministradas na AM.

Numa última fase, para a realização do trabalho de campo foi utilizado o método inquisitivo, através de entrevistas semi-directivas e de inquéritos por questionário, a duas amostras previamente seleccionadas. Estes foram escolhidos por serem instrumentos que, segundo

Quivy e Campenhoudt (2008, p.206), melhor tratamento irão conceder para informações deste género, de forma a verificar as hipóteses. Por conseguinte, foram realizadas entrevistas a Oficiais que exercem ou exerceram funções de comando de forças a cavalo, bem como questionários a Comandantes de Destacamento Territorial que dispõem da valência equestre.

No início do processo da investigação, através de leituras e conversas informais, definiram-se baias para a observação directa e a análise de dados estatísticos que suscitaram o aparecimento de hipóteses e questões, as quais se tentaram esclarecer com o recurso a entrevistas e questionários. Após a realização de entrevistas, foi possível aprimorar os questionários de forma a torná-los o mais incisivos e eficazes possível.

3.3. OBSERVAÇÃO DIRECTA

Este tipo de observação é um método, no sentido restrito, que se baseia na observação visual *in loco* dos comportamentos, situações e fenómenos, garantindo assim uma percepção verdadeira por esta não necessitar de terceiros. É ainda analisado algo que de certa forma não foi suscitado pelo investigador, é espontâneo. (Quivy e Campenhoudt, 2008)

A observação directa da valência equestre teve por base as diversas diligências efectuadas no sentido da realização deste Trabalho. Para além das várias visitas realizadas à USHE, na Ajuda, onde se pôde observar o funcionamento de toda a estrutura de Comando e dos Esquadrões, foram efectuadas também algumas visitas a esquadras localizadas no CTSetúbal, e no CTPortalegre.

3.4. ENTREVISTAS

Quivy e Campenhoudt (2008) apresentam-nos três possibilidades: estudar a totalidade da população, estudar uma amostra representativa da população e, em terceiro lugar, estudar componentes não estritamente representativas, mas características da população. Atendendo à abordagem qualitativa que se procurou fazer, foi escolhida a terceira possibilidade enunciada por Quivy e Campenhoudt (2008) e procurou-se que a amostra compreendesse uma representação dos Oficiais com funções e responsabilidades no que respeita ao empenhamento da valência equestre. Tentou-se obter opiniões diversificadas, sendo que o método de amostragem obedeceu a critérios relacionados com a diferenciação dos Oficiais quanto às funções desempenhadas, ao seu conhecimento e à sua experiência profissional relacionada com o tema em questão.

As entrevistas seguiram um guião¹⁵ onde os entrevistados responderam livremente às questões formuladas, permitindo a descoberta de informação “privilegiada” e de “pontos de vista” que concorrem para dar resposta às questões derivadas. As entrevistas foram presenciais, o que permitiu ao interlocutor constatar pessoalmente as interacções decorrentes das interpretações e experiências exprimidas. Estas realizaram-se entre os dias 26 e 30 de Maio.

Apresentam-se no Apêndice B, as entrevistas transcritas e respectivas grelhas de análise qualitativa de conteúdo, através de tópicos, ou sinopses, que permitiram uma posterior análise quantitativa. A análise das entrevistas e a discussão dos resultados das mesmas é efectuada no seguinte Capítulo.

Os entrevistados apresentam as seguintes características sócio-demográficas:

Quadro 3.1: Características Sócio-Demográficas dos Entrevistados

Entrevistados	Género	Idade	Posto	Arma	Função	Unidade
E1	M	48	Coronel	Cavalaria	Comandante do Grupo Honras de Estado/Responsável Técnico das Escolas de Equitação	USHE
E2	M	47	Tenente-Coronel	Cavalaria	Chefe da SOIRP	USHE
E3	M	32	Capitão	Cavalaria	Comandante do 4º esquadrão a Cavalos	USHE
E4	M	50	Tenente-Coronel	Cavalaria	Chefe do Estado Maior da USHE	USHE
E5	M	46	Tenente-Coronel	Cavalaria	Comandante Interino do Grupo de Honras de Estado/Chefe da Secção de Recursos Logísticos e Financeiros	USHE

3.5. IMPLEMENTAÇÃO DOS INQUÉRITOS

O inquérito por questionário, segundo Quivy e Campenhoudt (2008), confronta um conjunto de inquiridos representativos de uma população, com uma série de perguntas relativas à sua situação profissional, à sua opinião, ao seu conhecimento.

Este questionário¹⁶ foi aplicado por administração directa¹⁷, sendo constituído por 5 páginas e 16 questões. O modelo adoptado tem a vantagem da maioria das perguntas estarem pré-

¹⁵ Vide Apêndice B

¹⁶ Vide Apêndice D

¹⁷ Designa-se por administração directa, segundo Quivy e Campenhoudt (2008, p.188), quando é o próprio inquirido que o preenche o questionário.

codificadas, obrigando os entrevistados a escolher as suas respostas dentro das que lhe foram facultadas (Quivy e Campenhoudt, 2008, p.188).

3.6. MEIOS UTILIZADOS

As entrevistas foram gravadas com o recurso a um Gravador Analógico Philips, modelo AQ6345.

O inquérito foi realizado e aplicado através da plataforma *surveymonkey*, na versão profissional, com a certificação *trust*¹⁸ e *accredited business*¹⁹. Esta plataforma dispõe de um *Secure Sockets Layer*²⁰ (SSL) que apenas admite uma resposta por e-mail. Efectua o reconhecimento de IP's e faz uma protecção automática dos questionários através do sistema *verisin*²¹.

A análise estatística foi efectuada com o SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 18.0 para Windows., sendo os gráficos e algumas tabelas elaborados através do Programa *Microsoft Office Excel*® 2007.

3.7. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Neste capítulo foi identificada a metodologia usada na investigação de campo. Para além da observação directa e da análise documental, que serviram como ponto de partida da investigação, utilizaram-se as entrevistas semi-directivas e os inquéritos por questionário, como instrumentos de recolha de informação a duas amostras distintas e com objectivos complementares.

No capítulo seguinte são apresentados e analisados os resultados obtidos através das técnicas e metodologias definidas no presente capítulo.

¹⁸ A certificação *trust* atribui à *surveymonkey* um certificado de licenciamento do programa com privacidade.

¹⁹ A *accredited business* atribui à *surveymonkey* uma certificação o pelo cumprimento da norma US Federal Section 508 certification guidelines.

²⁰ *Secure Sockets Layer* (SSL) garante a segurança e efectua a leitura e arquivo dos IP's.

²¹ O sistema *verisin* atesta a validade da plataforma e a sua capacidade de armazenamento de dados com segurança através de endereços criptografados com SSL antes da transmissão.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. INTRODUÇÃO

Utilizando a metodologia referida no capítulo antecedente, apresentam-se agora os resultados das entrevistas e dos questionários, evidenciando os aspectos mais relevantes e retirando o excesso de informação, visando a objectividade.

Optou-se por uma análise e discussão separada das entrevistas e dos inquéritos, por terem sido inquiridas duas amostras distintas e com objectivos diferentes. Na análise dos resultados das entrevistas foram elaborados quadros de sinópses com as respostas mais relevantes dos entrevistados, com a respectiva análise de conteúdo e conseqüente discussão. Nos questionários, foram analisadas as respostas a cada uma das questões, e efectuou-se a discussão da qual emergiram algumas possíveis justificações para as respostas.

4.2. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Segundo Quivy e Campenhoudt (2008, p.185) “[...]os métodos de entrevista requerem habitualmente métodos de análise de conteúdo, que são muitas vezes, embora não obrigatoriamente, qualitativos”. Como tal, foram usados para análise dois processos complementares: a análise qualitativa de conteúdo, através de sinopses. Após esta análise foram elaborados conceitos fundamentais, transversais à maioria dos entrevistados, elaborando-se assim uma grelha de análise quantitativa. O número de páginas condicionou a apresentação dos resultados, pelo que apenas se apresenta a análise quantitativa das questões. Para uma melhor compreensão aconselha-se a consulta das análises qualitativas, no Apêndice C.

4.2.1. Análise Quantitativa À Questão Nº1

No quadro 4.1 é apresentada a análise de conteúdo à questão nº 1 - ***Há correntes de opinião que defendem que, quer o patrulhamento a cavalo, quer as acções de RMOP a cavalo, são apenas “pretextos” para justificar estes meios, já que, segundo aqueles, a***

verdadeira razão para a existência desta Unidade é a valência honorífica e de representação. Qual a sua opinião?

Quadro 4.1: Análise de resultados da questão nº1.

Opinião	Entrevistados					%
	Nº1	Nº2	Nº3	Nº4	Nº5	
Afirmativa						
Negativa	X	X	X	X	X	100 %
Conceito						
Honras de Estado são prioridade		X		X	X	60%
As outras vertentes não são justificação, mas uma forma de rentabilizar os meios	X	X	X	X	X	100%
O RMOP é inquestionável	X	X	X	X	X	100%
O patrulhamento, o RMOP, as escolas de equitação, etc., são importantes para a rentabilização	X	X		X	X	80%

O objectivo desta questão era determinar a importância das Honras de Estado em detrimento das restantes valências. Analisando as respostas a esta questão, é evidente que as opiniões são consensuais, tendo todos os entrevistados concordado que as restantes valências não são justificações, mas sim uma forma de evitar o subaproveitamento dos meios existentes na USHE. Todos consideraram que o RMOP é uma valência de extrema relevância e que todas as outras valências subsidiárias às Honras de Estado são importantes para a rentabilização deste recurso. Apenas o nº2, 4 e 5 consideraram as Honras de Estado uma prioridade, contudo esta é, na verdade, uma imposição legal do Estado Português.

4.2.2. Análise Quantitativa À Questão Nº2

No quadro 4.2 apresenta-se a análise de conteúdo à questão nº 2 - ***Quais as grandes vantagens deste tipo de patrulhamento em relação a outros como o motorizado, ciclo, ou mesmo apeado. Que me diria?***

Quadro 4.2: Análise de resultados da questão nº2.

Vantagem	Entrevistados					%
	Nº1	Nº2	Nº3	Nº4	Nº5	
Efeito dissuasor	X	X	X	X		80%
Posição elevada	X	X	X	X	X	100 %
Posição dominante, logo maior visibilidade	X	X	X	X	X	100%
Vantagens em zonas Rurbanas e Rurais, onde acedem a locais de difícil acesso para outros meios		X	X	X		60%
Custo cavalo/dia reduzido e franca longevidade			X	X		40%
Empatia com a população, facilitando o patrulhamento de proximidade					X	20%

Esta questão teve por objectivo determinar as vantagens que os entrevistados consideravam ser de maior relevância no que respeita ao patrulhamento a cavalo, relativamente a outros meios e outros tipos de patrulhamento.

Foi unânime a referência à posição elevada e dominante do cavaleiro, logo à sua maior visibilidade. Foi transversal, excepto o nº 5, a referência ao efeito dissuasor e psicológico do cavalo. O nº 2, 3 e 4 referiram o custo diário de um cavalo, bem como a sua longevidade e pré-disposição para o serviço como uma grande vantagem.

Apenas o nº5 referiu a grande empatia que o animal provoca na população bem como os consequentes benefícios para o patrulhamento de proximidade.

4.2.3. ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº 3

No quadro 4.3 apresenta-se a análise de conteúdo à questão nº 3 - *Mas este tipo de patrulhamento apresenta desvantagens?*

Quadro 4.3: Análise de resultados da questão nº3.

Desvantagem	Entrevistados					%
	Nº1	Nº2	Nº3	Nº4	Nº5	
Limitações logísticas	X	X				40%
Custos de projecção		X				20 %
Dejectos na via pública			X		X	40%
Transtorno causado em ambiente Urbano				X	X	40%

Com esta questão pretendia-se saber quais as desvantagens que os Oficiais entrevistados elencavam como sendo as mais cruciais. Denotou-se uma total disparidade de opiniões, sendo que o máximo de concordância, em algumas desvantagens, é de apenas dois entrevistados.

Assim, temos que o nº 1 e 2 concordam quanto à desvantagem da máquina logística inerente ao meio equino. Apenas o nº 2 elencou os elevados custos na projecção deste tipo de meios para evitar o patrulhamento, só dentro da coroa circular, que tem como raio máximo a distância que o cavalo percorre no tempo médio de patrulha. O nº 3 e 5 foram concordantes no que respeita ao mal-estar que os dejectos, na via pública, provocam na população. Os nº 4 e 5 concordaram que este meio provoca algum embaraço e transtorno nas vias em meio urbano e que é cada vez menos tolerado.

4.2.4. ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº 4

No quadro 4.4 apresenta-se a análise de conteúdo à questão nº 4 - *Esse carácter preventivo é um trabalho que não apresenta resultados. Uma vez que o sentimento de segurança não é facilmente mensurável, como se prova a eficácia deste tipo de patrulhamento sem dados que o sustentem?*

Quadro 4.4: Análise de resultados da questão nº4.

Argumento	Entrevistados					%
	Nº1	Nº2	Nº3	Nº4	Nº5	
Auxílio de uma Escala de valores	X					20%
Histórico da zona confrontado com resultados pós-patrulhamento		X	X		X	60 %
A não associação dos resultados ao patrulhamento a cavalo		X			X	40%
Acção preventiva é de difícil avaliação	X	X	X	X	X	100%

Com esta questão, pretendia-se que os entrevistados se pronunciassem acerca da dificuldade que existe em mensurar a actividade deste meio em termos operacionais.

O nº 1 referiu-se a uma escala de valores enquanto ferramenta para determinar estes resultados, através de um estudo. Os nº 2, 3 e 5 pensam que através dos dados que o histórico da zona contém, podemos fazer um balanço a partir do momento em que implementamos o patrulhamento a cavalo e assim analisar as oscilações nos resultados. Os

nº 2 e 5 referiram que, por vezes, não existe a correcta associação da prevenção efectuada ao meio equestre, ou por policiarmos um zona que não é nossa (cidade de Lisboa), ou por outros factores. Foi transversal a referência à acção maioritariamente preventiva do cavalo, logo uma difícil percepção dos resultados práticos que daí advêm.

4.2.5. ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº5

No quadro 4.5 apresenta-se a análise de conteúdo à questão nº 5 - ***É frequente a USHE receber retorno (contentamento/descontentamento) por parte dos beneficiários deste tipo de patrulhamento?***

Quadro 4.5: Análise de resultados da questão nº5.

Quem dá o feedback	Entrevistados					%
	Nº1	Nº2	Nº3	Nº4	Nº5	
Afirmativa	X	X	X	X	X	100 %
Negativa						
Contentamento						
Outras forças da GNR a que prestamos apoio	X		X			40%
População	X	X		X	X	80%
Autarquias		X		X		40%
Descontentamento						
População (essencialmente pelos dejectos)				X	X	40%

Esta questão foi elaborada para perceber se há retorno constante, quer ao nível do contentamento ou do descontentamento, e de quem o manifesta.

Todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que a USHE está constantemente a receber feedback, contudo as percepções de quem o manifesta são bastante díspares, sendo que as opiniões se dividem.

À excepção do nº3, todos concordam que a população manifesta frequentemente o seu agrado, quer por cartas, emails, ou desenhos efectuados pelas crianças que visitam a Unidade. Apenas o nº1 e 3 concordaram, ao afirmar que internamente se recebe opinião positiva por parte das outras Unidades que a USHE reforça. O nº2 e 4 referiram ainda que, por vezes, há entidades externas que fazem “pressões” para dispor deste tipo de acções.

Apenas os nº4 e 5 referiram o descontentamento que algumas pessoas manifestam em relação aos cavalos, quase exclusivamente em relação aos dejectos do animal.

4.2.6. ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº6

No quadro 4.6 apresenta-se a análise de conteúdo à questão nº 6 - **Na sua opinião em que situação se encontra neste momento o uso dos solípedes por parte do dispositivo territorial?**

Quadro 4.6: Análise de resultados da questão nº6.

Argumento	Entrevistados					%
	Nº1	Nº2	Nº3	Nº4	Nº5	
Alega algum desconhecimento de causa	X	X			X	60%
Fraca rentabilização	X	X		X		60 %
“Desvio” dos militares de cavalaria para outro tipo de serviços em detrimento do patrulhamento a cavalo		X	X	X		60%
Falta de trabalho diário dos cavalos		X		X		40%

Com esta questão pretendia-se percepcionar as opiniões dos entrevistados, quanto ao estado actual do dispositivo territorial equestre e à sua rentabilização.

Nesta questão, aborda-se a situação do dispositivo territorial, pelo que não é de estranhar que alguns dos entrevistados não estejam perfeitamente actualizados no que a esta matéria diz respeito e assim apresentem algumas reservas quanto à mesma. Apesar disso, o nº 1 e 3 ainda emitiram opinião e o nº5 preferiu não responder por falta de fundamento.

Todas as respostas convergiram no sentido de que o dispositivo territorial, no que aos cavalos diz respeito, poderia estar melhor. Os nº 1, 2 e 4 consideraram que actualmente se assiste a uma fraca rentabilização. Os nº 2, 3 e 4 elencaram a falta de militares de infantaria e o conseqüente desvio dos militares e cavalaria para colmatar estas lacunas, como a maior das causas para esta ineficiente rentabilização. Esta resposta vai ao encontro das opiniões emitidas pelos nº 3 e 4, quando referem que é fundamental garantir o trabalho diário dos solípedes porque, segundo o Entrevistado nº 2:

“O resultado é que por vezes os cavalos começam a ficar encostados, a não serem trabalhados, e isso resulta na falta de maneio, resulta no temperamento do animal e no fim o animal apresenta falta de condições para realizar o serviço. Isto é uma bola de neve que afecta o patrulhamento a cavalo. [...] Ou seja, por vezes passa a ser ao contrário, quando há disponibilidade para realizar o serviço, são os animais que já não têm condições. [...] é um factor que prejudica gravemente a Arma de Cavalaria.”

4.2.7. ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº7

No quadro 4.7 é apresentada a análise de conteúdo à questão nº 7 - **Acha que esse uso está padronizado e uniformizado?**

Quadro 4.7: Análise de resultados da questão nº7.

Argumento	Entrevistados					%
	Nº1	Nº2	Nº3	Nº4	Nº5	
Alega algum desconhecimento de causa					X	20%
Lacuna na padronização e uniformização	X	X	X	X		80%
Essa deficiente padronização afecta o rendimento	X	X	X	X		80%
Falta de fiscalização	X			X		40%

Com esta questão tenta perceber-se até que ponto a padronização e uniformização do uso dos meios equestres pode afectar ou não a sua rentabilização.

Novamente o nº5 revelou algumas reservas e preferiu não responder, evitando fazê-lo de forma errónea ou infundada.

Os restantes entrevistados foram unânimes em afirmar que existem lacunas na padronização e uniformização. Uns foram mais convictos em relação às graves carências no dispositivo, outros referiram que há apenas alguns pontos-chave que têm de ser rectificadas.

Novamente, foram todos unânimes em afirmar que estas lacunas afectam claramente a rentabilização do serviço equestre.

Dois dos entrevistados, os nº1 e 4, referiram a falta de inspecção e até sugeriram a possível criação de um órgão no Comando Geral da GNR como uma eventual forma de colmatar esta lacuna.

4.2.8. ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº8

No quadro 4.8 apresenta-se a análise de conteúdo à questão nº 8 - **Estarão os solípedes a ser bem rentabilizados? Quais os factores que poderão estar a condicionar esse melhor aproveitamento?**

Quadro 4.8: Análise de resultados da questão nº8.

Factor	Entrevistados					%
	Nº1	Nº2	Nº3	Nº4	Nº5	
A malha Territorial	X	X			X	60%
Falta de viaturas para a projecção de meios		X			X	40%
Desconhecimento das capacidades e limitações do meio, por parte dos comandantes			X			20%
Falta de efectivos, ou desvio dos mesmos			X	X		40%
Falta de fiscalização e instrução				X		20%

Com esta questão pretendia-se aferir concretamente quais os factores que deram origem às respostas das duas questões anteriores, acerca da padronização e do uso dos solípedes pelo dispositivo territorial. Esta questão em concreto dá o mote para a aferição objectiva dos factores mas relevantes.

A malha territorial foi apontada pelos nº 1, 2 e 5 como um dos principais factores que poderão estar a estrangular o incremento do patrulhamento a cavalo. Esta malha tem sofrido alterações de várias ordens nas últimas décadas e, tanto quanto sabemos, nunca foi estudada a possibilidade de serem alvo de uma apreciação, sobre a sua possível maior rentabilização noutra local da mesma Zona de Acção (ZA).

A falta de viaturas de transporte de solípedes foi outro factor apontado pelos nº2 e 5, como de extrema importância, pela incapacidade de projecção, para além da ZA das instalações, a que ficam sujeitas as patrulhas a cavalo. Logo, ficam impedidos de fazer giros noutros locais, por estarem limitados à coroa em volta das instalações.

A falta de efectivos voltou a estar em foco, uma vez que foi considerado nestas últimas questões como um dos principais factores que impossibilitam uma maior rentabilização do recurso, aliado ao desvio de militares de cavalaria para outros serviços. Este factor foi elencado pelos nº 3 e 4.

O nº 4 apontou novamente a falta de um órgão ou rede de inspecção destes recursos, que efectue uma verificação regular ao funcionamento destas esquadras, que estão dispersas por todo o território nacional, a fim de identificar carências e assim poder minimizá-las ou mesmo suprimi-las.

4.2.9. ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº9

No quadro 4.9 apresenta-se a análise de conteúdo à questão nº 9 - **Defende a dispersão deste meio pelo dispositivo, ou pelo contrário a sua concentração? Justificação...**

Quadro 4.9: Análise de resultados da questão nº9.

Opinião	Entrevistados					%
	Nº1	Nº2	Nº3	Nº4	Nº5	
Concentração	X		X		X	60%
Descentralização		X				20 %
Argumento						
Os meios de lançamento são muito caros, bem como a sua manutenção		X	X	X	X	80%
A concentração traz uniformização e controle	X		X	X		60%
Os meios deveriam estar no terreno onde o patrulhamento a cavalo é vantajoso		X		X		40%

Esta questão foi elaborada com o intuito de perceber os motivos pelos quais os entrevistados defenderiam a concentração de meios, ou a sua descentralização. De notar que todos os entrevistados defenderam as suas convicções, mas sempre fazendo referência a um suposto sistema que funcionasse na perfeição para a sua máxima eficácia.

O nº 4 não tomou partido, mostrando que ambos têm defeitos e virtudes. O nº 2 defendeu uma concentração dentro da descentralização. Todos os restantes defenderam a descentralização.

Qualquer que seja a opinião, todos, excepto o nº1, referiram que os custos da projecção de meios são demasiado elevados, quer em termos de investimento, quer no que diz respeito à sua manutenção.

Uma das grandes vantagens que os nº 1, 3 e 4 apontam é o incremento na uniformização, instrução e controle. Ao passo que os nº 2 e 4 defendem que os cavalos devem estar junto dos locais onde o seu patrulhamento é uma efectiva premência.

4.2.10. ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº10

No quadro 4.10 apresenta-se a análise de conteúdo à questão nº 10 - **Como pode a viatura TS2 contrariar um possível decréscimo da eficiência, e assim potenciar o patrulhamento?**

Quadro 4.10: Análise de resultados da questão nº10.

Factor	Entrevistados					%
	Nº1	Nº2	Nº3	Nº4	Nº5	
Fundamental para o patrulhamento a cavalo	X	X	X		X	80%
Deveria haver mais	X		X	X	X	80%

Com esta questão tentou perceber-se qual a opinião dos entrevistados acerca da viatura TS2, enquanto factor de rentabilização dos recursos equestres.

Todos, excepto nº4, referiram ser fulcral para rentabilizar o patrulhamento, permitindo a projecção para além da coroa envolvente ao aquartelamento. O nº2 chegou até a preconizar um modelo onde uma viatura deste tipo rentabilizaria 12 cavalos diariamente. Este entrevistado, porém, foi o único que não referenciou que deveria haver mais viaturas destas no dispositivo.

4.2.11. ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº11

No quadro 4.11 apresenta-se a análise de conteúdo à questão nº 11 - **Como é que justifica que dentro da própria Guarda haja tantos detractores da Cavalaria, não lhe reconhecendo vantagens?**

Quadro 4.11: Análise de resultados da questão nº11.

Factor	Entrevistados					%
	Nº1	Nº2	Nº3	Nº4	Nº5	
Há pessoas que têm algo contra esta valência, como contra outra valência	X		X	X	X	80%
A valência é bem vista, e isso demonstra-se pelos pedidos de apoio e pelo trabalho que diariamente é feito		X	X	X		60%
Talvez os próprios militares de Cavalaria pudessem demonstrar mais aquilo que fazem e que conseguem fazer	X				X	40%

Esta questão foi elaborada com o sentido de suscitar alguma discussão acerca das veias detractoras que existem, como em todas as valências, contra a Cavalaria.

À excepção do nº2, todos os restantes disseram que existem estas correntes contrárias, tal como contra outra qualquer valência ou meio. Os nº 2, 3 e 4 preferiram ainda enaltecer o elevado número de solicitações/requisições, como forma de demonstrar que as vantagens deste meio são largamente reconhecidas.

Os nº1 e 5 referiram que, internamente, ou seja, os próprios militares da Arma poderiam ter outra atitude, que fosse mais aberta e que incentivasse outros militares a tentar conhecer a realidade da Arma, bem como as suas idiosincrasias, evitando assim que estes apenas enumerem as suas “fraquezas” e se manifestem menos assertivos em relação à Arma de Cavalaria.

4.3. CONCLUSÃO DAS ENTREVISTAS

Os entrevistados pertencem todos à USHE, “casa mãe” da Cavalaria. Estes embora não tenham um profundo conhecimento da situação territorial actual, conseguem focar alguns dos factores que neste momento condicionam uma rentabilização mais acentuada do recurso que é o cavalo.

Eles colocam constantemente o enfoque na gestão dos meios humanos no dispositivo, a criação de um órgão capaz de gerir todas as vicissitudes inerentes às questões relacionadas com o patrulhamento a cavalo, bem como a análise dos locais onde estão sitiadas as esquadras, e a aquisição de viaturas que permitam uma maior mobilização e projecção do meio. É também de destacar a grande relevância que dão ao problema da gestão dos militares das Esquadras a Cavalo.

4.4. ANÁLISE DOS INQUÉRITOS

Os inquéritos constituídos por 5 páginas e 16 questões tinham como objectivos a recolha de dados e opiniões relativas ao dispositivo a cavalo e o estado em que este se encontra, principalmente no dispositivo Territorial.

As respostas dos inquiridos foram submetidas a análise estatística, através da plataforma *surveymonkey* e do programa SPSS. A análise estatística foi essencialmente efectuada com recurso a estatísticas descritivas, frequências absolutas e relativas, médias, modas e respectivos desvios-padrão.

4.4.1. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-GRÁFICA DOS INQUIRIDOS

A população inquirida foi constituída por 29 Oficiais da GNR, que tinham como característica comum o desempenho de funções de comando de Destacamentos Territoriais com esquadras a cavalo. Dos 29 Oficiais, todos eram do sexo masculino. A média de idades é de 32 anos ($x_m=31,83$), conforme Tabela E.1 e distribuídos por três faixas etárias tal como mostra o Gráfico 4.1.

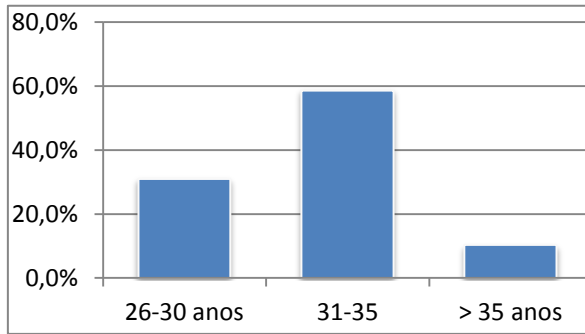


Gráfico 4.1: Escalões Etários

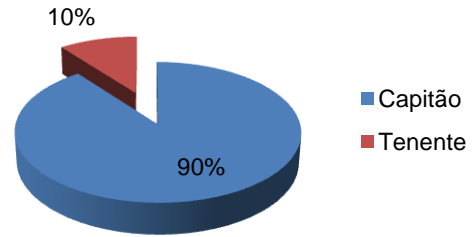


Gráfico 4.2: Posto

Os militares inquiridos são maioritariamente da Classe de Capitães, conforme mostra o Gráfico 5.2. Mais de 60% destes desenvolvem as actuais funções há mais de 4 anos, como mostra a tabela E.3.

4.4.2. CARACTERIZAÇÃO DAS ESQUADRAS

As esquadras foram sumariamente caracterizadas pelos Oficiais inquiridos. No que concerne aos solípedes foi obtida uma moda de 3 cavalos, com uma frequência de 8 inquiridos como mostra o Gráfico 4.3. De realçar que houve inquiridos a responder 0, o que é expectável, uma vez que foram inquiridos Oficiais que “comandam” esquadras **actualmente** desactivadas.

No Gráfico 4.4 podemos constatar qual a média da relação de viaturas de transporte de solípedes existentes nas esquadras. Constatamos ainda que quase metade dos inquiridos não possui qualquer viatura.

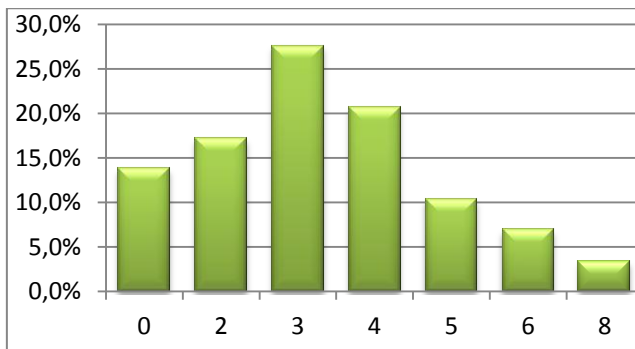


Gráfico 4.3: Solípedes

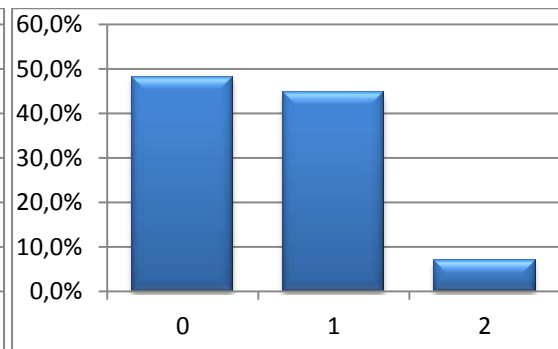


Gráfico 4.4: Viatura de transporte de solípedes

Foi também questionada a média de idades dos solípedes, que cada Oficial tem nas esquadras sob o seu comando. Através da Tabela 4.1 é fácil de perceber que os cavalos do dispositivo apresentam idades avançadas para a actividade operacional.

Tabela 4.1: Idade dos Solípedes

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Idade	25	14	24	19,20	2,972

Os Oficiais foram também questionados em relação à quantidade de patrulhas semanais lançadas pelo Destacamento, e quantos km em média são percorridos nestas acções. Podemos concluir, pela Tabela 4.2, que os dados apresentados ficam um pouco aquém do expectável.

Tabela 4.2: Patrulhas semanais e km semanais percorridos

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Patrulhas semanais	28	0	13	4,46	3,448
km	26	0	90	20,88	17,851

Foi também perguntado aos Oficiais em que outras actividades utilizavam os seus meios equestres. Como mostra o Gráfico 4.5, a Hipoterapia tem o maior destaque, seguido de outras actividades com crianças.

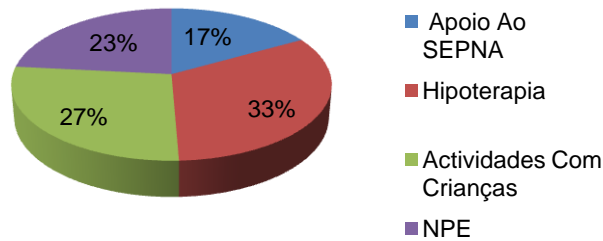


Gráfico 4.5: Atividades em que se usam os solípedes

4.4.3. ANÁLISE DO ESPECTRO DOS MILITARES

Quisemos ainda saber qual a relação entre os militares abaixo e acima da faixa dos 40 anos. Essa relação é-nos dada pelo Gráfico 4.6. Na Tabela 4.3 podemos observar a relação (incompleta comparada com os efectivos reais) dos militares de cavalaria abaixo dos 40 anos e que cumprem outro serviço ou especialidade fora do serviço da Arma de Cavalaria. Como podemos constatar, há uma larga maioria de militares da Arma de Cavalaria que poderiam executar patrulhamento a cavalo e/ou são empenhados noutra tipo de serviço, ou optaram por uma outra especialização.



Gráfico 4.6: Idade dos militares de Cavalaria

Tabela 4.3: Relação do serviço efectuado pelos militares de Cavalaria <40 anos

Serviço Posto	Serviço						
	Patrulhamento a cavalo	SEPNA	Investigação criminal (NIC e EII)	Secretariado	NPE	Patrulhamento Apeado, Auto, ciclo, etc.	Outro
Guarda	128	22	11	21	10	87	3
Guarda Principal	3	3	2		2		
Cabo	42	14	27	22	10	64	
Cabo-chefe			1				
Total	173	39	41	43	22	151	3

4.4.4. ANÁLISE DA QUESTÃO Nº12

A **Questão n.º 12**, constituída por 17 afirmações, pretendia analisar as opiniões acerca do patrulhamento a cavalo. As respostas a esta questão compreendiam quatro níveis devendo o inquirido escolher a resposta que melhor descrevesse a sua opinião. A escala compreendia as seguintes opções: (DT) Discordo Totalmente; (D) Discordo; (C) Concordo; (CT) Concordo Totalmente. A Tabela E.11 apresenta o resumo dos valores de estatística descritiva relativos a cada uma das variáveis, sendo de leitura mais apelativa.

Analisando individualmente cada uma das variáveis da **Questão n.º 12**, pode dizer-se que relativamente à **Afirmção n.º 12.1 - O patrulhamento a cavalo dignifica o serviço da GNR**, nenhum dos inquiridos respondeu negativamente a esta questão. 58,6% C e 41,4% CT com a questão, sendo todas as respostas afirmativas. A média das respostas foi de 3,41 ($x_m=3,41$), o que demonstra existir a maior concordância na opinião.

Relativamente à **Afirmção n.º 12.2 - O patrulhamento a cavalo constitui uma mais-valia em termos operacionais para o seu Destacamento Territorial**, 44,8% C e 20,7% CT, o que perfaz um total de 65,5% de respostas positivas. A média ($x_m=2,86$) representa uma tendência para a opinião de que este patrulhamento é uma mais-valia.

Relativamente à **Afirmção n.º 12.3 - Se depende-se de si aumentaria o efectivo de Cavalaria**, 10,3% DT, 37,9% D, 27,6% C e 24,1% CT o que perfaz um total de 51,7% de respostas positivas. A média ($x_m=2,66$) demonstra haver equilíbrio, tendendo para a opinião positiva.

Face à **Afirmção n.º 12.4 - Os militares de Cavalaria que tem sobre o seu comando prestam-lhe, em termos equestres, serviços válidos**, 18 dos inquiridos responderam C (62,1%) e 4 responderam CT (13,1%), num total de 75,2% de respostas positivas. A média ($x_m=2,86$) é positiva, demonstrando a satisfação com o desempenho dos militares de cavalaria.

Face à **Afirmção n.º 12.5 - O panorama social actual ainda é propício ao patrulhamento a cavalo**, 20 dos inquiridos responderam C (69,0%) e 3 responderam CT (10,3%), num total de 79,3% de respostas positivas. A média ($x_m=2,90$) é bastante positiva, demonstrando a concordância com a afirmação.

Face à **Afirmção n.º 12.6 - O patrulhamento a cavalo é bem acolhido pela população**, 18 dos inquiridos responderam C (62,1%) e 9 responderam CT (31,0%), num total de 93,1% de resposta positivas. A média ($x_m=3,24$) claramente positiva, demonstrando que o patrulhamento é importante para a população.

Relativamente à **Afirmção n.º 12.7 - O patrulhamento a cavalo é requerido pelo poder político**, 44,8% D e 13,8% DT, o que perfaz um total de 58,6% de respostas negativas. A média ($x_m=2,34$) tende para a opinião de que o poder político exerce pouca influência.

Face à **Afirmção n.º 12.8 - O patrulhamento a Cavalo trás dividendos no que concerne ao sentimento de segurança**, 29 dos inquiridos responderam C (65,5%) e 3 responderam CT (10,3%), num total de 75,8% de respostas positivas. A média ($x_m=2,86$) é positiva, demonstrando concordância.

Face à **Afirmção n.º 12.9 - As vantagens do Patrulhamento a cavalo compensam as suas desvantagens**, 16 dos inquiridos responderam C (55,2%) e 3 responderam CT (10,3%), num total de 65,5% de respostas positivas. A média ($x_m=2,69$) é positiva, demonstrando a concordância com a afirmação.

Relativamente à **Afirmção n.º 12.10 - A USHE apoia tecnicamente a(s) Esquadra(s) sob o seu comando, quer a nível de instrução, quer a nível de acompanhamento dos solípedes**, 37,9% DT, 47,3% D, o que perfaz um total de 85,2% de respostas negativas. A média ($x_m=1,79$) é a mais baixa, revelando opinião claramente negativa em relação à afirmação.

Relativamente à **Afirmção n.º 12.11 - O patrulhamento a cavalo efectuado no dispositivo Territorial actua de forma padronizada e uniformizada**, 65,5% D e 3,4% DT, o que perfaz um total de 68,9% de respostas negativas. A média ($x_m=2,31$) é negativa, contudo a moda (Discordo) e o facto de 20 inquiridos terem respondido negativamente, revela uma tendência para a opinião negativa.

Face à **Afirmção n.º 12.12 - O Comando Territorial está sensibilizado para o patrulhamento a cavalo e as suas especificidades**, 17 dos inquiridos responderam C (58,6%) e 2 responderam CT (6,9%), num total de 65,5% de respostas positivas. A média ($x_m=2,72$) é positiva, demonstrando concordância com a afirmação.

Relativamente à **Afirmção n.º 12.13 - Seria vantajoso, em termos operacionais, que o dispositivo a cavalo estivesse concentrado no comando dos CTer**, 41,4% D e 17,2% DT, o que perfaz um total de 58,6% de respostas negativas. A média ($x_m=2,34$) representa uma tendência para a opinião de que não seria vantajoso a concentração destes meios nos CTer.

Relativamente à **Afirmção n.º 12.14 - O efectivo a cavalo deveria estar concentrado em Lisboa e no Porto**, 48,3% D e 34,5% DT, o que perfaz um total de 82,8% de respostas negativas. A média claramente negativa ($x_m=1,93$) representa uma clara opinião de que não seria vantajoso a concentração destes meios em Lisboa e Porto.

Relativamente à **Afirmção n.º 12.15 - As esquadras a cavalo estão descentralizadas de forma e em locais correctos**, 55,2% responderam negativamente, e 44,8% positivamente.

A média negativa ($x_m=2,41$), aliada ao somatório, permite perceber que mais inquiridos não concordam com a afirmação.

Relativamente à **Afirmação n.º 12.16 - Deveria haver elementos especializados dentro da GNR que prestassem apoio e inspecionassem as esquadras no terreno**, 27 inquiridos (93,12%) responderam C, sendo que os restantes responderam CT. A média bastante positiva ($x_m=3,07$), não deixa dúvida alguma sobre a concordância com a afirmação.

Relativamente à **Afirmação n.º 12.17 - O efectivo a cavalo tem apenas aplicação na prestação de Honras de Estado**, 31,0 DT e 62,1 D, o que perfaz um total de 93,1% de respostas negativas. A média claramente negativa ($x_m=1,79$) representa uma clara opinião de que o cavalo tem outras aplicações para além das Honras de Estado.

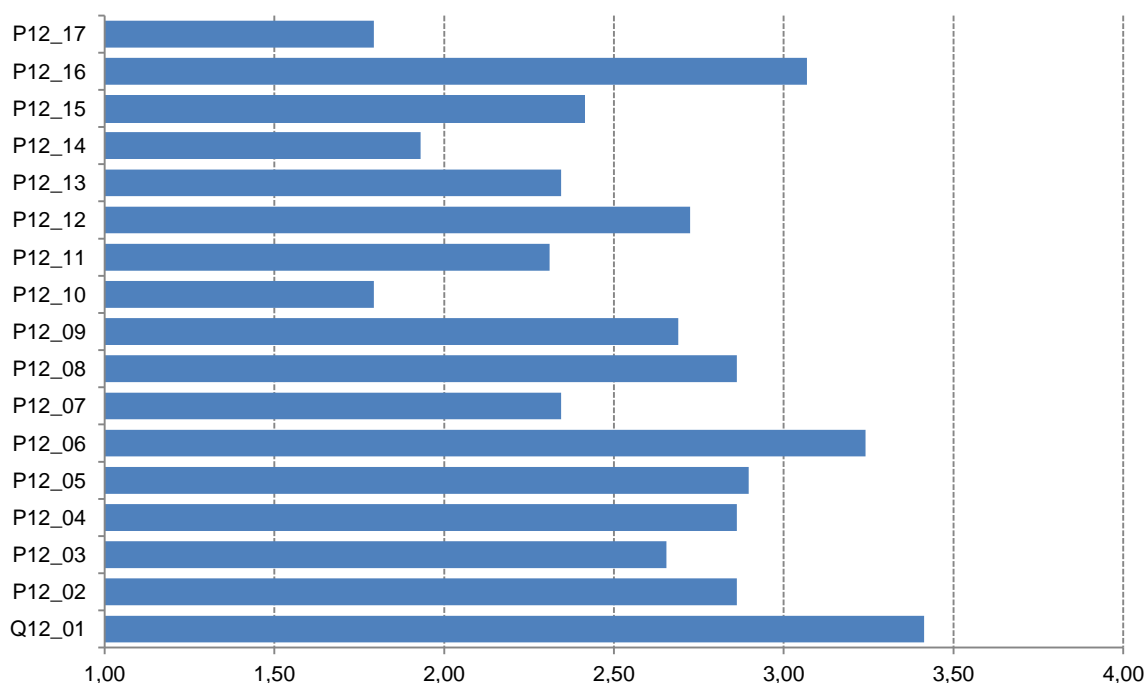


Gráfico 4.7: Concordância com as afirmações

4.4.5. ANÁLISE DA QUESTÃO Nº13

A **Questão n.º 13**, constituída por 15 factores, pretendia analisar os factores que possam estar a condicionar a rentabilização do uso do cavalo. As respostas a esta questão compreendiam quatro níveis devendo o inquirido escolher a resposta que melhor descrevesse a sua opinião. A escala compreendia as seguintes opções: (DT) Discordo Totalmente; (D) Discordo; (C) Concordo; (CT) Concordo Totalmente. A Tabela E.12 apresenta o resumo dos valores de estatística descritiva relativos a cada uma das variáveis, sendo de leitura mais apelativa.

Analisando individualmente cada uma das variáveis da **Questão n.º 13**, pode afirmar-se que relativamente ao **Factor n.º 13.1 - Falta de militares de Cavalaria adstritos ao Patrulhamento a Cavalo**, 65,5% respondeu C e 17,2% CT perfazendo um total de 82,7% de respostas positivas. A média das respostas foi claramente positiva ($x_m=3,00$), o que demonstra existir completa concordância na opinião.

Relativamente ao **Factor n.º 13.2 - Falta de instrução e reciclagens dos militares das esquadras a cavalo**, 75,9% respondeu C e 17,2% CT perfazendo um total de 93,1% de respostas positivas. A média das respostas foi ainda mais positiva que a questão anterior ($x_m=3,10$), o que demonstra existir completa concordância na opinião.

Relativamente ao **Factor n.º 13.3 - Falta de militares de infantaria**, 37,9% respondeu C e 51,7% CT perfazendo um total de 89,6% de respostas positivas. A média das respostas foi ainda mais positiva que a questão anterior ($x_m=3,41$), o que realça a completa convicção da opinião.

Relativamente ao **Factor n.º 13.4 - Emprego dos militares de Cavalaria a colmatar a falta de militares de Infantaria**, 51,7% respondeu C e 41,4% CT, perfazendo um total de 93,1% de respostas positivas. A média das respostas foi bastante positiva ($x_m=3,34$), o que comprova este factor.

Relativamente ao **Factor n.º 13.5 - Descentralização das esquadras**, 16 inquiridos responderam D (55,2%), ficando as restantes respostas pelos campos positivos. Com média pouco negativa ($x_m=2,48$), a maioria dos inquiridos discorda deste factor.

Relativamente ao **Factor n.º 13.6 - Localização das esquadras**, 62,1% respondeu C e 3,4% CT, perfazendo um total de 65,5% de respostas positivas. A média das respostas foi positiva ($x_m=2,69$), o que confirma este como um factor influenciador.

Relativamente ao **Factor n.º 13.7 - Falta de solípedes**, 55,2% respondeu C e 20,7% CT, perfazendo um total de 75,9% de respostas positivas. A média das respostas foi bastante positiva ($x_m=2,97$), o que confirma este como um factor claramente influenciador.

Relativamente ao **Factor n.º 13.8 - Efectivo animal envelhecido**, 37,9% respondeu C e 55,2% CT perfazendo um total de 93,1% de respostas positivas. A média das respostas foi claramente a mais positiva ($x_m=3,48$), sendo inequívoca a confirmação deste factor como claro influenciador.

Relativamente ao **Factor n.º 13.9 - Doenças/lesões dos Solípedes**, houve um total de 65,5% de respostas positivas, quase igualmente divididas entre o C e o CT, a restante percentagem encontra-se no campo do D. A média das respostas foi claramente positiva ($x_m=3,03$), sendo confirmado este factor como influenciador.

Relativamente ao **Factor n.º 13.10 - Falta de meios (auto) para projectar as patrulhas a cavalo. Quer dentro da ZA do posto, quer do DTer**, 48,3% respondeu C e 34,5% CT, perfazendo um total de 82,8% de respostas positivas. A média das respostas foi positiva ($x_m=3,10$), sendo inequívoca a confirmação deste factor como claro influenciador.

Relativamente ao **Factor n.º 13.11 - ZA inapropriada para este tipo de patrulhamento**, 62,1% respondeu D e 17,2% DT, perfazendo um total de 93,1% de respostas negativas. A média das respostas foi negativa ($x_m=2,10$), concluindo que este facto não se constitui como influenciador.

Relativamente ao **Factor n.º 13.12 - Falta de instalações apropriadas**, 51,7% respondeu D e 27,6% DT, perfazendo um total de 79,3% de respostas negativas. A média das respostas foi negativa ($x_m=1,93$), não se constituindo assim este factor como influenciador.

Relativamente ao **Factor n.º 13.13 - Falta de trabalho equestre quer dos cavalos, quer dos militares**, houve um total de 58,6% de respostas positivas. A média das respostas foi positiva ($x_m=2,76$), confirmando-se este factor como influenciador.

Relativamente ao **Factor n.º 13.14 - A não adstrição quase exclusiva de militares de Cavalaria ao serviço a cavalo (Ex: Cinotécnia)**, houve um total de 65,5% de respostas positivas. A média das respostas foi positiva ($x_m=2,76$), confirmando-se este factor como influenciador.

Relativamente ao **Factor n.º 13.15 - Fracos resultados operacionais deste tipo de patrulhamento**, 55,2% das respostas foram negativas e os restantes 44,8% positivas, logo bastante equilibrado. A média das respostas foi ligeiramente negativa ($x_m=2,45$), tornando este facto como não influenciador, ou que poderá suscitar algumas controvérsias.

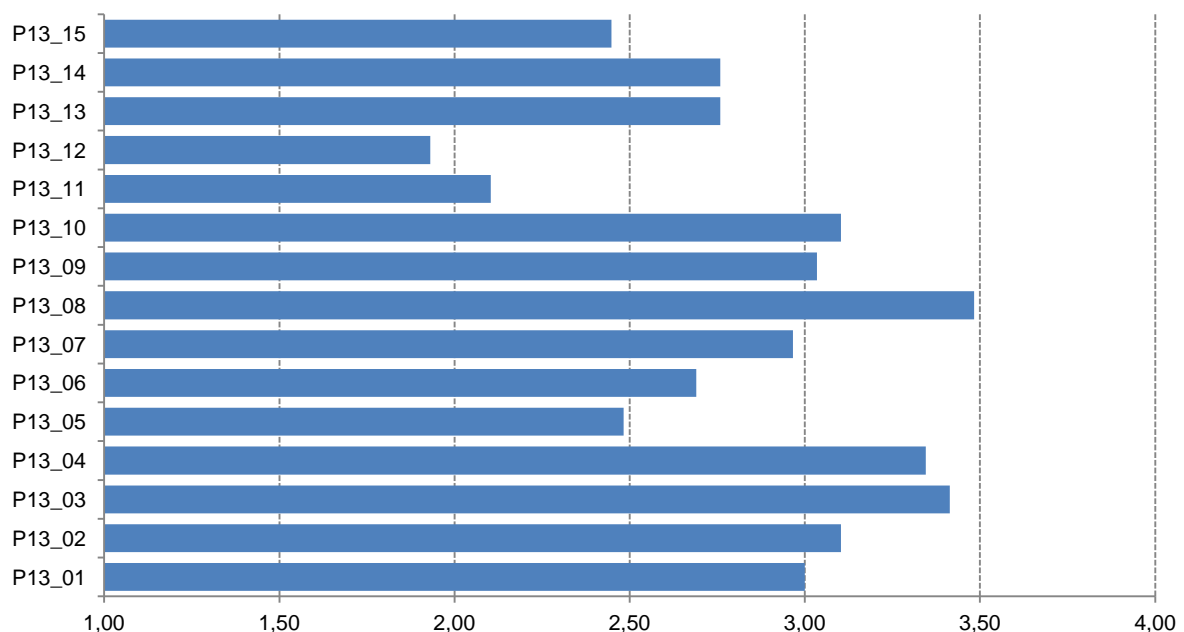


Gráfico 4.8: Factores que condicionam a rentabilização

4.5. CONCLUSÃO DOS INQUÉRITOS

A análise destes inquéritos por questionário revela que existem poucos solípedes (em média) por esquadra. Os Oficiais revelam preocupação com a idade bastante avançada dos mesmos e que este factor tem levado ao desenvolvimento de doenças e lesões nos animais, condicionando inequivocamente a operacionalidade destes.

Surge de forma clara a temática da vantagem que seria a adstrição em regime de exclusividade dos militares das esquadras ao serviço de Cavalaria, para evitar o consequente descuro neste tipo de patrulhamento. Os meios de projecção foram evidenciados como uma outra necessidade premente.

É referido que a USHE, enquanto entidade centralizada, poderia prestar mais apoio às esquadras. É desejável e, portanto, altamente potenciador, a criação de um órgão que tivesse esse papel – de “administrar/inspeccionar”.

4.6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Decorrente da apresentação e análise dos resultados anteriormente descritos, importa neste ponto fazer uma breve súmula acerca dos dados obtidos, através das entrevistas cruzadas com os questionários, de forma a estabelecer um encadeamento lógico, permitindo assim retirar ilações para apresentar no capítulo seguinte, o das conclusões.

Através da análise da Pergunta 1 das entrevistas, cruzando com a Questão 12.6 do questionário, percebemos que é unânime a opinião de que a valência equestre não se esgota nas Honras de Estado, sendo o patrulhamento, o RMOP, as Escolas de Equitação, etc. importantes mais-valias, quer em termos de serviço, quer em termos de prestígio.

A Pergunta 2, 3 e 4 das entrevistas, conjugadas com os resultados das alíneas 1, 2, 3, 5, 6, 8 e 9 da questão 12, permite concluir que o patrulhamento a cavalo, apesar das suas idiossincrasias, é útil e eficiente, sendo necessariamente diferente dos restantes meios/formas de patrulhamento. A sua capacidade de dissuasão transmitida pelo porte imponente do conjunto, e por outro lado a empatia e proximidade que provoca na população, torna-o um recurso capaz de esbater a eventual distância/fosso que possa existir entre a população e as Forças de Segurança.

As Perguntas 6, 7 e 8 das entrevistas englobam uma perspectiva geral sobre o estado do Dispositivo Territorial, a sua uniformização e padronização e factores que consequentemente estrangulam o incremento na rentabilização do meio equestre. Cruzando com as alíneas 10, 11, 16, da questão 12 do questionário, e ainda com as alíneas 1, 2, 3, 4, 7, 8, 13 e 14 da questão 13, constata-se que há factores que estão a intervir nesta

rentabilização. Isso retira-se das lacunas nos quadros de Infantaria, levando ao “desvio” dos militares de Cavalaria, que deveriam estar, tanto quanto possível, ligados quase em regime de exclusividade ao trabalho relacionado com os cavalos, devido à necessidade que este recurso tem de se manter permanentemente em trabalho. Deveria existir uma rede de inspecção/fiscalização e formação, efectuada possivelmente por um órgão exterior aos Comandos Territoriais, que gerisse, além do serviço, o efectivo humano e animal, com particular destaque para os que vão apresentando idade avançada e todas as suas implicações inerentes (doenças e lesões).

Os meios de Projecção são sempre enunciados e referidos como uma lacuna que condiciona fortemente a rentabilidade. Poderia, assim, realizar-se mais serviço, e em locais onde dificilmente são empenhados, sem o recurso a estes meios auto.

Através do cruzamento da Pergunta 9 da entrevista, com as questões 12.13 e 12.14, e ainda as 13.5 e 13.6; ambas dos questionários, constatamos que os Oficiais da USHE defendem uma possível centralização, que numa conjuntura sem constrangimentos orçamentais (utópica), os custos avultados inerentes à centralização de meios, poderiam ser suportados e assim dar primazia à uniformização e controlo que a centralização proporciona. Os comandantes que têm as esquadras no terreno discordam por completo de qualquer centralização, contudo referem que a actual localização não é a ideal, ressaltando que, não obstante, este factor não é crucial.

A Pergunta 10 da entrevista, cruzada com a questão 13.10 do questionário e com os dados recolhidos do número de viaturas existentes, permite-nos constatar que existe, efectivamente, um claro défice de meios de transporte de solípedes. Este meio é considerado fundamental para o patrulhamento, sendo um factor que condiciona de forma decisiva a sua rentabilização, logo deveria haver mais destes meios de projecções das patrulhas a cavalo.

4.7. CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Neste capítulo foi analisado e discutido todo o Trabalho de Campo. As entrevistas semi-directivas e os inquéritos por questionário foram os instrumentos de recolha de informação que melhor permitiram efectuar a análise e tratamento da informação obtida. No Capítulo 5 far-se-á a apresentação das conclusões e das recomendações, tal como a verificação das hipóteses inicialmente formuladas. Estas têm como objectivo completar a resposta às questões de investigação elaboradas, que darão resposta à questão central levantada no Capítulo 1 do trabalho em questão.

CAPITULO 5

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1. INTRODUÇÃO

Uma vez terminada a investigação, torna-se indispensável elencar as ilações retiradas dos dados recolhidos ao longo de todo o trabalho. O presente capítulo visa a validação das hipóteses formuladas, bem como as considerações finais alcançadas através dos processos metodológicos de investigação. Por fim, proceder-se-á à apresentação de recomendações para possíveis investigações futuras sobre este tema, numa perspectiva de tentar acrescentar um modesto contributo para o progresso da Guarda Nacional Republicana.

5.2. VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES FORMULADAS

Relativamente à primeira hipótese: **“O patrulhamento a cavalo é de grande importância para a missão da GNR”**, foi completamente validada, pois para além do patrulhamento cabal que efectua, este, pelas suas especificidades constitui uma mais-valia para completar a vasta panóplia de meios, com os quais a GNR cumpre a sua missão.

Quanto à segunda hipótese: **“A Descentralização é essencial para o emprego eficiente dos solípedes no Dispositivo Territorial”**, foi parcialmente validada, uma vez que os entrevistados discordam e os inquiridos por questionário concordam. Contudo todos concordam que é no terreno que estes meios têm rentabilidade. A centralização, embora permita controlo e uniformidade, acarreta custos, actualmente insuportáveis.

Relativamente à terceira hipótese: **“Há falta de meios humanos nos postos, o que “sacrifica” o patrulhamento a cavalo”**, foi totalmente verificada, uma vez que ficou provado que há falta de militares, principalmente de Infantaria, o que leva ao “desvio” dos militares de Cavalaria para outros serviços “fora” do serviço de Cavalaria. A falta de trabalho frequente, metódico e sistémico conduz a alterações significativas na disponibilidade do animal, tornando-se muitas vezes num processo irreversível, que apenas regride com o reensino do animal. De referir, ainda, que assim não se rentabiliza um meio que “custa” o mesmo, quer trabalhe quer não trabalhe.

Quanto à quarta hipótese: **“O patrulhamento a cavalo está uniformizado e padronizado”**, podemos afirmar que não foi validada. Segundo a generalidade das opiniões

recolhidas pelos dois métodos usados, o dispositivo carece de maior inspeção e formação. Estas condições são necessárias para a aplicação de procedimentos e técnicas, de forma a evoluir continuamente, acompanhando a doutrina estabelecida.

Compreende-se que, com a extensa dispersão de meios existente, não seja fácil este tipo de acções, contudo é visto com agrado a criação de um órgão que abarque tais competências.

No que concerne à quinta hipótese: **“O dispositivo territorial é apoiado pela USHE nas questões técnicas, materiais, e de formação”**, foi refutada. A USHE, enquanto Unidade com competência e responsabilidade em matéria de formação/treino, quer dos solípedes, quer dos militares, estaria incumbida deste tipo de apoio. Contudo, a USHE não tem como missão atribuída prestar o referido apoio. Os Comandantes de Destacamento revelam que seria benéfico e desejável este acompanhamento, para uma boa manutenção operacional quer dos animais, quer dos militares. Esta lacuna poderia ser facilmente colmatada através do atrás referido (hipotético) órgão que, a ser criado e com funções de formação e fiscalização, concorreria para contrariar a tendência aqui constatada.

Relativamente à sexta hipótese: **“O dispositivo animal está deficitário”**, verificamos que foi parcialmente validada. Constatamos que a esmagadora maioria dos animais apresenta idade avançada e que alguns destes sofrem de doenças ou lesões, que por vezes condicionam a operacionalidade dos mesmos.

No que diz respeito à sétima hipótese: **“Faltam meios de projecção para melhorar o emprego dos meios”**, podemos afirmar que foi totalmente validada. Todos os intervenientes no processo de inquirição foram concordantes em afirmar que este meio constitui uma peça fulcral para apoiar o patrulhamento a cavalo.

Relativamente à oitava hipótese: **“A gestão dos militares da Arma de Cavalaria é eficiente”**, foi refutada. Devemos começar por explicar que a gestão é eficaz, ou seja, a missão não deixa de ser cumprida. Contudo, eficiente seria se com os mesmo militares se fizesse mais e melhor. Todos os inquiridos, tal como na hipótese anterior, afirmaram que há “desvio” de recursos humanos de Cavalaria para outros serviços.

Não significa isto que os serviços, aos quais prontamente os militares de Cavalaria acorrem, não sejam de extrema importância. Todavia a especialidade destes devia “vincula-los”, quase exclusivamente e dentro das possibilidades, ao serviço a cavalo, coisa que parece não acontecer. Logo, podemos concluir, que o emprego dos militares da Arma de Cavalaria poderia ser mais rentabilizado.

5.3. REFLEXÕES FINAIS

Apesar da Guarda Nacional Republicana ser a maior instituição Nacional em termos de efectivo, com cerca de 26 mil, tem à sua responsabilidade 94% do Território Nacional. Pelo que todos os seus recursos devem ser geridos e aproveitados ao máximo.

Após análise de todos os dados, pode concluir-se que actualmente existem algumas lacunas no dispositivo a cavalo. O patrulhamento a cavalo é uma valência que diferencia positivamente a GNR, enquanto única FFSS que usa o cavalo em Portugal. Este meio, abandonado por algumas das congéneres Europeias, que mais tarde o reactivaram, para além de grande importância histórica, continua ainda hoje a provar a sua utilidade à sociedade, tal como ficou confirmado pelas opiniões dos Comandantes dos Destacamentos.

Entende-se, porém, que o sentimento de segurança não seja facilmente mensurável e por isso seja mais fácil ser congratulado o trabalho que se realiza no âmbito repressivo, de forma a cessar a infracção, do que o trabalho realizado de forma dissuasora e preventiva, o qual não apresenta números nem estatísticas.

Sobre este ponto de vista e tendo em conta o facto de se aproximar o *términus* do presente TIA, impõe-se que se responda à pergunta de partida, que suscitou a presente investigação e que materializa o epílogo do presente estudo: **“Quais os factores que poderão contribuir para uma maior rentabilização dos solípedes na GNR?”**

Pode afirmar-se peremptoriamente que existem factores que actualmente condicionam um incremento na rentabilização operacional dos solípedes:

A descentralização parece ser o melhor método de implantação, contudo apresenta-se desactualizado, fruto das evoluções sociais e demográficas que nas últimas décadas redesenharam a malha do Território Nacional. Portanto, é imprescindível a sua reorganização para que se evite desaproveitamento dos meios.

Esta ampla descentralização necessita de meios capazes e suficientes para evitar a circunscrição, temporal e espacial do patrulhamento a cavalo. Sem meios de projecção auto, o patrulhamento a cavalo não poderá ser empenhado para além dos giros ao redor do aquartelamento. É então, neste contexto, que surge a preocupação dos responsáveis pelas forças a cavalo no que concerne à sua projecção e empenho noutros locais, até agora desprovidos de qualquer acção deste tipo. Tem-se, portanto, nas viaturas de transporte de solípedes, uma peça-chave para conseguir rentabilizar o recurso equestre.

O emprego dos Recursos Humanos da Arma de Cavalaria é uma questão delicada, contudo, constata-se pelos dados obtidos que neste momento se assiste a um emprego alternativo dos militares de Cavalaria. O levantamento do número de militares abaixo dos 40 anos que desempenha outras funções mostra que possivelmente haverá excesso de militares a ser

formados com destino à Arma de Cavalaria. Contudo, a existir uma redefinição nestes números, terá de se garantir a inamovibilidade durante mais anos que os que actualmente estão definidos.

Uma reflexão crítica sobre esta matéria conduz-nos à problemática da dicotomia entre a Arma de Cavalaria e a Especialidade de Cavalaria. Constatamos que nas outras especializações existe empenhamento exclusivo dos militares ao serviço específico. Porém, no que respeita ao dispositivo Territorial, a Arma de Cavalaria vem obtendo pouca exclusividade para o serviço a cavalo. Este “modelo” faz equacionar a necessidade de existência da especialidade vocacionada para os cavalos, e assim atribuir a exclusividade, que na nossa modesta opinião deveria existir e que apenas outros serviços detêm. Temos como exemplo o Serviço de Protecção da Natureza, entre outros.

Os militares devem estar disponíveis para o serviço a cavalo. Se assim fosse, seria necessário recompletar o efectivo animal das esquadras que actualmente estão deficitárias. Por outro lado, se os militares não trabalharem os animais com frequência e método, acarreta prejuízo para a disponibilidade dos mesmos, que pelas suas especificidades não devem estar parados muito tempo. Os animais começam a adquirir resistências ao trabalho, o que leva os militares a evitarem montá-los (devido às dificuldades), culminando num ciclo vicioso. Não existindo controlo e fiscalização, os cavalos começam a ficar “encostados”. E se já existem poucos cavalos, menos ainda vão ficando aptos para o serviço. Estes factores constituem uma condição *sine qua non* para a rentabilidade.

Logo, aqui entra a questão importante da reciclagem dos militares e reensino dos solípedes, para garantir um serviço com longevidade e qualidade. Neste ponto ressalvamos a idade demasiado avançada que os animais vão apresentando, o que, para além de ser propício a doenças e lesões, diminui a operacionalidade deste recurso. A idade dos animais, exagerada por vezes, não garante operacionalidade. Isto leva a que o recurso seja rentabilizado em actividades com crianças ou noutras acções mais apropriadas à idade excessiva dos cavalos.

5.4. RECOMENDAÇÕES

Face aos resultados obtidos e consequentes conclusões, atrevemo-nos a elencar algumas recomendações, na tentativa de que possa constituir uma modesta contribuição em prol da valência equestre.

Deste modo, uma das medidas sugeridas seria a possível reorganização da implantação das esquadras a cavalo. Já foi realizado um estudo, por determinação da Divisão de Estudos, Planeamento e Organização da GNR, no qual foram identificadas as alterações a introduzir no sentido de maximizar o patrulhamento a cavalo.

Seria também fundamental a adstrição dos militares das esquadras ao serviço a cavalo. Há militares, que embora pertencentes ao quadro de Cavalaria, executam outros serviços, daí a necessidade da criação de uma especialização para o serviço a cavalo.

Parece, por outro lado, pertinente a criação de um órgão, que a nível nacional ou regional, realizasse acções de reciclagem de cavalos e cavaleiros e consequente inspecção. O facto de os meios estarem longe (fisicamente) da USHE, parece impossibilitar o desejável acompanhamento.

Outra das recomendações consiste na aquisição de mais meios de projecção, principalmente TS2. Estas são as viaturas que melhor servem o dispositivo territorial pelo tipo de serviço que se realiza, por serem de fácil condução, por serem mais viáveis economicamente, e por facilmente acederem a qualquer local.

5.5. LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

As limitações ao longo deste TIA prenderam-se com a escassa base legal e documental relativa à matéria em estudo, o que dificultou a análise documental, aquando da parte Teórica, e consequentemente na verificação do estado da arte.

Noutro prisma, o limite de páginas imposto é, em nossa opinião, bastante limitativo para a realização de um trabalho desta natureza onde, neste caso particular, foram feitas inquirições por entrevistas e questionários. Como tal, a capacidade de síntese foi uma preocupação constante e transversal a todo o trabalho, no qual diversas vezes ficou apenas implícita a abordagem de certos conteúdos, que certamente dariam outra profundidade ao trabalho.

5.6. INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Com a elaboração do presente trabalho não se extinguiram as possibilidades de abordagem ao tema proposto. Seria interessante fazer-se uma análise de opinião, acerca deste tipo de patrulhamento, à população e ao poder político.

Por outro lado, a doutrina existente é praticamente nula, estando bastante desactualizada. Seria benéfico a criação de doutrina actualizada e adoptada ao tempo presente, sobre os objectivos, capacidades e limitações do patrulhamento a cavalo.

5.7. FECHO

Como todas as grandes estruturas, a GNR necessita de ajustes a fim de se adaptar, acompanhando a evolução do ambiente em que está inserida, ajustes esses que, de uma forma geral, passam pela organização interna, tendo nos Recursos Humanos, nomeadamente nos de Cavalaria, uma das grandes “rampas de rentabilização”. Tendo esta premissa sempre em mente, foi elaborado o presente Trabalho de Investigação Aplicada, que tem como objectivo contribuir, humildemente, para alcançar o progresso desta *mui* nobre e centenária instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Academia Militar. (2008). *Orientações para Redacção de Trabalhos*. Lisboa: Academia Militar.
- Alves, A. M.(1992, Abril/Junho). *O Regimento De Cavalaria*. Lisboa: Revista Pela Lei e Pela Grei, 10-26.
- Assembleia da República (2007), Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro, (Lei que aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana), Diário da República, 1ª Série, nº 213, 8043-8051.
- Assembleia da República (2008), Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto, (Lei de Segurança Interna), Diário da República, 1ª Série, nº 167, 6135-6141.
- Bento, F. (2010). *As implicações da reestruturação da GNR para o Restabelecimento e Manutenção da Ordem Pública*, Trabalho de Investigação Aplicada. Lisboa: Academia Militar.
- Circular GNR nº 7/99 (1999), Estipula o serviço diário nos postos territoriais - aditamento à NEP/GNR 3.43 de 14OUT98
- Decreto de 03 de Julho de 1834 – Criação da Guarda Municipal.
- Decreto de 03 de Maio de 1911 – Criação da Guarda Nacional Republicana.
- Decreto de 10 de Dezembro de 1801 – Criação da Guarda Real de Polícia.
- Decreto de 12 de Outubro de 1910 – Extingue a Guarda Municipal e cria a Guarda Republicana.
- Decreto nº 331 de 28 de Agosto de 1980 – Aprova o Regulamento de Continências e Honras Militares
- Despacho n.º 59/09 – Ordem à Guarda, de 22 de Dezembro, do Comandante Geral da GNR, (Define as competências, a estrutura e o efectivo da Unidade de Segurança e Honras de Estado).
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (s.d.), Consultado de 01 de Abril a 26 de Julho 2011, disponível em <http://www.priberam.pt> – dicionário de Português, on-line.
- Directiva GNR nº15 da 3ª Rep do CG (2000), Duração do serviço de Patrulhamento a cavalo.
- Email nº 151 de 2011 da Direcção Médica Veterinária, Quantidade diária de ração para os solípedes.

- Fernandes, A. J. (1991). *Relações Internacionais – Factos, Teorias e Organizações*. Lisboa: Editorial Presença.
- Guarda Nacional Republicana (2010), *Estudo do Dispositivo Territorial a Cavalos da Guarda Nacional Republicana*, Comando Operacional – Divisão de Estudos, Planeamento e Organização, *in Prelo*.
- Guarda Nacional Republicana (2009), *Regras de colocação dos Militares da Guarda e das Forças Armadas em comissão de serviço*.
- Guarda Nacional Republicana (2010), *Regulamento do Curso Específico de Cavalaria para Guardas*, Unidade de Segurança e Honras de Estado.
- Guarda Nacional Republicana (s.d.), Consultado a 20 de Abril de 2011, disponível em <http://www.gnr.pt> - fornece informações sobre a toda a estrutura, história e legislação referente à instituição.
- Guarda Nacional Republicana. (1922). Anuário de 1922. Lisboa, Tipografia da GNR.
- Guarda Nacional Republicana. (1958). *Origens da Guarda Nacional Republicana – I Parte – Guarda Real da Polícia, Esboço Histórico*, Lisboa, Tipografia da GNR.
- Guarda Nacional Republicana. (1996). *Manual de Operações (Volume I)*, Lisboa, Tipografia da GNR.
- Guarda Nacional Republicana. (1996). *Manual de Operações (Volume II)*, Lisboa, Tipografia da GNR.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2005). *Investigação por questionário*, 2ª edição. Lisboa: Edições Sílabo.
- Marôco, J. (2007). *Análise estatística com utilização do SPSS*, 3ª edição. Lisboa: Edições Sílabo.
- Ministério da Administração Interna (2008), Portaria n.º 1450/2008 de 16 de Dezembro, (Portaria que define a organização interna das unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva, bem como as respectivas subunidades da GNR), Diário da República, 1ª Série, nº 242, 8845-8854.
- Ministério da Administração Interna (2008), Portaria n.º 1450/2008 de 16 de Dezembro, (Portaria que define a organização interna das unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva, bem como as respectivas subunidades da GNR), Diário da República, 1ª Série, nº 242, 8845-8854.
- NEP/GNR – 3.43 (1998), Serviço diário nos postos.
- NEP/RC.GNR – 3.06 (2005), Honras Militares: Escoltas de Honra a Chefes de Estado.
- Noronha, E. (1950). *Origens da Guarda Nacional Republicana – II Parte – A Guarda Municipal*. Lisboa: Tipografia da GNR.

- Pereira, A., & Poupa, C. (2008). *Como escrever uma Tese monografia ou livro científico usando o Word*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Pires, B. (2008). *A Importância da valência Equestre para o cumprimento da missão Territorial da Guarda Nacional Republicana*, Trabalho de Investigação Aplicada. Lisboa: Academia Militar.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Santos, A.P.R. (1999). *O Estado e a Ordem Pública – As Instituições Militares Portuguesas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Silva, A. O. B., & Aguiar, O.A.P. (1980). *A Guarda Nacional Republicana* (2ªed.), s.l., Tipografia da GNR.

APÊNDICES

APÊNDICE A

A GÊNESE DA VALÊNCIA EQUESTRE NOS CORPOS DE POLÍCIA

A.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, pretende-se fazer uma abordagem histórica ao período compreendido desde as origens dos Corpos de Polícia em Portugal até à actual GNR. Com esta análise, pretende-se identificar a origem e a continuidade da valência equestre como um meio de prossecução da missão da GNR e das suas antecessoras, bem como clarificar o seu contributo ao longo dos tempos como meio de garante da Segurança Pública.

A.2. OS QUADRILHEIROS

Ao retroceder na História, encontramos os Quadrilheiros como um dos antecessores da Guarda Nacional Republicana e, em boa verdade, de todos os Corpos de Polícia que ao longo dos tempos existiram no nosso país. Criado durante o reinado de D. Fernando, no ano de 1382, o Corpo de Quadrilheiros²² foi e constituiu-se como o primeiro grupo de homens vocacionado para a manutenção da ordem pública e com funções de polícia militar (Santos, 1999). Não há relatos de que os Quadrilheiros usassem o cavalo como meio de desenvolvimento da sua missão. Estes homens estavam armados de vara ou lança, tinham como missão reprimir furtos e crimes e ainda deter os seus autores. Nunca se afirmaram e com o passar dos anos a sua função tornou-se muito pouco atractiva, havendo cada vez menos voluntários. Em 1418, passam a ter como missão apenas o patrulhamento diurno das cidades.

A.3. A GUARDA REAL DE POLÍCIA

A.3.1. A criação da Guarda Real de Polícia

A conjuntura vivida após o terramoto de 1755 na cidade de Lisboa é de tal ordem descontrolada que, em 25 de Junho de 1760, é criado por Sebastião José de Carvalho e Melo, Ministro de D. José, o cargo de Intendente Geral da Polícia do Reino, com amplos e ilimitados poderes na área do combate à criminalidade e à qual todos os juizes criminais e

²² O seu nome deriva da arma que utilizavam.

civis deveriam recorrer (Santos, 1999). Já com a Rainha D.^a Maria no poder, esta decide reformar a Intendência Geral da Polícia do Reino, dando mais poderes ao detentor do cargo de Intendente, como por exemplo o poder de prender e conservar na prisão aqueles que apenas necessitassem de alguma correcção. Nomeia para o cargo o Jurista Diogo Inácio de Pina Manique²³, que se dedica especialmente à causa da segurança pública.

É então que, por Decreto Régio²⁴, a 10 de Dezembro de 1801, é criada pelo Intendente Pina Manique a Guarda Real de Polícia (GRP), consagrando-se neste diploma o seguinte: “Sendo muito conveniente, não só para a segurança, e tranquilidade da cidade de Lisboa [...] um corpo permanente, o qual vigie na conservação da ordem, e tranquilidade pública [...] Hei por bem criar uma Guarda Real da Polícia de Lisboa de pé e de cavalo, para vigiar na cidade de Lisboa, e para guardar pela forma e maneira que se regula no Plano”. Neste documento legal, determina-se também que a GRP passe a fazer parte do corpo do exército e seja considerada como tropa de linha, conferindo-lhe uma natureza militar²⁵, sendo então por estas razões que este corpo de polícia é considerado como a verdadeira antecessora da GNR.

Aquando da sua criação, em 1801, estava contemplado um estado-maior, oito companhias de infantaria e quatro de cavalaria, perfazendo um total de 638 homens e 217 cavalos. Verdadeira precursora no que diz respeito à dupla dependência actual da GNR, a GRP subordinava-se à chefia militar e à Intendência Geral da Polícia, “...que obedeça, no que toca à disciplina militar, ao General das Armas da Província, e no que toca ao exercício das suas funções, ao Intendente Geral da Polícia.” (Decreto de 10 de Dezembro de 1801). Desta forma, em 1810, na sua organização²⁶ definitiva, estabeleceu-se que a sua constituição passaria a ser de 1 326 homens e 269 cavalos e que se articularia²⁷ a GRP num Estado Maior, dez companhias de Infantaria e quatro de Cavalaria.

Verifica-se, portanto, pela primeira vez em Portugal, a utilização do cavalo como meio de prossecução da missão no âmbito da manutenção da segurança pública no seio de uma organização vocacionada para a manutenção da ordem. De realçar que com a criação da GRP é realçada a importância do cavalo, isso denota-se pelo número de companhias de Cavalaria, bem como pela quantidade de solípedes que se encontravam ao serviço,

²³ Diogo Inácio de Pina Manique nasceu em 1733 e morreu em 1805, desempenhou cargos como Juiz do Crime, Desembargador, Superintendente-Geral dos Contrabandos e Descaminhos e Intendente-Geral da Polícia.

²⁴ Vide Anexo E

²⁵ Vide Anexo F

²⁶ Vide Anexo G

²⁷ Vide Anexo G

A.3.2. A Guarda Real de Polícia do Porto

Em 17 de Fevereiro de 1824 é criada, por decreto, a Guarda Real de Polícia da Cidade do Porto composta por um reduzido Estado Maior e Menor, duas Companhias de Infantaria, cada uma composta por 105 homens entre oficiais e praças, uma Companhia de Cavalaria, esta última com um efectivo de 9 oficiais, 70 praças e 65 Solípedes (Guarda Nacional Republicana, 1949 p.43).

Com o fim da guerra civil²⁸, a qual opôs Absolutistas e Liberais e assolou o País, e em virtude da vitória dos Liberais, a GRP foi dissolvida por D. Pedro IV, surgindo, em seu lugar, a 3 de Julho de 1834, a Guarda Municipal de Lisboa (GML) e um ano depois, por Decreto de 24 de Agosto de 1835, a Guarda Municipal do Porto (GMP).

A.4. AS GUARDAS MUNICIPAIS

A.4.1. A Guarda Municipal de Lisboa

Do preâmbulo do Decreto que dita a criação de GML constam as razões que levaram à sua formação, bem como a missão geral da qual a GML viria a ser incumbida, sendo de destacar a preocupação que já era patente àquela data com a questão da ordem pública:

“Tomando em consideração a urgente necessidade de se prover à segurança da Capital, que não pode cabalmente ser guardada pelas rondas civis, que pesam sobre seus habitantes, quando aliás pagam contribuições para aquele importantíssimo serviço; nem pelas patrulhas militares, que deterioram a disciplina dos Corpos: Hei por bem, em nome da Rainha, criar nos seguintes artigos a Guarda Municipal de Lisboa, para manter o sossego público, afiançando a segurança da Cidade, sem ameaçar a sua Liberdade.” (Decreto de 3 de Julho de 1834, Preâmbulo).

Este Decreto determinava ainda, no seu art.º 4, que a GML se compusesse por um Estado Maior, três companhias a cavalo e seis companhias a pé, sendo que “[...] Uma companhia a cavalo compõe-se dum Comandante; um tenente; dois sargentos; quatro cabos; trinta e seis soldados [...]” (Decreto de 3 de Julho de 1834, Art.º 6º) e “Uma companhia divide-se em quatro esquadras, a esquadra de cavalaria em quatro patrulhas; na infantaria em oito; a patrulha consta de dois homens. Cada esquadra tem um supranumerário na cavalaria” (Decreto de 3 de Julho de 1834, Art.º 8º).

As Companhias de Cavalaria estavam sediadas nos seguintes locais: a 1ª Companhia em Entremuros e mais tarde no Cabeço de Bola, onde posteriormente se instalou o 2º Esquadrão; a 2ª Companhia no Colégio dos Nobres e, a partir de 1845, no Carmo; por fim, a 3ª Companhia em Alcântara (Noronha, 1950 p.82).

²⁸ Decorreu entre 1828 e 1834, opondo D. Miguel I, que liderava as forças Absolutistas, ao seu irmão D. Pedro IV que liderava os Liberais, terminando com a vitória dos Liberais.

De acordo com o Art.º 2º do Decreto de 3 de Julho de 1834, a capital do reino estava repartida em três Divisões, subdividindo-se cada Divisão em dois Distritos, e cada um destes em quatro Secções, as quais, por sua vez, se subdividiam em duas rondas. Pelo mesmo documento se distribui as companhias para que: “A cada Divisão pertence em geral uma companhia de Cavalaria e a cada Distrito uma companhia *de Infantaria*; a cada Secção uma esquadra; a cada ronda quatro patrulhas.” (Decreto de 3 de Julho de 1834, Art.º 8º), sendo que “Os Comandantes das companhias de Cavalaria são os que comandam as Divisões [...]” (Decreto de 3 de Julho de 1834, Art.º 9º).

A.4.2. A Guarda Municipal do Porto

A 24 de Agosto de 1835 é criada a Guarda Municipal do Porto (GMP). Esta era constituída apenas por uma companhia de Infantaria composta por 178 elementos. Era comandada por um Capitão e tinha ainda dois Tenentes, dois Alferes, um Cirurgião, um Primeiro-sargento, três Segundos-sargentos, nove Cabos e cento e sessenta Soldados.

A cidade encontrava-se dividida em Distritos, subdivididos em nove Divisões. No que dizia respeito ao serviço, disciplina, armamento, vestuário, nomeações e alistamento, os regulamentos da GMP eram semelhantes aos da GML. (GNR, 1922)

Em 1868, o Comando das Guardas Municipais de Lisboa e Porto unificam-se, passando a ser um só e estabelecendo-se no local onde actualmente está instalado o Comando Geral da GNR, no Quartel do Carmo.

Durante o período de existência da Guarda Municipal (GM), muitas foram as mudanças no que respeita à sua organização e efectivos, tendo a última grande reforma, até ser extinta em 1910, com a queda da Monarquia e criada pelo mesmo decreto²⁹ a Guarda Republicana, ocorrido em 1890 por Decreto de 18 de Abril, passando a GML³⁰ a organizar-se num Estado Maior e num Estado Menor, quatro esquadrões de Cavalaria e seis companhias de Infantaria, e a GMP³¹ em Estado Maior e Estado Menor, um esquadrão de cavalaria e quatro companhias de infantaria.

²⁹ Decreto de 12 de Outubro de 1910

³⁰ Vide Anexo H

³¹ Vide Anexo I

A.5. A GUARDA REPUBLICANA

Instaurada a República, os Republicanos criaram uma força que lhes era leal, tal como os Liberais fizeram outrora. Surgiu assim a Guarda Republicana (GR), força esta de cariz meramente transitório, uma vez que o grande objectivo seria criar um corpo de segurança de âmbito nacional. Pode ler-se no Diário do Governo de 13 de Outubro, publicado oito dias após a instauração da República, o Decreto de 12 de Outubro de 1910³², que extingue as Guardas Municipais de Lisboa e Porto, e determina estudar a organização de um corpo de segurança pública nacional com a denominação de Guarda Nacional Republicana. É criado, provisoriamente, em Lisboa e Porto, a Guarda Republicana: “Sendo necessário, a bem do serviço da República, organizar sobre novas bases um corpo de segurança pública para todo o país [...]” (Decreto de 12 de Outubro de 1910, Preâmbulo); “Enquanto se não organiza a Guarda Nacional Republicana, é criada em Lisboa e Porto a Guarda Republicana, para velar pela segurança e liberdade dos cidadãos, guardar os edifícios públicos, etc.” (Decreto de 12 de Outubro de 1910, art.º3º); “A organização desta Guarda, de carácter meramente provisório [...]” (Decreto de 12 de Outubro de 1910, art.º4º).

Esta mudança em nada veio alterar a organização, uma vez que a GR manteve, em termos estruturais, a mesma orgânica que a sua antecessora, tendo mudado apenas a sua designação.

A GR, sediada no Quartel do Carmo³³, dispunha de um efectivo de 2 100 homens. Destes, a GRL dispunha de 1 305 homens e articulava-se em Estado Maior e Estado Menor, três esquadrões de Cavalaria (1º-Carmo, 2º-Cabeço de Bola, 3º -Alcântara) a 3 pelotões cada e seis companhias de Infantaria. Por seu lado a GRP era composta por 795 homens, um Estado Maior e Estado Menor, um esquadrão de Cavalaria a três pelotões e quatro companhias de Infantaria.

Neste corpo de Polícia já se denotavam algumas das características ímpares que actualmente distinguem a GNR das outras forças e serviços de segurança, como a sua dupla dependência, uma vez que “em tempo de Guerra ficava sob as ordens do Ministro da Guerra, como parte integrante do Exército; em tempo de Paz depende directamente do Ministro do Interior e está sob as suas ordens.” (Silva, & Aguiar, 1980, p. 19).

32 Vide Anexo J

33 Actual Quartel do Comando Geral da GNR

A.6. A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

A.6.1. Implementação e missão

Nasce, assim, a 3 de Maio de 1911, a Guarda Nacional Republicana, dando cumprimento ao Decreto de 3 de Maio de 1911. Foi de forma fundada que se criou um corpo policial com uma missão, quase na totalidade vocacionada para o policiamento rural. O legislador afirma que “Datam de longe as reclamações dos povos por falta de uma policia rural que lhes assegure o livre transito das estradas e lhes proteja as propriedades...” e ainda “Em todas as nações cultas existem hoje, além dos corpos destinados à polícia urbana, outros perfeitamente organizados e instruídos para a policia dos campos e povoações rurais, de que resultam incalculáveis benefícios para a segurança e tranquilidade dos povos.” (Decreto de 3 de Maio de 1911, Preâmbulo).³⁴

A.6.2. Efectivos dos primeiros anos

Este recém-criado Corpo de Segurança apresentava organicamente dividia-se em Comando Geral e Tropas da Guarda, inicialmente com efectivo de “cerca de 5 000 homens distribuídos por um Grupo de Esquadrões, seis Batalhões no continente e duas companhias nas ilhas adjacentes” (Silva, & Aguiar, 1980 p. 21). Quanto aos meios equestres, de acordo com o Decreto de 3 de Maio de 1911, tinha um total de 744 solípedes, e a sua distribuição heterogénea de acordo com as necessidades de cada Unidade³⁵.

Até então, a GNR foi uma instituição em permanente mutação e foi sofrendo reestruturações motivadas pela conjuntura com a qual se ia deparando. Assim, a primeira reorganização acontece na sequência da publicação da Lei nº 1, de 1 de Julho de 1913, a qual determinou a reestruturação dos Batalhões, nomeadamente: foi aumentado um esquadrão de Cavalaria à orgânica do Batalhão nº 5, deu-se a formação de mais um esquadrão no já existente Grupo de Esquadrões e foram criadas mais duas companhias nas ilhas, o que implicou um aumento do efectivo, passando a GNR a ter nos seus quadros 5852 homens e passando a contar com 1246 Cavalos.

Com o despoletar da Primeira Grande Guerra, pode-se constatar que o número de 5000 homens previstos inicialmente no quadro orgânico aumenta exponencialmente, atingindo em 1919 um quantitativo superior a 18500 efectivos, com o Decreto nº 5 568 de 10 de Maio de 1919. As Tropas da Guarda passam a constituir-se em:

³⁴ Vide anexo K

³⁵ Vide anexo L

- Uma Companhia mista de Telegrafistas de Campanha
- Um Grupo de 3 Baterias de Artilharia de Campanha
- Cinco Grupos de Esquadrões de Cavalaria a três Esquadrões numerados de 1 a 5
- Um Batalhão de Metralhadoras Pesadas constituído por três companhias
- Doze Batalhões de Infantaria
- Quatro companhias mistas

Resultante destas remodelações, do efectivo constava 510 oficiais e 18478 praças, com 4131 cavalos e 637 animais de raça muar (Santos, 1999)³⁶.

Houve um período bastante atribulado, compreendido entre a morte de Sidónio Pais³⁷ e a “noite sangrenta”³⁸, em que a GNR mostrou ser uma força activa dentro e fora da esfera política.

Devido ao receio no seio político, e de forma a retirar força política e militar que a instituição detinha, orientando o esforço da mesma apenas para a manutenção da ordem pública, foi publicado o Decreto nº 8 064, de 13 de Março de 1922, em cujo prólogo pode ler-se que:

“Um corpo de polícia, embora militarmente organizado, não carece, evidentemente, de dispor de elementos que são indispensáveis para bem conduzir um combate contra forças devidamente organizadas, mas que são inúteis quando se considere a acção normal da Guarda na manutenção da ordem pública [...]” (Decreto nº 8 064, de 21 de Março, Preâmbulo).

Assim, direccionou-se a acção da Guarda para a sua vertente de garante da ordem e tranquilidade pública e foi-lhe retirado o poder bélico que detinha, adequado a uma força armada. Com este diploma legal, ocorreu mais uma reestruturação ao nível da organização da GNR, tendo sido extintos os Grupos de Esquadrões 1 e 2, nascendo, em 5 de Abril de 1922, o Regimento de Cavalaria³⁹ (RC) a cinco Esquadrões, com o Comando em Cabeço de Bola e as suas subunidades nos seguintes locais: 1º Esquadrão - Carmo, 2º Esquadrão – (Aquartelamento de Comando) Cabeço de Bola, 3º Esquadrão – Braço de Prata, 4º Esquadrão – Telheiras e 5º Esquadrão – Campolide.

O total de efectivos da GNR, segundo o anuário de 1922 era de 11 718 homens, dos quais 280 Oficiais, 585 Sargentos e 10 853 praças, bem como 2 301 cavalos e 173 muares. Estes efectivos foram reduzindo drasticamente, sendo em 1926 cerca de 9 800 e mais tarde 5 700.

³⁶ Vide anexo L

³⁷ Vítima de atentado a 18 de Dezembro de 1918.

³⁸ Designação pela qual ficou conhecida a revolta radical que ocorreu em Lisboa a 19 de Outubro de 1921 dirigida pelo coronel Manuel Maria Coelho, no decurso da qual foram assassinados vários políticos, entre eles o Presidente do Ministério.

³⁹ Vide anexo M.

A.6.3. O período da ditadura militar

A Primeira República não foi tranquila em termos políticos. Foram nomeados cinquenta Governos, sete Parlamentos e oito Presidentes da República em apenas dezasseis anos. Esta instabilidade não era do agrado da sociedade em geral e particularmente dos militares que se organizaram e partiram de Braga em direcção à Capital com o fim de instaurar uma ditadura militar⁴⁰, a 28 de Maio de 1926. (Santos, 1999).

Uma vez mais houve uma reorganização e a parte que triunfara sentiu necessidade de “evitar a repetição de tam nefastos abusos, que tam profunda e justamente alarmaram o país” (Decreto nº 13 138, de 15 de Fevereiro de 1927, Preâmbulo). Foi nomeada uma comissão por Portaria de 25 de Março de 1927, incumbida da missão de reorganizar a Guarda, atendendo à redução da despesa pública e ao afastamento dos militares contrários à Ditadura Militar (Santos, 1999). Segundo Santos, aludindo ao escrito no decreto reformador a Guarda passa a ter a seguinte organização:

“As tropas da Guarda Nacional Republicana passam a ser constituídas, em Lisboa, por um Regimento de Cavalaria, a 4 esquadrões e dois Batalhões de Infantaria com 5 Companhias, com os N.os 1 e 2, tendo o primeiro...; No Porto, por um Batalhão Misto, com o N.º 4 a 4 Companhias (...) Um esquadrão de Cavalaria e uma Secção de Metralhadoras Pesadas; Em Évora, por um Batalhão Misto, com o N.º 3, com 3 companhias (...) Um esquadrão de Cavalaria, com sede em Portalegre; Em Coimbra, por um Batalhão Misto, com o N.º 5, com sede em Coimbra (...)” (1999, pp. 263,264)

A.6.4. O Estado novo

Com a rigorosa política do Governo, houve um aumento das acções subversivas e de oposição ao mesmo, vendo-se este obrigado a aumentar o efectivo da GNR e reorganizar, novamente, a sua estrutura. Através do Decreto-lei nº 33 905, de 2 de Setembro de 1944 é organizada “uma formação no Comando Geral, a motorização de parte da Cavalaria, a dotação da força com material moderno e a organização de uma companhia de transportes automóveis.” (Santos, 1999, p.289). Assim, o 2º Esquadrão deixa de ser a Cavalari e passa a ser um esquadrão Motorizado, sendo também aumentados os efectivos da GNR. Logo, o RC passa a ser constituído por três Esquadrões a Cavalari e um Motorizado.

⁴⁰ Com o golpe militar de 28 de Maio de 1926 terminou a 1ª República e iniciou-se o período denominado de Ditadura Militar. De 1926 a 1928 os militares após terem dissolvido o Parlamento assumiram o poder político em Portugal, onde se manteve a instabilidade política e económica proveniente da 1ª República. Motivou a que, em Abril de 1928, se realizassem eleições presidenciais nas quais Óscar Carmona se apresentou como único candidato. Após vencer as eleições, Óscar Carmona como Presidente da República, delega em António de Oliveira Salazar a pasta das Finanças, o qual exigiu possuir o controlo absoluto das despesas de todos os Ministérios. Em 1931, Salazar assumiu a chefia do governo e com a aprovação da Constituição de 1933 institucionalizou-se o Estado Novo.

Em 1947, devido à forte industrialização da margem sul e crescente actividade do partido Comunista nessa região, determina o Governo, através do Decreto-lei nº 36 335, de 9 de Junho, a criação de um destacamento nesse local, ficando o RC incumbido de instalar no Barreiro, um Esquadrão (extinto em 08 de Janeiro de 1976), que viria a ser denominado de Esquadrão destacado do Barreiro como garante de “um eficiente policiamento urbano e rural” (Decreto-lei nº 36 335, de 9 de Junho, preâmbulo), o qual era “...comandado por 1 capitão, 3 oficiais subalternos, 9 sargentos, 23 cabos e 62 soldados que dispõem de 65 cavalos e de 5 viaturas blindadas.” (Santos, 1999, p. 292).

Com as mudanças internas na estrutura do RC, a partir de 15 de Dezembro de 1955, o nome da Formação do RC passou a denominar-se de Esquadrão de Comando. Após 27 de Setembro de 1968, já com Marcelo Caetano a presidir o Conselho de Ministros, a GNR sofre alterações relacionadas com o sistema de progressão da carreira de oficial e de sargento. Em 1970, o Decreto-Lei nº 265/70, de 12 de Julho, extingue a Polícia de Viação e Trânsito e cria a Brigada de Trânsito, unidade que é constituída com militares oriundos do 2º Esquadrão do RC.

No ano de 1971 é criado, através do Decreto-Lei nº 510/71, de 22 de Novembro, o Centro de Instrução da GNR.

Em 1972, em consequência da falta de efectivos, tornou-se imperativo a desactivação do 1º Esquadrão, que se situava no Carmo e que viria a ser extinto, definitivamente, em 1976.

Na madrugada de 24 para 25 de Abril de 1974, começou a revolução que viria a devolver a liberdade aos Portugueses. O Presidente do Conselho refugia-se no Quartel do Carmo, que viria a ser cercado. A GNR acolhe o Professor Caetano e coloca as suas forças no terreno em defesa do Governo.

A.6.5. Pós 25 de Abril

Após tomar posse, o General António de Spínola no Quartel do Carmo, a GNR continuou conotada com o Antigo Regime, devido ao relacionamento cúmplice entre esta e o regime deposto. Em 1983 e 1993, são publicadas novas leis orgânicas, esta última decorrente da

“[...] circunstância do novo enquadramento institucional da Guarda Fiscal, que se traduz na integração desta força de segurança na Guarda Nacional Republicana, vem implicar ainda em termos orgânicos a criação, simultaneamente com a extinção da Guarda Fiscal, de uma nova unidade na Guarda Nacional Republicana denominada Brigada Fiscal.” (DL nº 231/93, 26 de Junho, Preâmbulo).

Por este diploma foi também criado o Esquadrão Presidencial, que tem como principal atribuição garantir a Segurança Exterior e Serviço Honorífico na Presidência da República.

A.7. A ERA DA USHE

O RC constituía-se como força de reserva à ordem do General Comandante Geral, tendo como missão intervir em qualquer ponto do território nacional, e executar serviços de guarnição, honoríficos e de representação.

A.7.1. A transição

A entrada em vigor da Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro, que aprova a nova orgânica da GNR, conduziu à recente reestruturação da GNR, a qual entre outras alterações veio extinguir o RC⁴¹, dando origem à Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE). Esta nova Unidade, nos termos do artigo 43.º daquela Lei, para além da missão geral da Guarda, está especialmente vocacionada e é responsável pela protecção e segurança das instalações dos órgãos de soberania e de outras entidades que lhe sejam confiadas, bem como pela prestação de Honras de Estado.

Assim, segundo o Despacho n.º 59/09-OG⁴², a USHE fica herdeira e depositária das tradições e do espólio histórico do Regimento de Cavalaria, do qual mantém o Estandarte Nacional, bem como as missões e atribuições. Alterou-se também a articulação e dispositivo, como vem explanado no Anexo A ao Despacho GCG n.º 59/09-OG⁴³.

⁴¹ Vide anexo N

⁴² Vide anexo A

⁴³ Vide Anexo A

APÊNDICE B
ENTREVISTAS

APÊNDICE B.1. GUIÃO DA ENTREVISTA



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

Entrevista

FORMANDO: Aspirante GNR/Cavalaria Pedro Miguel Marques Videira

ORIENTADOR: Major GNR/Cavalaria Carlos de Almeida

LISBOA, MAIO DE 2011

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Esta Entrevista insere-se no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicada, tendo em vista a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares – Na Especialidade de Segurança, com incisão no tema “A Rentabilização Operacional dos Meios equestres na Guarda Nacional Republicana”.

O objectivo da Entrevista é recolher dados relativos ao emprego dos solípedes disponíveis quer na USHE, quer por todo dispositivo Territorial. Os dados serão alvo de análise de conteúdo e tratamento estatístico. Para operacionalizar o trabalho pretende-se realizar entrevistas às pessoas que estão ligadas directamente com o planeamento e coordenação do emprego das patrulhas a cavalo bem como com a gestão dos recursos logísticos, cujas se consideram detentoras de conhecimento vital, para a realização da investigação, que se pretende levar a cabo. Deste modo é fundamental para a realização da parte prática da investigação entrevistar V. Ex.^a.

Esta entrevista servirá como ponte entre o enquadramento teórico e todo o trabalho de campo que se pretende desenvolver. Desta forma solícito a V. Ex.^a que me conceda esta entrevista que servirá de suporte para atingir os objectivos desta investigação.

Irei facultar a V. Ex.^a os dados resultantes da análise da presente entrevista antes da concretização do documento final.

Grato pela sua colaboração.

Atenciosamente,

Pedro Videira - Aspirante de Cavalaria

ENTREVISTA

Caracterização dos inquiridos:

Nome:	
Posto:	
Unidade:	
Função:	
Data:	
Idade:	

Antes de se iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer acerca desta Entrevista?

Coloca alguma objecção quanto ao facto de esta Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

Caracterização do objecto de análise:

1. Há correntes de opinião que defendem que quer o patrulhamento a cavalo, quer o RMOP a cavalo são apenas “pretextos” para justificar estes meios, já que, segundo aqueles, a verdadeira razão para a existência desta Unidade é a valência honorífica e de representação. Qual a sua opinião?
2. Quais as grandes vantagens deste tipo de patrulhamento em relação a outros tais como o motorizado, ciclo, ou mesmo apeado. Que me diria?
3. Mas este tipo de patrulhamento apresenta evidentes desvantagens. (tais como o seu carácter eminentemente preventivo ou até o facto de os cavalos defecarem de forma perfeitamente inopinada e muitas vezes em locais menos oportunos)?
4. Esse carácter preventivo é um trabalho que não apresenta resultados. Uma vez que o sentimento de segurança não é facilmente mensurável, como se prova a eficácia deste tipo de patrulhamento sem dados que o sustentem?
5. É frequente a USHE receber retorno (contentamento/descontentamento) por parte dos beneficiários deste tipo de patrulhamento?

6. Na sua opinião em que situação se encontra neste momento o uso dos solípedes por parte do dispositivo Territorial?
7. Acha que esse uso está padronizado e uniformizado?
8. Mas os solípedes estarão a ser bem rentabilizados? Quais os factores que poderão estar a condicionar esse melhor aproveitamento?
9. Defende a dispersão deste meio pelo dispositivo, ou pelo contrário a sua concentração?
Justificação...
 - A dispersão tem inconvenientes, quais são?
 - A centralização tem inconvenientes, quais são?
10. Como pode a viatura TS2 contrariar um possível decréscimo da eficiência, e assim potenciar o patrulhamento?
11. Como é que justifica que dentro da própria Guarda haja tantos detractores da cavalaria, não lhe reconhecendo vantagens?

APÊNDICE B.2. TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA Nº1

Nome:	João José Vieira de Andrade e Sousa
Posto:	Coronel
Unidade:	USHE
Função:	Comandante do Grupo Honras de Estado/Responsável Técnico das Escolas de Equitação
Data:	26 de Maio de 2011
Idade:	48 Anos

Caracterização do objecto de análise:

Pergunta 1. Há correntes de opinião que defendem que quer o patrulhamento a cavalo, quer as acções de Restabelecimento e Manutenção de Ordem Pública a cavalo são apenas “pretextos” para justificar estes meios, já que, segundo aqueles, a verdadeira razão para a existência desta Unidade é a valência honorífica e de representação. Qual a sua opinião?

Resposta 1. Julgo que não. Obviamente que a valência honorífica e de representação é muito importante, mas a vertente de cavalaria não se esgota nesta valência. O cavalo é um excelente meio para actuar em RMOP pelo efeito psicológico e dissuasor. Por toda a Europa se usa cada vez mais o cavalo neste tipo de empenhamento. A empatia e a eficiência que se gera com o patrulhamento a cavalo justifica totalmente o seu emprego no patrulhamento.

Pergunta 2. Quais as grandes vantagens deste tipo de patrulhamento em relação a outros tais como o motorizado, ciclo, ou mesmo apeado. Que me diria?

Resposta 2. O efeito psicológico do cavalo, e o facto de o militar estar mais elevado e assim proporcionar um ângulo de visão e uma perspectiva mais abrangente que transmite segurança à População. As pessoas têm respeito pelos cavalos e normalmente gostam muito dos cavalos, é um animal que cria empatia na população.

Pergunta 3. Mas este tipo de patrulhamento apresenta desvantagens? (tais como o seu carácter eminentemente preventivo ou até o facto de os cavalos defecarem de forma perfeitamente inopinada e muitas vezes em locais menos oportunos)?

Resposta 3. Logicamente, O carácter preventivo é uma vantagem e nunca uma desvantagem. A nossa actuação deve ser sempre preventiva e apenas repressiva quando necessário. Este patrulhamento como outro tipo qualquer tem desvantagens, a

desprotecção quer do cavalo, quer do cavaleiro, com a ressalva de no RMOP serem usadas protecções adequadas para ambos. De restos as desvantagens existentes advêm da própria especificidade do cavalo, e as restrições inerentes ao animal. Mas estas são cobertas pelas vantagens do emprego do cavalo.

Pergunta 4. Esse carácter preventivo é um trabalho que não apresenta resultados. Uma vez que o sentimento de segurança não é facilmente mensurável, como se prova a eficácia deste tipo de patrulhamento sem dados que o sustentem?

Resposta 4. O sentimento de segurança deve ser quantificado com o auxílio de uma escala de valores, através de um estudo, ou questionário, faz-se essa medição e avaliação. Por outro lado há determinadas mais-valias em termos de imagem, etc. que são difíceis de mensurar.

Pergunta 5. É frequente a USHE receber retorno (contentamento/descontentamento) por parte dos beneficiários deste tipo de patrulhamento?

Resposta 5. Sim. A USHE está permanentemente a receber feedback, quer de outras forças da GNR que beneficiam do nosso apoio, quer da população que acarinha bastante este meio e sente-se segura. Nota-se bastante nos eventos maiores como N^a Sr.^a de Fátima, o apreço que a população tem por este meio.

Pergunta 6. Na sua opinião em que situação se encontra neste momento o uso dos solípedes por parte do dispositivo Territorial?

Resposta 6. Eu não disponho de conhecimento absoluto sobre esse uso, mas pela minha experiência penso que há uma fraca rentabilização dos meios a cavalo, tal como os meios ciclo. Mas quanto aos cavalos em específico são pouco rentabilizados.

Pergunta 7. Acha que esse uso está padronizado e uniformizado?

Resposta 7. É difícil, pois não havendo um núcleo no Comando-Geral, apesar de haver um Centro de Formação Equestre recentemente criado na USHE, ainda não há uma fiscalização muito efectiva sobre os meios a cavalo para corrigir e tentar uniformizar, e também para rentabilizar.

Pergunta 8. Mas os solípedes estarão a ser bem rentabilizados? Quais os factores que poderão estar a condicionar esse melhor aproveitamento?

Resposta 8. A descentralização, e a falta de uniformidade no emprego, poderão ser dos factores que mais contribuem.

Pergunta 9. Defende a dispersão deste meio pelo dispositivo, ou pelo contrário a sua concentração? Justificação...

- A dispersão tem inconvenientes, quais são?

- A centralização tem inconvenientes, quais são?

Resposta 9. Sou defensor da concentração de meios. Actualmente dispomos de vias de ligação evoluídas, que transforma o País num “País pequeno”, e com uma rede rodoviária muito boa e com as viaturas seria fácil de distribuir estes meios, para evitar esta grande dispersão e fraco aproveitamento do animal. A concentração tem alguns inconvenientes, mas as vantagens superam pois neste caso a concentração provoca um “know-how” muito mais rentabilizador.

Pergunta 10. Como pode a viatura TS2 contrariar um possível decréscimo da eficiência, e assim potenciar o patrulhamento?

Resposta 10. A viatura TS2 é fundamental para o patrulhamento a cavalo. Só com este tipo de viaturas podemos projectar as patrulhas a cavalo. O cavalo vai a todo o lado, mas por vezes perde muito tempo na deslocação e esse tipo de viaturas cada vez está mais acessível, cada vez são mais baratas e melhores e devíamos ter mais viaturas desse género para podermos projectar e assim rentabilizar o patrulhamento a cavalo.

Pergunta 11. Como é que justifica que dentro da própria Guarda haja tantos detractores da cavalaria, não lhe reconhecendo vantagens?

Resposta 11. Não há assim uma justificação, simplesmente por vezes as pessoas têm desconhecimento da Cavalaria. A cavalaria também terá culpas, por não se dar a conhecer e por não divulgar o nosso serviço e prestação. Mas essencialmente será pelo desconhecimento das mais-valias que o cavalo pode dar à instituição.

APÊNDICE B.3. TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA Nº2

Nome:	José Pedro Marques Inglês
Posto:	Tenente-Coronel
Unidade:	USHE
Função:	Chefe da SOIRP
Data:	26 de Maio de 2011
Idade:	47 Anos

Caracterização do objecto de análise:

Pergunta 1. Há correntes de opinião que defendem que quer o patrulhamento a cavalo, quer as acções de Restabelecimento e Manutenção de Ordem Pública a cavalo são apenas “pretextos” para justificar estes meios, já que, segundo aqueles, a verdadeira razão para a existência desta Unidade é a valência honorífica e de representação. Qual a sua opinião?

Resposta 1. Sem uma não se consegue ter a outra, aliás, uma é o aproveitamento da outra. O volume do Serviço honorífico não permitia ter uma máquina destas em permanência só para isso. O serviço Honorífico é uma imposição do Estado Português, está tipificado nas Leis do Estado Português, que diz exactamente quem tem direito ao serviço, em que condições e quais são os efectivos. Portanto está tipificado, que por exemplo, um Chefe de Estado ou equivalente tem direito a um Regimento a cavalo de escolta. Um regimento a cavalo são cerca de 160 cavalos. Ter um efectivo destes só para fazer Honras de Estado é muito caro, logo de uma forma subsidiária aparece tudo o resto onde aparece a Instrução, a Manutenção da Ordem Pública e o patrulhamento. É uma forma de rentabilizar os meios. A ordem pública a cavalo é fundamental, em acções em que a infantaria entra em ruptura, devido à sua desproporção para com os beligerantes, é uma forma de equilibrar quando a infantaria não suporta as cargas da multidão. Logo é um factor de Segurança do Estado e da segurança em termos gerais.

Pergunta 2. Quais as grandes vantagens deste tipo de patrulhamento em relação a outros tais como o motorizado, ciclo, ou mesmo apeado. Que me diria?

Resposta 2. A principal argumentação tem a ver com o aspecto. O militar a cavalo está bastante mais alto e sempre numa situação dominante, e só por aí é uma forma de impor respeito. Quando andamos na rua a cavalo percebe-se imediatamente a reacção das pessoas, que por um lado poderá tirar alguma empatia, mas por outro lado tem uma acção de domínio. Dois militares a cavalo têm um rendimento que dois militares a pé não têm. A capacidade de ver mais longe porque está mais alto, é muito importante. Foi demonstrado em Sesimbra e em Vila nova de Milfontes onde as patrulhas a cavalo acabaram com os desacatos, que era normal haver na zona da marginal, sem intervenção e apenas pelo patrulhamento em si. Coisa que quatro militares apeados não fariam até porque o cavalo é uma grande arma quando bem utilizado. Um militar no chão pode ser agarrado por 2 ou 3 indivíduos, mas um militar a cavalo de certeza que não o é. Em meio florestal este meio é essencial porque o cavalo anda onde as motas e bicicletas não conseguem andar, portanto há grandes vantagens em determinadas áreas para este tipo de patrulhamento essencialmente no patrulhamento aos bens das pessoas, em zonas rurbanas, e rurais onde temos acidentes de terreno, que condicionam outros meios.

Pergunta 3. Mas este tipo de patrulhamento apresenta desvantagens? (tais como o seu carácter eminentemente preventivo ou até o facto de os cavalos defecarem de forma perfeitamente inopinada e muitas vezes em locais menos oportunos)?

Resposta 3. De facto as limitações são de ordem logística sempre. O cavalo exige meios logísticos pesados. Se compararmos o transporte de força a cavalo ou apeada, a máquina é mais pesada. Exige um ponto de apoio, um aquartelamento ou espaço físico. No caso do aquartelamento limita porque como a logística é pesada a rentabilização fica limitada por uma coroa circular onde o raio é o máximo que o cavalo tem de percorrer numa patrulha. Porque quanto mais longe do aquartelamento projectarmos a força há um momento a partir do qual sai tão caro ir levar como ir buscar, e esse benefício começa-se a perder porque projectar as forças para muito longe faz perder o benefício porque aumenta brutalmente os custos. Projectar uma patrulha a 100 km de distância, e já o temos feito, custa-nos sensivelmente 50 L de combustíveis o que é um custo muito grande. O bom seria fazer coincidência e lançar uma patrulha que faria um percurso linear e onde haveria um ponto de encontro onde era recolhida, e nesse momento era lançada outra à distância que regressaria ao aquartelamento, e assim com a mesma viagem pode-se lançar o dobro das patrulhas. É uma maneira de agilizar o processo. Os meios logísticos são meios muito caros, e custa muito dinheiro o veículo só por si, como também a sua manutenção. Porque estamos a falar de animais que por vezes dão coices, etc., e essa acção destruidora dos solípedes por vezes também acontece o que trás muitos custos e portanto o meio tem de ser muito bem rentabilizado.

Pergunta 4. Esse carácter preventivo é um trabalho que não apresenta resultados. Uma vez que o sentimento de segurança não é facilmente mensurável, como se prova a eficácia deste tipo de patrulhamento sem dados que o sustentem?

Resposta 4. Não é assim tão pouco mensurável. Nós temos experiência sobre as situações e os resultados porque há anos em vamos para certas zonas, e há anos em que vamos para outras. E quando chegamos à zona há um determinado historial da zona, e notamos quando lá chegamos os resultados melhoram substancialmente. Portanto são mensuráveis com base no histórico da zona, e é mais aquele crime no sentido do vandalismo. Nota-se e é mensurável, embora por vezes não se lhe queira dar o carácter directo e como consequência do patrulhamento a cavalo, mas é uma evidência.

Pergunta 5. É frequente a USHE receber retorno (contentamento/descontentamento) por parte dos beneficiários deste tipo de patrulhamento?

Resposta 5. Por vezes, por difícil que pareça, internamente é mais difícil isso acontecer. São mais sensíveis ao patrulhamento as próprias autarquias e a população do que por vezes as unidades que nós reforçamos e que nos pedem o reforço. Esse apreço vem quer por notícias de jornais, quer por parte das pessoas na rua, isto da parte da população.

Pergunta 6. Na sua opinião em que situação se encontra neste momento o uso dos solípedes por parte do dispositivo Territorial?

Resposta 6. Eu não tenho o conhecimento profundo daquilo que se passa no terreno, embora as notícias que nos chegam digam que o dispositivo está muito envelhecido, e de facto começa a apresentar situações de grave carência animal porque os animais que estão dispostos no terreno já não rendem o suficiente. Devido a baixas, a capacidade operacional baixa e já não há uma disponibilidade permanente do animal. Outro factor é a falta de efectivos, mais ainda da infantaria o que faz com que os comandantes de postos se vêem confrontados com a necessidade de utilizar o pessoal de cavalaria em reforço ao serviço feito pelo pessoal de Infantaria. E isto em detrimento claro, do patrulhamento a cavalo. O resultado é que por vezes os cavalos começam a ficar encostados, a não serem trabalhados, e isso resulta na falta de maneio, resulta no temperamento do animal e no fim o animal apresenta falta de condições para realizar o serviço. Isto é uma bola de neve que afecta o patrulhamento a cavalo. Isto é notório nos mapas de registo das patrulhas a cavalo. Ou seja, por vezes passa a ser ao contrário, quando há disponibilidade para realizar o serviço, são os animais que já não têm condições. Esta bola de neve é difícil de gerir para quem tem de gerir os meios, mas é um factor que prejudica gravemente a arma de cavalaria.

Pergunta 7. Acha que esse uso está padronizado e uniformizado?

Resposta 7. A ideia é essa, é estar. Mas sabemos e reconhecemos que às vezes não é verdade, e também é fruto dos efectivos que existem nas esquadras. Nós pretendemos uma padronização que seja a melhor, até para rentabilizar melhor o cavalo, porque temos aqui uma disfunção entre aquilo que são as folgas do militar, e as folgas para descanso do animal. O militar em termos genéricos é utilizado durante 5 dias, e o animal é usado durante 6, e tem um dia para descanso. E esta disfunção por vezes quando as escalas são pequenas é muito limitativa. Quando não há homens o animal descansa à força porque não há quem o monte. Esta disfunção é uma forma de falta de rendimento.

Pergunta 8. Mas os solípedes estarão a ser bem rentabilizados? Quais os factores que poderão estar a condicionar esse melhor aproveitamento?

Resposta 8. Há ainda um eventual terceiro factor que tem a haver com a nossa malha territorial, e com a nossa implantação. Por vezes, e isso acontece mais no litoral, os nossos postos já não estão localizados nos locais ideais de maneira a que as esquadras que lhes estão adstritas realizem o serviço. Quer porque estão em zonas históricas, de arruamentos estreitos onde o cavalo é um entrave à circulação. E como por vezes esses postos não têm a capacidade de fazer o lançamento a uma distância mais longa, para que o patrulhamento deste meio seja feito numa zona que lhe seja favorável, ficamos limitados. Temos os cavalos, temos as instalações, mas o meio envolvente não é um meio que permita que o cavalo realize o patrulhamento.

Pergunta 9. Defende a dispersão deste meio pelo dispositivo, ou pelo contrário a sua concentração? Justificação...

- A dispersão tem inconvenientes, quais são?

- A centralização tem inconvenientes, quais são?

Resposta 9. Tem de haver alguma dispersão sempre. Porque os meios de lançamento são muito caros, e o próprio custo operacional é muito caro, não tem só a ver com a aquisição dos meios. Eu defendo dentro de uma descentralização alguma concentração. Parece-me que as esquadras não deviam estar abaixo de determinado valor (quantidade). Há quem entenda que as esquadras deviam ter no mínimo 5 cavalos, outras que devia ter 6, depende. Mas depende do local de implantação onde a esquadra está é que justifica ou não. De facto, abaixo de 5 cavalos estamos a notar que há perda de rendimento, não faz sentido, e portanto sentido se entendermos que temos uma disseminação muito grande de núcleos de 2, 3, 1, então é preferível concentrar esses até um limite mínimo onde abaixo a esquadra perde grande operacionalidade. Há um limite mínimo que deveria ser obrigatório.

Pergunta 10. Como pode a viatura TS2 contrariar um possível decréscimo da eficiência, e assim potenciar o patrulhamento?

Resposta 10. É uma forma de rentabilização dos meios. Numa esquadra que tenha diariamente 6 cavalos em uso, permite o lançamento de 3 patrulhas. Podemos fazer sair uma patrulha chamada de proximidade que sai do aquartelamento e regressa pelos seus próprios meios. E fazer sair 2 patrulhas, uma que sai do aquartelamento e é recolhida longe face ao se giro, e a TS2 lança outra patrulha no local onde recolhe esta. E esta que foi lançada regressa pelos seus meios. Como se vê com apenas uma viatura destas de transporte de apenas 2 solípedes, podemos lançar 6 cavalos, e isto pode ser feito de manhã e ser repetido à tarde. Ou seja, em hipótese simplesmente com uma TS2 conseguimos rentabilizar 12 cavalos diários. Se as coisas forem bem geridas, bem agilizadas e coordenadas não são precisos muitos meios para se fazer a rentabilização do patrulhamento a cavalo.

Pergunta 11. Como é que justifica que dentro da própria Guarda haja tantos detractores da cavalaria, não lhe reconhecendo vantagens?

Resposta 11. Não me parece. Até porque se um comando Territorial pede, é porque sente a necessidade, senão iria pedir unidades de infantaria! Por vezes essa palavra de apreço, esse reconhecimento não é dito, e esse elogio aparece do exterior. Os comandos e quem comanda sente a necessidade do cavalo, reconhece o valor do animal, e portanto se reconhece não pode ser um detractor, naturalmente.

APÊNDICE B.4. TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA Nº3

Nome:	Adriano José Torrão Cristiano
Posto:	Capitão
Unidade:	USHE
Função:	Comandante do 4º esquadrão a Cavalos
Data:	26 de Maio de 2011
Idade:	32 Anos

Caracterização do objecto de análise:

Pergunta 1. Há correntes de opinião que defendem que quer o patrulhamento a cavalo, quer as acções de Restabelecimento e Manutenção de Ordem Pública a cavalo são apenas “pretextos” para justificar estes meios, já que, segundo aqueles, a verdadeira razão para a existência desta Unidade é a valência honorífica e de representação. Qual a sua opinião?

Resposta 1. Tenho uma opinião contrária a isso. A Ordem pública é inquestionável, os cavalos são indispensáveis. Basta fazer uma análise de alguns acontecimentos de revelo em Portugal, em que os de-briefings das operações mostram a importância da cavalaria e também da cinotécnia como colaboradores deste tipo de acções.

Pergunta 2. Quais as grandes vantagens deste tipo de patrulhamento em relação a outros tais como o motorizado, ciclo, ou mesmo apeado. Que me diria?

Resposta 2. Maior visibilidade, quer por parte dos elementos da força, quer pelas pessoas. Menores custos relativamente a uma viatura. Tem um custo diário reduzido, tem uma grande longevidade, trabalha as horas necessárias. Um meio bastante dissuasor, por norma nem é necessário recorrer ao uso da força, basta a nossa presença. Permite aproximarmos de qualquer local de forma silenciosa. Permite percorrer caminhos que as viaturas não têm possibilidade de fazer.

Pergunta 3. Mas este tipo de patrulhamento apresenta desvantagens? (tais como o seu carácter eminentemente preventivo ou até o facto de os cavalos defecarem de forma perfeitamente inopinada e muitas vezes em locais menos oportunos)?

Resposta 3. Isso para nós não tem sido um problema, aliás, eu dos meus dez anos de serviço numa unidade a cavalo tenho visto serem feitos pré-acordos com as entidades camarárias, os giros são pré-definidos para que o pessoal da câmara, ou empresas por estas contratadas possam limpar esses dejectos que causam incómodo a algumas pessoas. E por norma os cavalos são sempre bem-vindos e desejados em todos os sítios que temos patrulado. São um excelente chamariz em termos turísticos.

Pergunta 4. Esse carácter preventivo é um trabalho que não apresenta resultados. Uma vez que o sentimento de segurança não é facilmente mensurável, como se prova a eficácia deste tipo de patrulhamento sem dados que o sustentem?

Resposta 4. A acção da GNR não se traduz única e exclusivamente no número de autos e no número de detidos. Acontece que no âmbito do programa verão seguro em que os cavalos policiam as praias, o número de furtos em viaturas desce sempre drasticamente, e por vezes acabam pura e simplesmente só com a presença dos cavalos.

Pergunta 5. É frequente a USHE receber retorno (contentamento/descontentamento) por parte dos beneficiários deste tipo de patrulhamento?

Resposta 5. Sim, principalmente a nível interno. Nós estamos integrados numa hierarquia, e devem fazer chegar o contentamento ao Comando Geral. A nível interno é-nos dado a conhecer essa satisfação pelos militares que apoiamos.

Pergunta 6. Na sua opinião em que situação se encontra neste momento o uso dos solípedes por parte do dispositivo Territorial?

Resposta 6. Muitas vezes o número de militares é reduzido, e as ocorrências são muitas que os militares de cavalaria são empregues não no âmbito do serviço de cavalaria, mas nouro tipo de serviço.

Pergunta 7. Acha que esse uso está padronizado e uniformizado?

Resposta 7. Não está. Basta ver pelos mapas e escalas de serviço mensais que as patrulhas ficam numa percentagem muito aquém daquela que seria de esperar.

Pergunta 8. Mas os solípedes estarão a ser bem rentabilizados? Quais os factores que poderão estar a condicionar esse melhor aproveitamento?

Resposta 8. É rentável. Mas um factor importante é o desconhecimento dos cavalos por parte dos comandantes. Pelo menos das capacidades, das possibilidades, e das limitações dos cavalos. Assim, sem o conhecimento não conseguem rentabilizar o meio. Mas o principal factor julgo ser o reduzido número de militares de infantaria, o que leva a usar os militares de cavalaria ficando os cavalos para segundo plano.

Pergunta 9. Defende a dispersão deste meio pelo dispositivo, ou pelo contrário a sua concentração? Justificação...

- A dispersão tem inconvenientes, quais são?

- A centralização tem inconvenientes, quais são?

Resposta 9. Devido à falta de conhecimento que há acerca dos cavalos, isto excepto os militares de cavalaria, tanto pelo reduzido contacto ou porque nunca foi explicado essas capacidades e limitações leva a que defenda a concentração. Estando as forças a cavalo concentradas, não num só ponto, mas em 5 ou 6 pontos em Portugal, se houvesse uma grande capacidade de projectar seria muito mais vantajoso. Concentrados a nível de Comando territorial, ou algo do género. Mas seria mais vantajoso. E era também necessário ter alguém responsável pelas forças a cavalo a nível doutrinário e pelas técnicas e tácticas de patrulhamento e ordem pública, A centralização iria trazer custos, mas seria benéfico.

Pergunta 10. Como pode a viatura TS2 contrariar um possível decréscimo da eficiência, e assim potenciar o patrulhamento?

Resposta 10. Devia haver mais. Se as forças estivessem centralizadas por exemplo nos Comandos Territoriais teria de haver viaturas dessas para que as patrulhas fossem lançadas.

Pergunta 11. Como é que justifica que dentro da própria Guarda haja tantos detractores da cavalaria, não lhe reconhecendo vantagens?

Resposta 11. Não tenho conhecimento que haja assim tanta gente contra a utilização dos cavalos, muito pelo contrário. Claro que haverá gente contra, tal como contra todas as outras valências ou serviços.

APÊNDICE B.5. TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA Nº4

Nome:	Jorge E. Caldeira Marques e Silva
Posto:	Tenente-Coronel
Unidade:	USHE
Função:	Chefe do Estado Maior da USHE
Data:	27 de Maio de 2011
Idade:	50 Anos

Caracterização do objecto de análise:

Pergunta 1. Há correntes de opinião que defendem que quer o patrulhamento a cavalo, quer as acções de Restabelecimento e Manutenção de Ordem Pública a cavalo são apenas “pretextos” para justificar estes meios, já que, segundo aqueles, a verdadeira razão para a existência desta Unidade é a valência honorífica e de representação. Qual a sua opinião?

Resposta 1. Eu confirmo que existem estas correntes, e eu com sinceridade não te consigo dizer se estão correctas ou não. Mas uma coisa é certa, o emprego dos cavalos nessas duas vertentes, e tendo meios a cavalo que façam a vertente honorífica seria muito redutor não utilizarmos os meios nas outras vertentes. Meio a cavalo só para o RMOP seria pesado, até porque não temos assim tantas intervenções. Termos uma quantidade tão grande de cavalos na USHE só para patrulhamento, ou só para RMOP era capaz de ser demais. Mas termos esses meios em virtude da função honorífica e não potenciar o RMOP seria esbanjar recursos. Por outro lado temos de estar conscientes de que na Manutenção de Ordem Pública a cavalo tráz grandes vantagens se utilizadas em certas situações específicas e por pessoas competentes e com formação como nós fazemos aqui. Portanto, tanto para o patrulhamento como para o RMOP considero que pode ser muito bem aproveitado e tirar um bom rendimento. Em suma, ter aqui essa grande quantidade de meios e não aproveitar para desenvolvermos essas vertentes, independentemente de pensarmos que estamos a justificar a existência deles, era esbanjar meios.

Pergunta 2. Quais as grandes vantagens deste tipo de patrulhamento em relação a outros tais como o motorizado, ciclo, ou mesmo apeado. Que me diria?

Resposta 2. As vantagens são desde o raio de acção que uma patrulha a cavalo consegue abarcar, desde a posição mais elevada que tem, um campo de acção e visão muito superior, desde o acesso a locais de difícil acesso por meios motorizados, etc. Passando pela integração do animal na natureza, em ambientes mistos e rurais. O poder do cavalo na dissuasão. A comparação não pode ser feita só num meio, porque a bicicleta é capaz de ser mais barata, mas também é um meio diferente e têm de ser comparados de forma diferente. Mas os estudos que já fizemos de custo cavalo/dia apontam para valores muito reduzidos, desde a aquisição, passando pelos serviço veterinários, ferração, alimentação, etc., mas as pessoas não têm essa noção. As pessoas ficam presas ao valor de aquisição do cavalo e não pensam nos anos de serviço que um cavalo dá à instituição.

Pergunta 3. Mas este tipo de patrulhamento apresenta desvantagens? (tais como o seu carácter eminentemente preventivo ou até o facto de os cavalos defecarem de forma perfeitamente inopinada e muitas vezes em locais menos oportunos)?

Resposta 3. Em ambientes urbanos onde existe muito trânsito, aglomerados de pessoas torna-se incomodativo e não é aconselhável. Mas em termos gerais e escolhendo bem o ambiente tira-se bom rendimento. E estamos numa altura em que a ecologia e o meio ambiente estão a ganhar destaque. No resto da Europa está-se a tentar voltar para trás, houve países que destruíram o patrulhamento a cavalo, e agora estão a tentar voltar com esses meios e já é muito complicado. E mesmo muitos países que já acabaram com a equitação militar mantêm pequenos núcleos de forças a cavalo.

Pergunta 4. Esse carácter preventivo é um trabalho que não apresenta resultados. Uma vez que o sentimento de segurança não é facilmente mensurável, como se prova a eficácia deste tipo de patrulhamento sem dados que o sustentem?

Resposta 4. Tens razão, e nós temos de estar cientes disso e de alguma maneira sensibilizar quem tem o poder de decisão. Não é mensurável mas as pessoas têm que ter termos de comparação e saber que sem as forças a cavalo o que aconteceria. É certo que muita gente com poder na sociedade pedem as forças a cavalo, e também há muitas que quando as têm não as querem ver, porque há pessoas que se sentem incomodadas com os dejectos. Mas temos de encontrar soluções para convencer os decisores, de que é uma acção preventiva, e não é mensurável.

Pergunta 5. É frequente a USHE receber retorno (contentamento/ descontentamento) por parte dos beneficiários deste tipo de patrulhamento?

Resposta 5. Sim, é. Nós muitas vezes recebemos cartas de pessoas a felicitar e a enaltecer determinados serviços e a dizer que gostaram muito do que viram etc. E claro também há outras pelo contrário que reclamam pela presença dos cavalos, principalmente pelo caso

referido anteriormente e relacionado com os dejectos. Mas vamos recebendo, algumas referências positivas. Nós recebemos também, por vezes, “pressões” de entidades e pessoas com influência a pedir para colocarmos patrulhas em determinados locais, por ter havido assaltos e etc. e vêm a patrulha a cavalo como forma de contrariar esses incidentes.

Pergunta 6. Na sua opinião em que situação se encontra neste momento o uso dos solípedes por parte do dispositivo Territorial?

Resposta 6. Acho que podia estar melhor. Não vou aprofundar muito essa questão, porque a reestruturação é recente, e haverá coisas a vários níveis, que poderão ser corrigidas. Mas o emprego do cavalo requer um trabalho diário do próprio cavalo, o cavalo não é um meio que possa estar parado muito tempo, ainda que alimentado e bem de saúde não pode estar parado com detrimento da sua operacionalidade.

Por outro lado, os militares de cavalaria deveriam estar, como no caso da cinotecnia, exclusivamente dedicados às forças a cavalo, no trabalho diário com os cavalos, no patrulhamento a cavalo, em resumo, em tudo o que está relacionado com o meio para o qual foram formados e que se especializaram.

Pergunta 7. Acha que esse uso está padronizado e uniformizado?

Resposta 7. Minimamente uniformizado está, porque todos os homens fazem a sua formação aqui na USHE, houve tempos em que para além de ser na USHE era nas sedes das brigadas mas com a supervisão do RC. A formação inicial é feita cá, e alguma reciclagem também vai sendo feita por cá. Aqui o nosso CEDS fazia reensino dos cavalos quando havia problema com eles. Vai havendo alguma uniformidade. A doutrina é a mesma, não vejo grande falha. Tem de que haver mais formação e fiscalização. E os militares adstritos ao serviço de cavalaria.

Só assim poderemos tirar o rendimento total do meio e garantir que a uniformidade e padronização sejam uma realidade.

Pergunta 8. Mas os solípedes estarão a ser bem rentabilizados? Quais os factores que poderão estar a condicionar esse melhor aproveitamento?

Resposta 8. O país é pequeno, mas os solípedes estão muito dispersos e muitas vezes em Postos que precisavam de um maior apoio dos técnicos de cavalaria. Por vezes os homens são escassos e é preciso fazer outras coisas e o patrulhamento a cavalo vai ficando para outro plano. Não é nenhuma crítica mas é preciso mudar algumas coisas. Acho que podia estar melhor porque as forças a cavalo têm de ter instrução e trabalho diário, os cavalos têm de ser mexidos e trabalhados todos os dias, tal como os homens. Tem de haver uma rede de fiscalização e instrução, pessoas dedicadas aos cavalos para que o patrulhamento tenha sequência e se justifique o meio. Problema é não haver homens de cavalaria dedicados

àquele tipo de patrulhamento, os mesmos são desviados para outro tipo de serviços. Como não estão dedicados acabam por não montar os cavalos com prejuízo para a rentabilização deste meio.

Pergunta 9. Defende a dispersão deste meio pelo dispositivo, ou pelo contrário a sua concentração? Justificação...

- A dispersão tem inconvenientes, quais são?

- A centralização tem inconvenientes, quais são?

Resposta 9. Acho que era mais fácil se estivéssemos centralizados. A nível da uniformização, da instrução, etc. como antigamente nas sedes das Brigadas onde se fazia a gestão dos meios a cavalo que estavam nos postos. Também há desvantagens. Os cavalos devem estar onde estão precisos. Se temos um posto onde o patrulhamento a cavalo é rentável e com vantagens é lá que o cavalo deve estar. Devíamos ter as esquadras, nesses locais, com os militares adstritos, mas isso trás a desvantagem da instrução, do controle, etc. A projecção traz o problema dos custos e viaturas e o tempo da deslocação. As situações têm de ser pesadas.

Pergunta 10. Como pode a viatura TS2 contrariar um possível decréscimo da eficiência, e assim potenciar o patrulhamento?

Resposta 10. Normalmente quando os cavalos estão situados num Posto não precisam da viatura para fazer a patrulha. Mas não é sempre assim. O problema está quando temos Postos com muitos cavalos e aí devido à área do Posto seria benéfico esse tipo de viaturas. Nós aqui, para prestarmos apoio, por exemplo, a Sintra usamos esse tipo de viaturas, bem como a TS7.

Pergunta 11. Como é que justifica que dentro da própria Guarda haja tantos detractores da cavalaria, não lhe reconhecendo vantagens?

Resposta 11. Há algumas pessoas que pensam assim, mas não são muitos. A imagem dos cavalos não está denegrida, e não me parece que seja um problema. Mesmo esses que tenham essa opinião, não têm conseguido impor a sua visão, e vamos mostrando as vantagens do cavalo nomeadamente no RMOP uma vez que devemos ser dos poucos Países que têm doutrina neste campo.

APÊNDICE B.6. TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA Nº5

Nome:	Carlos António Gomes de Almeida
Posto:	Tenente-Coronel
Unidade:	USHE
Função:	Comandante Interino do Grupo de Honras de Estado/Chefe da Secção de Recursos Logísticos e Financeiros
Data:	30 de Maio de 2011
Idade:	46 Anos

Caracterização do objecto de análise:

Pergunta 1. Há correntes de opinião que defendem que quer o patrulhamento a cavalo, quer as acções de Restabelecimento e Manutenção de Ordem Pública a cavalo são apenas “pretextos” para justificar estes meios, já que, segundo aqueles, a verdadeira razão para a existência desta Unidade é a valência honorífica e de representação. Qual a sua opinião?

Resposta 1. Na Unidade de Segurança e Honras de Estado, como o próprio nome indica, a nossa prioridade é o serviço honorífico. Nas unidades territoriais é o patrulhamento a cavalo. Mas, como o serviço honorífico a cavalo não é efectuado todos os dias, aproveitam-se os recursos humanos e animais para patrulhamento, quer em reforço à PSP, quer aos Comandos Territoriais. A USHE cede, também, à Unidade de Intervenção, um Esquadrão RMOP. De entre os outros aproveitamentos tenho de destacar as escolas de equitação e, neste particular, a hipoterapia, enquanto actividade que é oferecida gratuitamente pela Guarda à comunidade.

Pergunta 2. Quais as grandes vantagens deste tipo de patrulhamento em relação a outros tais como o motorizado, ciclo, ou mesmo apeado. Que me diria?

Resposta 2. Todos os tipos são importantes e complementam-se, mas a grande vantagem do patrulhamento a cavalo (a par do cinotécnico e do patrulhamento ciclo), é ter uma grande visibilidade e promover o contacto com as pessoas que se cruzam com os patrulheiros. Da minha experiência, se for na rua montado as pessoas reparam em nós, retribuem o cumprimento e muitas vezes estabelecem um diálogo. Pedem frequentemente para fazer

festas ao cavalo, perguntam o nome e a idade do cavalo, etc.. O cavalo é facilitador do contacto com as pessoas que não se lembram mais tarde do militar, mas se o cavalo era castanho, se era ruço, se era bonito, se era muito alto, se era mansinho, etc.. Fica na memória uma imagem que contribui decisivamente para o reforço do sentimento de segurança porque é natural que onde estejamos não haja insegurança. O patrulhamento motorizado (de carro ou de moto) permite percorrer maiores distâncias mas não facilita o contacto com a população o que, relativamente ao patrulhamento a cavalo na óptica do patrulhamento de proximidade, se traduz numa desvantagem.

Pergunta 3. Mas este tipo de patrulhamento apresenta desvantagens? (tais como o seu carácter eminentemente preventivo ou até o facto de os cavalos defecarem de forma perfeitamente inopinada e muitas vezes em locais menos oportunos)?

Resposta 3. Os cavalos defecarem na via pública tem suscitado algumas críticas. Pelo porte dos animais há também quem tenha receio de se cruzar com as patrulhas. Por isso utilizamos, por norma, a faixa de rodagem e evitamos os passeios. O reverso da medalha é que as forças a cavalo provocam algum congestionamento do trânsito, o que é cada vez menos tolerado. Por exemplo, quando vamos fazer uma escolta de honra, os utilizadores da via têm de esperar muito tempo para que a força a cavalo passe. Temos a noção do incómodo e do transtorno que esse tipo de situações poderá causar.

Pergunta 4. Esse carácter preventivo é um trabalho que não apresenta resultados. Uma vez que o sentimento de segurança não é facilmente mensurável, como se prova a eficácia deste tipo de patrulhamento sem dados que o sustentem?

Resposta 4. Há situações em que fazemos esse patrulhamento e não temos o retorno. Como a área de actuação não é nossa (caso do patrulhamento urbano à cidade de Lisboa), não se pode comparar porque não dispomos dessa informação. Depois, se estamos presentes, é normal que não ocorram crimes e não há meio de saber qual a probabilidade de eles se verificarem se lá não estivéssemos. Por outro lado, a patrulha a cavalo apresenta algumas dificuldades no acto da fiscalização. Por isso, as patrulhas são apoiadas pelos militares da Secção Policial dos Esquadrões, que se deslocam em viatura.

Pergunta 5. É frequente a USHE receber retorno (contentamento/descontentamento) por parte dos beneficiários deste tipo de patrulhamento?

Resposta 5. Como referi anteriormente, algumas pessoas têm-nos feito chegar o seu desagrado relativamente a situações relacionadas, quase que exclusivamente, com os dejectos dos cavalos na via pública. A tecnologia permite que a interacção do cidadão com as instituições seja estabelecida com mais facilidade. O mesmo aparelho que tira uma foto ou filma é o mesmo que é utilizado para enviar o *e-mail*, simultaneamente a várias

entidades.... Em relação aos agradecimentos, a maior parte chega-nos através dos trabalhos e desenhos executados pelos alunos das escolas que nos visitam.

Pergunta 6. Na sua opinião em que situação se encontra neste momento o uso dos solípedes por parte do dispositivo territorial?

Resposta 6. Eu não tenho conhecimento, de facto, para te poder dar uma resposta fundamentada. Não conheço as esquadras, e não tenho a noção correcta do que se passa.

Pergunta 7. Acha que esse uso está padronizado e uniformizado?

Resposta 7. Como referi, não o consigo dizer com algum fundamento.

Pergunta 8. Mas os solípedes estarão a ser bem rentabilizados? Quais os factores que poderão estar a condicionar esse melhor aproveitamento?

Resposta 8. Se nós aqui temos dificuldades, muitas mais dificuldades sentirão os Comandos Territoriais. Basta não haver, por exemplo, uma viatura de transporte de solípedes para limitar o raio de acção das patrulhas e também o seu lançamento. Logo aí estão condicionados às horas do patrulhamento e aos locais onde está localizada a esquadra. Poderiam patrulhar uma romaria, uma festa ou qualquer outro evento na sua Zona de Acção. Poderiam fazer mais do que o que fazem, mas não o podem fazer porque não têm meios de transporte de solípedes. Essa incapacidade é terrível porque poderíamos projectar muito melhor os meios, por mais sítios e situações.

Pergunta 9. Defende a dispersão deste meio pelo dispositivo, ou pelo contrário a sua concentração? Justificação...

- A dispersão tem inconvenientes, quais são?

- A centralização tem inconvenientes, quais são?

Resposta 9. A centralização tem, quase que exclusivamente, só vantagens. Não é necessário tanto efectivo para o apoio, por exemplo. Uma das desvantagens prende-se com o facto de se necessitarem de mais meios de transporte de solípedes, o que requer um forte investimento inicial e uma boa manutenção.

Pergunta 10. Como pode a viatura TS2 contrariar um possível decréscimo da eficiência, e assim potenciar o patrulhamento?

Resposta 10. Com este meio teriam a oportunidade de se projectarem forças para outros sítios, e assim patrulhar toda uma área que sem esta viatura não o é. Assim, ficamos confinados à coroa onde os cavalos conseguem andar em volta do aquartelamento.

Pergunta 11. Como é que justifica que dentro da própria Guarda haja tantos detractores da cavalaria, não lhe reconhecendo vantagens?

Resposta 11. Talvez os grandes responsáveis sejam os próprios militares de Cavalaria pela incapacidade que temos tido em dar a conhecer o que fazemos. Uma postura distante e sobranceira não facilita a troca de informação e leva a que os restantes camaradas se afastem e se defendam, o que é pena. Afinal, é muito mais o que nos une do que aquilo que nos separa.

APÊNDICE C

ANÁLISE DE CONTEÚDO ÀS QUESTÕES DA ENTREVISTA

APÊNDICE C.1. ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 1

Quadro C.1: Análise de conteúdo à questão nº1.

Resposta N.º 1	Afirmativo	Negativo	Há correntes de opinião que defendem que quer o patrulhamento a cavalo, quer as acções de Restabelecimento e Manutenção de Ordem Pública a cavalo são apenas “pretextos” para justificar estes meios, já que, segundo aqueles, a verdadeira razão para a existência desta Unidade é a valência honorífica e de representação. Qual a sua opinião?
Entrevistado N.º1		X	<ul style="list-style-type: none"> A vertente de cavalaria não se esgota na valência honorífica e de representação O cavalo é um excelente meio para actuar em RMOP pelo efeito psicológico e dissuasor A empatia e a eficiência que se gera justifica o patrulhamento a cavalo
Entrevistado N.º2		X	<ul style="list-style-type: none"> Uma é o aproveitamento da outra O serviço Honorífico é uma imposição do Estado Português De uma forma subsidiária aparece Instrução, a Manutenção da Ordem Pública e o patrulhamento A ordem pública a cavalo é fundamental
Entrevistado N.º3		X	<ul style="list-style-type: none"> A Ordem pública é inquestionável Os cavalos são indispensáveis
Entrevistado N.º4		X	<ul style="list-style-type: none"> Seria muito redutor não utilizar os meios nas outras vertentes Ter tantos cavalos na USHE só para patrulhamento, ou só para RMOP era demais RMOP traz grandes vantagens Não se trata de justificar, apenas os aproveitamos para não esbanjar
Entrevistado N.º5		X	<ul style="list-style-type: none"> A nossa prioridade é o serviço honorífico O serviço honorífico não é efectuado todos os dias, logo aproveitam-se os recursos humanos e animais para o patrulhamento Entre outros aproveitamentos destaca-se as escolas de equitação A hipoterapia, enquanto actividade é oferecida gratuitamente pela Guarda à comunidade

APÊNDICE C.2. ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 2

Quadro C.2: Análise de conteúdo à questão nº2.

Resposta N° 2	Quais as grandes vantagens deste tipo de patrulhamento em relação a outros tais como o motorizado, ciclo, ou mesmo apeado. Que me diria?
Entrevistado N°1	<ul style="list-style-type: none"> • Efeito psicológico • Militar está mais elevado • ângulo de visão e uma perspectiva mais abrangente
Entrevistado N°2	<ul style="list-style-type: none"> • O militar está bastante mais alto e sempre numa situação dominante • Impõe respeito • O cavalo é uma grande arma quando bem utilizado • Em meio florestal, o cavalo anda onde as motas e bicicletas não conseguem andar • Grandes vantagens em zonas rurbanas, e rurais onde temos acidentes de terreno, que condicionam outros meios
Entrevistado N°3	<ul style="list-style-type: none"> • Maior visibilidade • Menores custos relativamente a uma viatura • Tem um custo diário reduzido, tem uma grande longevidade, trabalha as horas necessárias • Meio bastante dissuasor • Aproximação silenciosa • Percorre caminhos que as viaturas não têm possibilidade de fazer
Entrevistado N°4	<ul style="list-style-type: none"> • Raio de acção • Posição mais elevada • Campo de acção e visão muito superior • Acesso a locais de difícil acesso por meios motorizados • O poder do cavalo na dissuasão • Integração do animal em ambientes mistos e rurais • Custo cavalo/dia apontam para valores muito reduzidos • Anos de serviço que um cavalo dá à instituição
Entrevistado N°5	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os tipos são importantes e complementam-se • Grande visibilidade e promover o contacto com as pessoas • O cavalo é facilitador do contacto com as pessoas • Patrulhamento de proximidade • Contribui decisivamente para o reforço do sentimento de segurança

APÊNDICE C.3. ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 3

Quadro C.3: Análise de conteúdo à questão nº3.

Resposta N.º 3	Mas este tipo de patrulhamento apresenta desvantagens?
Entrevistado N.º1	<ul style="list-style-type: none"> • O carácter preventivo não é uma desvantagem • Desprotecção quer do cavalo, quer do cavaleiro • Restrições inerentes ao animal
Entrevistado N.º2	<ul style="list-style-type: none"> • Limitações são de ordem logística • Logística pesada • Meios logísticos são muito caros • Limitação por uma coroa circular onde o raio é o máximo que o cavalo tem de percorrer numa patrulha • Custos de projecção
Entrevistado N.º3	<ul style="list-style-type: none"> • Dejectos do animal
Entrevistado N.º4	<ul style="list-style-type: none"> • Em ambientes urbanos torna-se incomodativo e não é aconselhável
Entrevistado N.º5	<ul style="list-style-type: none"> • Os cavalos defecam na via pública • Pelo porte dos animais há quem tenha receio de se cruzar com as patrulhas • As forças a cavalo provocam algum congestionamento do trânsito

APÊNDICE C.4. ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 4

Quadro C.4: Análise de conteúdo à questão nº4.

Resposta Nº 4	Esse carácter preventivo é um trabalho que não apresenta resultados. Uma vez que o sentimento de segurança não é facilmente mensurável, como se prova a eficácia deste tipo de patrulhamento sem dados que o sustentem?
Entrevistado Nº1	<ul style="list-style-type: none"> • O sentimento de segurança deve ser quantificado com o auxílio de uma escala de valores • Há determinadas mais-valias em termos de imagem, etc. que são difíceis de mensurar.
Entrevistado Nº2	<ul style="list-style-type: none"> • Com base no histórico da zona, confrontado com os resultados • Por vezes não se lhe dá o carácter directo e como consequência do patrulhamento a cavalo
Entrevistado Nº3	<ul style="list-style-type: none"> • A acção da GNR não se traduz apenas em autos e detidos • Quando os cavalos policiam as praias, o número de furtos em viaturas desce drasticamente
Entrevistado Nº4	<ul style="list-style-type: none"> • As pessoas têm que perceber o que aconteceria sem as forças a cavalo • É uma acção preventiva, e não é mensurável
Entrevistado Nº5	<ul style="list-style-type: none"> • Há situações em que fazemos esse patrulhamento e não temos o retorno • Se estamos presentes, não ocorrem crimes e não há meio de saber qual a probabilidade de eles se verificarem se lá não estivéssemos

APÊNDICE C.5. ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 5

Quadro C.5: Análise de conteúdo à questão nº5.

Resposta N.º 5	Afirmativo	Negativo	É frequente a USHE receber retorno (contentamento/descontentamento) por parte dos beneficiários deste tipo de patrulhamento?
Entrevista do N.º1	X		<ul style="list-style-type: none"> • A USHE está permanentemente a receber feedback • De outras forças da GNR que beneficiam do nosso apoio • Da população que acarinha bastante este meio
Entrevista do N.º2	X		<ul style="list-style-type: none"> • Internamente é mais difícil isso acontecer • São mais sensíveis ao patrulhamento as autarquias • Por notícias de jornais • Por parte das pessoas na rua
Entrevista do N.º3	X		<ul style="list-style-type: none"> • Principalmente a nível interno • Através da Hierarquia • É-nos dado a conhecer a satisfação dos militares que apoiamos
Entrevista do N.º4	X		<ul style="list-style-type: none"> • Recebemos cartas de pessoas a felicitar e a enaltecer determinados serviços • Outras pelo contrário que reclamam pela presença dos cavalos, principalmente pelo caso referido anteriormente e relacionado com os dejectos • Recebemos também, por vezes, “pressões” de entidades e pessoas com influência a pedir para colocarmos patrulhas em determinados locais • Vêm a patrulha a cavalo como forma de contrariar esses incidentes
Entrevista do N.º5	X		<ul style="list-style-type: none"> • Algumas pessoas têm-nos feito chegar o seu desagrado, quase que exclusivamente, com os dejectos dos cavalos na via pública • Através da tecnologia é possível tirar uma foto ou filmar, e enviar o <i>e-mail</i>, simultaneamente a várias entidades • Os agradecimentos, a maior parte chega-nos através dos trabalhos e desenhos executados pelos alunos das escolas que nos visitam

APÊNDICE C.6. ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 6

Quadro C.6: Análise de conteúdo à questão nº6.

Resposta Nº 6	Na sua opinião em que situação se encontra neste momento o uso dos solípedes por parte do dispositivo territorial?
Entrevistado Nº1	<ul style="list-style-type: none"> • Eu não disponho de conhecimento absoluto sobre esse uso • Pela minha experiência penso que há uma fraca rentabilização dos meios a cavalo
Entrevistado Nº2	<ul style="list-style-type: none"> • Não tenho conhecimento profundo • Dispositivo está muito envelhecido • Animais já não rendem o suficiente • Utilização do pessoal de cavalaria em reforço ao serviço feito pelo pessoal de Infantaria • Pela falta de trabalho diário, há falta de maneio, afecta o temperamento do animal e no fim o animal apresenta falta de condições para realizar o serviço
Entrevistado Nº3	<ul style="list-style-type: none"> • Muitas vezes os militares de cavalaria são empregues fora do âmbito do serviço de cavalaria
Entrevistado Nº4	<ul style="list-style-type: none"> • Podia estar melhor • O emprego do cavalo requer um trabalho diário • O cavalo não é um meio que possa estar parado muito tempo, em detrimento da sua operacionalidade • Os militares de cavalaria deveriam estar exclusivamente dedicados às forças a cavalo, em tudo o que está relacionado com o meio para o qual foram formados e que se especializaram •
Entrevistado Nº5	<ul style="list-style-type: none"> • Não conheço as esquadras • Não tenho a noção correcta do que se passa.

APÊNDICE C.7. ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 7

Quadro C.7: Análise de conteúdo à questão nº7.

Resposta N.º 7	Acha que esse uso está padronizado e uniformizado?
Entrevistado N.º1	<ul style="list-style-type: none"> • É difícil • Não havendo um núcleo no Comando-Geral • Não há uma fiscalização muito efectiva sobre os meios a cavalo para corrigir e tentar uniformizar, e também para rentabilizar
Entrevistado N.º2	<ul style="list-style-type: none"> • Sabemos e reconhecemos que às vezes não se verifica • Pretendemos uma padronização que seja a melhor, até para rentabilizar melhor o cavalo • Quando não há homens o animal descansa à força porque não há quem o monte
Entrevistado N.º3	<ul style="list-style-type: none"> • Não está • Mapas e escalas de serviço mensais mostram que as patrulhas ficam numa percentagem muito aquém daquela que seria de esperar
Entrevistado N.º4	<ul style="list-style-type: none"> • Minimamente uniformizado está, porque todos os homens fazem a sua formação aqui na USHE • A doutrina é a mesma, não vejo grande falha • Tem de haver mais formação e fiscalização • Só assim poderemos tirar o rendimento total do meio e garantir que a uniformidade e padronização sejam uma realidade
Entrevistado N.º5	<ul style="list-style-type: none"> • Não o consigo dizer com algum fundamento

APÊNDICE C.8. ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 8

Quadro C.8: Análise de conteúdo à questão nº8.

Resposta Nº 8	Mas os solípedes estarão a ser bem rentabilizados? Quais os factores que poderão estar a condicionar esse melhor aproveitamento?
Entrevistado Nº1	<ul style="list-style-type: none"> • A descentralização • A falta de uniformidade no emprego
Entrevistado Nº2	<ul style="list-style-type: none"> • Também é fruto dos efectivos que existem nas esquadras • Temos aqui uma disfunção entre aquilo que são as folgas do militar, e as folgas para descanso do animal • A nossa malha territorial, e com a nossa implantação • Por vezes, os nossos postos já não estão localizados nos locais ideais de maneira a que as esquadras que lhes estão adstritas realizem o serviço. • Por vezes esses postos não têm a capacidade de fazer o lançamento a uma distância mais longa, para que o patrulhamento deste meio seja feito numa zona que lhe seja favorável, ficamos limitados • Temos os cavalos, temos as instalações, mas o meio envolvente não é um meio que permita que o cavalo realize o patrulhamento.
Entrevistado Nº3	<ul style="list-style-type: none"> • Um factor importante é o desconhecimento dos cavalos por parte dos comandantes • Das capacidades, das possibilidades, e das limitações dos cavalos • Sem o conhecimento não conseguem rentabilizar o meio • Mas o principal factor julgo ser o reduzido número de militares de infantaria, o que leva a usar os militares de cavalaria ficando os cavalos para segundo plano.
Entrevistado Nº4	<ul style="list-style-type: none"> • Muitas vezes em Postos que precisavam de um maior apoio dos técnicos de cavalaria • Por vezes os homens são escassos e é preciso fazer outras coisas e o patrulhamento a cavalo vai ficando para outro plano • Podia estar melhor porque as forças a cavalo têm de ter instrução e trabalho diário, os cavalos têm de ser mexidos e trabalhados todos os dias, tal como os homens • Tem de haver uma rede de fiscalização e instrução, pessoas dedicadas aos cavalos para que o patrulhamento tenha sequência e se justifique o meio. • Não haver homens de cavalaria dedicados àquele tipo de patrulhamento, os mesmos são desviados para outro tipo de serviços. Como não estão dedicados acabam por não montar os cavalos com prejuízo para a rentabilização deste meio
Entrevistado Nº5	<ul style="list-style-type: none"> • Basta não haver, por exemplo, uma viatura de transporte de solípedes para limitar o raio de acção das patrulhas e também o seu lançamento • Estão condicionados às horas do patrulhamento e aos locais onde está localizada a esquadra • Poderiam fazer mais do que o que fazem, mas não o podem fazer porque não têm meios de transporte de solípedes • Essa incapacidade é terrível porque poderíamos projectar muito melhor os meios, por mais sítios e situações.

APÊNDICE C.9. ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 9

Quadro C.9: Análise de conteúdo à questão nº9.

Resposta N.º 9	Centralização	Descentralização	Defende a dispersão deste meio pelo dispositivo, ou pelo contrário a sua concentração? Justificação...
Entrevista do N.º1	X		<ul style="list-style-type: none"> • Actualmente dispomos de vias de ligação evoluídas • Fácil de distribuir estes meios • Para evitar esta grande dispersão e fraco aproveitamento do animal • A concentração tem alguns inconvenientes, mas as vantagens superam pois neste caso a concentração provoca um “know-how” muito mais rentabilizador
Entrevista do N.º2		X	<ul style="list-style-type: none"> • Os meios de lançamento são muito caros, e o próprio custo operacional é muito caro, não tem só a ver com a aquisição dos meios • Parece-me que as esquadras não deviam estar debaixo de determinado valor • Há um limite mínimo que deveria ser obrigatório
Entrevista do N.º3	X		<ul style="list-style-type: none"> • Estando as forças a cavalo concentradas, não num só ponto, mas em 5 ou 6 pontos em Portugal, se houvesse uma grande capacidade de projectar seria muito mais vantajoso • Era também necessário ter alguém responsável pelas forças a cavalo a nível doutrinário e pelas técnicas e tácticas de patrulhamento e ordem pública • A centralização iria trazer custos, mas seria benéfico
Entrevista do N.º4			<ul style="list-style-type: none"> • Se estivéssemos centralizados seria mais fácil a nível da uniformização, da instrução, etc. • Os cavalos devem estar onde estão precisos • Se temos um posto onde o patrulhamento a cavalo é rentável e com vantagens é lá que o cavalo deve estar • Devíamos ter as esquadras, nesses locais, com os militares adstritos, mas isso trás a desvantagem da instrução, do controle • A projecção traz o problema dos custos e viaturas e o tempo da deslocação
Entrevista do N.º5	X		<ul style="list-style-type: none"> • Não é necessário tanto efectivo para o apoio • Uma das desvantagens prende-se com o facto de se necessitarem de mais meios de transporte de solípedes, o que requer um forte investimento inicial e uma boa manutenção

APÊNDICE C.10. ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 10

Quadro C.10: Análise de conteúdo à questão nº10.

Resposta N.º 10	Como pode a viatura TS2 contrariar um possível decréscimo da eficiência, e assim potenciar o patrulhamento?
Entrevistado N.º1	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamental para o patrulhamento a cavalo • Só assim podemos projectar as patrulhas a cavalo • Devíamos ter mais viaturas desse género para podermos projectar e assim rentabilizar o patrulhamento a cavalo
Entrevistado N.º2	<ul style="list-style-type: none"> • É uma forma de rentabilização dos meios • Em hipótese simplesmente com uma TS2 conseguimos rentabilizar 12 cavalos diários • Se as coisas forem bem geridas, bem agilizadas e coordenadas não são precisos muitos meios para se fazer a rentabilização do patrulhamento a cavalo
Entrevistado N.º3	<ul style="list-style-type: none"> • Devia haver mais • Se as forças estivessem centralizadas teria de haver viaturas dessas para que as patrulhas fossem lançadas
Entrevistado N.º4	<ul style="list-style-type: none"> • O problema está quando temos Postos com muitos cavalos e aí devido à área do Posto seria benéfico esse tipo de viaturas • Nós aqui (USHE), para prestarmos apoio, usamos esse tipo de viaturas, bem como a TS7
Entrevistado N.º5	<ul style="list-style-type: none"> • Com este meio teriam a oportunidade de se projectarem forças para outros sítios, e assim patrulhar toda uma área que sem esta viatura não o é • Ficamos confinados à coroa onde os cavalos conseguem andar em volta do aquartelamento

APÊNDICE C.11. ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 11

Quadro C.11: Análise de conteúdo à questão nº11.

Resposta N.º 11	Como é que justifica que dentro da própria Guarda haja tantos detractores da cavalaria, não lhe reconhecendo vantagens?
Entrevistado N.º1	<ul style="list-style-type: none"> • Simplesmente por vezes as pessoas têm desconhecimento da Cavalaria • A cavalaria também terá culpas, por não se dar a conhecer e por não divulgar o nosso serviço e prestação • Essencialmente será pelo desconhecimento das mais-valias que o cavalo pode dar à instituição
Entrevistado N.º2	<ul style="list-style-type: none"> • Não me parece • Se um comando Territorial pede, é porque sente a necessidade, senão iria pedir unidades de infantaria • Os comandos e quem comanda sente a necessidade do cavalo, reconhece o valor do animal
Entrevistado N.º3	<ul style="list-style-type: none"> • Claro que haverá gente contra, tal como contra todas as outras valências ou serviços
Entrevistado N.º4	<ul style="list-style-type: none"> • Há algumas pessoas que pensam assim, mas não são muitos • A imagem dos cavalos não está denegrida, e não me parece que seja um problema • Vamos mostrando as vantagens do cavalo nomeadamente no RMOP uma vez que devemos ser dos poucos Países que têm doutrina neste campo
Entrevistado N.º5	<ul style="list-style-type: none"> • Talvez os grandes responsáveis sejam os próprios militares de Cavalaria pela incapacidade que temos tido em dar a conhecer o que fazemos • Uma postura distante e sobranceira não facilita a troca de informação e leva a que os restantes camaradas se afastem e se defendam, o que é pena • Afinal, é muito mais o que nos une do que aquilo que nos separa

APÊNDICE D

QUESTIONÁRIOS

APÊNDICE D.1. DETERMINAÇÃO DA DIMENSÃO DA AMOSTRA

Segundo Sarmiento (2008, p.23) é considerado que para calcular uma amostra (n) aleatória simples, numa população finita (N), através da estimativa de uma proporção (p), mas garantindo um nível de confiança (λ) e um nível de precisão (D), deve-se utilizar a seguinte fórmula:

$$n = \frac{p \times (1 - p)}{\frac{D^2}{(Z^{\alpha/2})^2} + \frac{p \times (1 - p)}{N}}$$

Figura D.1: Fórmula para cálculo de uma amostra, numa população finita.

Fonte: Sarmiento (2008, p23).

Para determinar a população foi necessário aferir quantos destacamentos Territoriais possuem esquadras sobre a sua alçada. Há um total de 42 esquadras no dispositivo territorial, incluindo as seis que estão desactivadas. Assim sendo são um total de 33 Destacamentos com esta valência. Aplicando-se a fórmula supra citada, com um grau de confiança de 95% e um nível de erro de 6%, conclui-se que a nossa amostra deve ser de 29 elementos.

APÊNDICE D.2. QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO



ACADEMIA MILITAR

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

RENTABILIZAÇÃO OPERACIONAL DOS MEIOS
EQUESTRES DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

- 1.É pedido que participe num estudo científico preenchendo um questionário anónimo. A sua participação é inteiramente voluntária. Coloque todas as dúvidas se não compreender algo.
- 2.Este questionário tem como objectivo a recolha de dados relativos ao dispositivo dos solípedes na GNR, e os factores que possam incrementar o seu rendimento.
- 3.Este estudo é Anónimo, não será pedida qualquer identificação, tendo sido a numeração dos questionários atribuída de forma aleatória.
- 4.Apesar de não ter carácter obrigatório, seria importante que fosse preenchido por si.
- 5.É composto por 5 páginas num total de 16 questões, não existe respostas correctas nem erradas.
- 6.Não existe tempo limite, no entanto, procure não despendar demasiado tempo nas suas respostas.
- 7.Selecione a sua escolha no círculo respectivo.
- 8.Pode desistir de preencher o questionário a qualquer momento.
- 9.Assim que a informação de todos os questionários tiver sido introduzida num computador, será arquivada, durante 2 anos, e posteriormente destruídos.
- 10.Em caso de alguma sugestão ou esclarecimento por qualquer motivo relativo ao presente estudo, deve ser contactado o seu autor, o Aspirante de Cavalaria Pedro Miguel Marques Videira, email: pmmvideira@hotmail.com.

LISBOA, JUNHO 2011

1. Sexo

Masculino

Feminino

2. Idade

3. Posto

Alferes

Tenente

Capitão

Major

4. Há quantos anos desempenha esta função?

5. Unidade em que estava colocado antes das actuais funções :

CG

UCC

EG

UAF

USHE

CARI

UNT

UI

6. Quantos solípedes tem a esquadra sob o seu comando:

7. Média de idade dos solípedes:

8. Quantas viaturas de transporte de solípedes dispõe o Dter que comanda:

0

2

1

>2

9. Em média quantas patrulhas a cavalo semanais são lançadas na ZA do seu DTer:

10. Em média quantos km são percorridos pela patrulha a cavalo:

11. Em que outras actividades utiliza os solípedes do seu DTer:

Apoio Ao SEPNA

Actividades Com Crianças

Nenhuma

Hipoterapia

NPE

Outras

12. Na qualidade de comandante de destacamento, como classifica as seguintes afirmações:

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
O patrulhamento a cavalo dignifica o serviço da GNR	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O patrulhamento a cavalo constitui uma mais-valia em termos operacionais para o seu DTer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se depende-se de si aumentaria o efectivo da Cavalaria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os militares de Cavalaria que tem sobre o seu comando prestam-lhe, em termos equestres, serviços válidos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O panorama social actual ainda é propício ao patrulhamento a cavalo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O patrulhamento a cavalo é bem acolhido pela população	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O patrulhamento a cavalo é requerido pelo poder político	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O patrulhamento a cavalo trás dividendos no que concerne ao sentimento de segurança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As vantagens do Patrulhamento a cavalo compensam as suas desvantagens	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A USHE apoia tecnicamente a(s) Esquadra(s) sob o seu comando, quer a nível de instrução, quer a nível de acompanhamento dos solípedes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O patrulhamento a cavalo efectuado no dispositivo Territorial efectua-se de forma padronizada e uniformizada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O CTer está sensibilizado acerca do patrulhamento a cavalo e as suas especificidades	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Seria vantajoso, em termos operacionais, que o dispositivo a cavalo estivesse concentrado no comando dos CTer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O efectivo a cavalo deveria estar concentrado em Lisboa e no Porto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As esquadras a cavalo estão descentralizadas de forma e em locais correctos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deveria haver elementos especializados dentro da GNR que prestassem apoio e inspecionassem as esquadras no terreno	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O efectivo a cavalo tem apenas aplicação na prestação de Honras de Estado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

13. Factores que poderão estar a condicionar um possível incremento na rentabilização do patrulhamento a cavalo:

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
Falta de militares de Cavalaria adstritos ao Patrulhamento a Cavalo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de instrução e reciclagens dos militares das esquadras a cavalo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de militares de infantaria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Emprego dos militares de Cavalaria a colmatar a falta de militares de Infantaria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Descentralização das esquadras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Localização das esquadras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de solípedes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Efectivo animal envelhecido	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Doenças/lesões dos Solípedes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de meios (auto) para projectar as patrulhas a cavalo. Quer dentro da ZA do posto, quer do DTer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ZA inapropriada para este tipo de patrulhamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de instalações apropriadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de trabalho equestre quer dos cavalos, quer dos militares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A não adstrição quase exclusiva de militares de Cavalaria ao serviço a cavalo (Ex: Cinotécnia)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fracos resultados operacionais deste tipo de patrulhamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

14. Situação dos militares de Cavalaria sob o seu comando:

Quantos militares tem abaixo dos 40 anos de idade

Quantos militares tem acima dos 40 anos de idade

15. Dados relativos aos militares abaixo dos 40 anos:

	Patrulhamento a cavalo	SEPNA	Investigação criminal (NIC e EII)	Secretariado	NPE	Patrulhamento Apeado, Auto, ciclo, etc.	Outro
Guarda	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Guarda Principal	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Cabo	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Cabo-chefe	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Cabo-Mor	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Sargento	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Outro (especifique)

Nota: quando um militar acumular outra função, mas em que a função primordial seja o Patrulhamento a cavalo, insira-o apenas no campo do patrulhamento a cavalo.

16. Outras considerações que considere pertinentes sobre esta temática:

Muito Obrigado pela sua colaboração.

APÊNDICE E

ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

E.1. ANÁLISE DA QUESTÃO Nº1 – GÊNERO

Tabela E.1: Gênero

	Frequência	Porcentagem
Masculino	29	100
Feminino	0	0
Total	29	100,0

E.2. ANÁLISE DA QUESTÃO Nº2 - IDADE

Tabela E.2: Idade

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Idade	29	26	39	31,83	3,307

E.3. ANÁLISE DA QUESTÃO Nº3 – POSTO

Tabela E.3: Posto

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Capitão	26	89,7	89,7	89,7
Tenente	3	10,3	10,3	100,0
Total	29	100,0	100,0	

E.4. ANÁLISE DA QUESTÃO Nº4 – TEMPO DE FUNÇÃO

Tabela E.4: Tempo de Função

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
1 ano	3	10,3	10,7	10,7
2 ano	4	13,8	14,3	25,0
3 ano	3	10,3	10,7	35,7
4 ano	2	6,9	7,1	42,9

5 ano	3	10,3	10,7	53,6
6 ano	4	13,8	14,3	67,9
7 ano	4	13,8	14,3	82,1
8 ano	4	13,8	14,3	96,4
11 ano	1	3,4	3,6	100,0
Total	28	96,6	100,0	
Omissos	1	3,4		
Total	29	100,0		

E.5. ANÁLISE DA QUESTÃO Nº5 – UNIDADE ONDE ESTE COLOCADO ANTES

Tabela E.5: Unidade onde esteve colocado antes

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Omissos	11	37,9	37,9	37,9
CG	2	6,9	6,9	44,8
EG	11	37,9	37,9	82,8
UAF	1	3,4	3,4	86,2
UCC	1	3,4	3,4	89,7
UI	3	10,3	10,3	100,0
Total	29	100,0	100,0	

E.6. ANÁLISE DA QUESTÃO Nº6 – QUANTOS SOLÍPEDES TÊM AS SUAS ESQUADRAS

Tabela E.6: Número de Solípedes

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
0	4	13,8	13,8	13,8
2	5	17,2	17,2	31,0
3	8	27,6	27,6	58,6
4	6	20,7	20,7	79,3
5	3	10,3	10,3	89,7
6	2	6,9	6,9	96,6
8	1	3,4	3,4	100,0
Total	29	100,0	100,0	

E.7. ANÁLISE DA QUESTÃO Nº7 – MÉDIA DE IDADE DOS SOLÍPEDES

Tabela E.7: Média de Idade dos Solípedes

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Idade	25	14	24	19,20	2,972

E.8. ANÁLISE DA QUESTÃO Nº8 – QUANTAS VIATURAS DE TRANSPORTE DE SOLÍPEDES DISPÕE O DTER QUE COMANDA

Tabela E.8: Viaturas de transporte de Solípedes

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
0	14	48,3	48,3	48,3
1	13	44,8	44,8	93,1
2	2	6,9	6,9	100,0
Total	29	100,0	100,0	

E.9. ANÁLISE DA QUESTÃO Nº9 E 10 – QUANTAS PATRULHAS SEMANAIS SÃO LANÇADAS, E OS KM QUE EM MÉDIA UMA PATRULHA EFECTUA

Tabela E.9: Patrulhas semanais, e os km efectuados em média por patrulha

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Patrulhas semanais	28	0	13	4,46	3,448
km	26	0	90	20,88	17,851

E.10. ANÁLISE DA QUESTÃO Nº11 – EM QUE OUTRAS ACTIVIDADES USA OS SOLÍPEDES

Tabela E.10: Actividades em que usam os Solípedes

	Frequência	Percentagem
Apoio Ao SEPNA	13	16,88
Hipoterapia	25	32,47
Actividades Com Crianças	21	27,27
NPE	18	23,38
total	77	100,0

E.11. ANÁLISE DA QUESTÃO Nº12 – CLASSIFICAÇÃO DAS AFIRMAÇÕES

Tabela E.11: Opinião quanto às classificações

		DT	D	C	CT	Total	Média	Dp
O patrulhamento a cavalo dignifica o serviço da GNR	Freq.			17	12	29	3,41	,501
	%			58,6	41,4	100,0		
O patrulhamento a cavalo constitui uma mais-valia em termos operacionais para o seu DTer	Freq.		10	13	6	29	2,86	,743
	%		34,5	44,8	20,7	100,0		
Se depende-se de si aumentaria o efectivo da Cavalaria	Freq.	3	11	8	7	29	2,66	,974
	%	10,3	37,9	27,6	24,1	100,0		
Os militares de Cavalaria que tem sobre o seu comando prestam-lhe, em termos equestres, serviços válidos	Freq.	1	6	18	4	29	2,86	,693
	%	3,4	20,7	62,1	13,8	100,0		
O panorama social actual ainda é propício ao patrulhamento a cavalo	Freq.		6	20	3	29	2,90	,557
	%		20,7	69,0	10,3	100,0		
O patrulhamento a cavalo é bem acolhido pela população	Freq.		2	18	9	29	3,24	,577
	%		6,9	62,1	31,0	100,0		
O patrulhamento a cavalo é requerido pelo poder político	Freq.	4	13	10	2	29	2,34	,814
	%	13,8	44,8	34,5	6,9	100,0		
O patrulhamento a cavalo trás dividendos no que concerne ao sentimento de segurança	Freq.		7	19	3	29	2,86	,581
	%		24,1	65,5	10,3	100,0		
As vantagens do Patrulhamento a cavalo compensam as suas desvantagens	Freq.	2	8	16	3	29	2,69	,761
	%	6,9	27,6	55,2	10,3	100,0		
A USHE apoia tecnicamente a(s) Esquadra(s) sob o seu comando, quer a nível de instrução, quer a nível de acompanhamento dos solípedes	Freq.	11	14	3	1	29	1,79	,774
	%	37,9	48,3	10,3	3,4	100,0		
O patrulhamento a cavalo efectuado no dispositivo Territorial actua de forma padronizada e uniformizada	Freq.	1	19	8	1	29	2,31	,604
	%	3,4	65,5	27,6	3,4	100,0		
O CTer está sensibilizado acerca do patrulhamento a cavalo e as suas especificidades	Freq.		10	17	2	29	2,72	,591
	%		34,5	58,6	6,9	100,0		
Seria vantajoso, em termos operacionais, que o dispositivo a cavalo estivesse concentrado nos CTer	Freq.	5	12	9	3	29	2,34	,897
	%	17,2	41,4	31,0	10,3	100,0		
O efectivo a cavalo deveria estar concentrado em Lisboa e no Porto	Freq.	10	14	2	3	29	1,93	,923
	%	34,5	48,3	6,9	10,3	100,0		
As esquadras a cavalo estão descentralizadas de forma e em locais correctos	Freq.	2	14	12	1	29	2,41	,682
	%	6,9	48,3	41,4	3,4	100,0		
Deveria haver elementos especializados dentro da GNR que prestassem apoio e inspecionassem as esquadras	Freq.			27	2	29	3,07	,258
	%			93,1	6,9	100,0		
O efectivo a cavalo tem apenas aplicação na prestação de Honras de Estado	Freq.	9	18	1	1	29	1,79	,675
	%	31,0	62,1	3,4	3,4	100,0		

Legenda : DT – Discordo totalmente D – Discordo C – Concordo CT – Concordo totalmente

E.12. ANÁLISE DA QUESTÃO Nº13 – CLASSIFICAÇÃO DOS FACTORES

Tabela E.12: Opinião em relação aos Factores

		DT	D	C	CT	Total	Média	Desvio padrão
Falta de militares de Cavalaria adstritos ao Patrulhamento a Cavalo	Freq.		5	19	5	29	3,00	,598
	%		17,2	65,5	17,2	100,0		
Falta de instrução e reciclagens dos militares das esquadras a cavalo	Freq.		2	22	5	29	3,10	,489
	%		6,9	75,9	17,2	100,0		
Falta de militares de infantaria	Freq.		3	11	15	29	3,41	,682
	%		10,3	37,9	51,7	100,0		
Emprego dos militares de Cavalaria a colmatar a falta de militares de Infantaria	Freq.		2	15	12	29	3,34	,614
	%		6,9	51,7	41,4	100,0		
Descentralização das esquadras	Freq.		16	12	1	29	2,48	,574
	%		55,2	41,4	3,4	100,0		
Localização das esquadras	Freq.		10	18	1	29	2,69	,541
	%		34,5	62,1	3,4	100,0		
Falta de solípedes	Freq.		7	16	6	29	2,97	,680
	%		24,1	55,2	20,7	100,0		
Efectivo animal envelhecido	Freq.		2	11	16	29	3,48	,634
	%		6,9	37,9	55,2	100,0		
Doenças/lesões dos Solípedes	Freq.		10	8	11	29	3,03	,865
	%		34,5	27,6	37,9	100,0		
Falta de meios (auto) para projectar as patrulhas a cavalo. Quer dentro da ZA do posto, quer do DTer	Freq.	2	3	14	10	29	3,10	,860
	%	6,9	10,3	48,3	34,5	100,0		
ZA inapropriada para este tipo de patrulhamento	Freq.	5	18	4	2	29	2,10	,772
	%	17,2	62,1	13,8	6,9	100,0		
Falta de instalações apropriadas	Freq.	8	15	6	0	29	1,93	,704
	%	27,6	51,7	20,7	,0	100,0		
Falta de trabalho equestre quer dos cavalos, quer dos militares	Freq.		12	12	5	29	2,76	,739
	%		41,4	41,4	17,2	100,0		
A não adstricção quase exclusiva de militares de Cavalaria ao serviço a cavalo (Ex: Cinotécnia)	Freq.	1	9	15	4	29	2,76	,739
	%	3,4	31,0	51,7	13,8	100,0		
Fracos resultados operacionais deste tipo de patrulhamento	Freq.	2	14	11	2	29	2,45	,736
	%	6,9	48,3	37,9	6,9	100,0		

Legenda : DT – Discordo totalmente D – Discordo C – Concordo CT – Concordo totalmente

E.13. ANÁLISE DA QUESTÃO Nº14 – SITUAÇÃO DOS MILITARES DE CAVALARIA SOB O SEU COMANDO

Tabela E.13: Relação dos militares entre a faixa dos 40 anos

	Frequência	Percentagem
<40 anos	240	58
>40 anos	175	42

E.14. ANÁLISE DA QUESTÃO Nº15 – DADOS RELATIVOS AOS MILITARES ABAIXO DOS 40 ANOS

Tabela E.14: Funções dos militares de cavalaria abaixo dos 40 anos

Serviço Posto	Patrulhamento a cavalo	SEPNA	Investigação criminal (NIC e EII)	Secretariado	NPE	Patrulhamento Apeado, Auto, ciclo, etc.	Outro
Guarda	128	22	11	21	10	87	3
Guarda Principal	3	3	2		2		
Cabo	42	14	27	22	10	64	
Cabo-chefe			1				
Total	173	39	41	43	22	151	3

E.15. ANÁLISE DA QUESTÃO Nº16 – OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Resposta 1: As patrulhas a cavalo são bastantes diminutas devido à escassez de efectivo para cumprir a missão principal da Guarda: policiamento. Isto acarreta que o patrulhamento a cavalo seja relegado para segundo plano uma vez que a preocupação maior é garantir o serviço diário mínimo: PO e Atendimento nos Postos, já que as patrulhas policiais de 06 horas acontecem muito dificilmente. Perante tal cenário, o patrulhamento a cavalo é vítima do sangramento sucessivo de que os Postos têm sido alvo de há uns tempos a esta parte.

Resposta 2: A falta de efectivos nos Postos Territoriais leva a que quer os Comandante de Posto, quer os Comandantes de Destacamento, utilizem os militares de cavalaria em serviço de patrulha normal (apeada, ocorrências...) descurando o patrulhamento a cavalo.

Resposta 3: As esquadras deveriam estar sob dependência do Destacamentos Territoriais e não dos Postos Territoriais, à semelhança do NPA, NPE, NIC, etc., de forma a os mesmos não serem absorvidos pelo serviço do Posto. Pois se "roubam" os Cavaleiros para o Posto, os cavalos não andam, logo não trabalham, logo vêm as lesões e abandono dos solípedes. Independentemente do comandante de Destacamento ser da Arma de Cavalaria ou não, deveria haver alguém que fiscalizasse e que impusesse os correctos procedimentos, alguém exterior ao Comando Territorial.

ANEXOS

ANEXO A

DESPACHO Nº 59/09-OG

Unidade de Segurança e Honras de Estado

A Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro, aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana.

Com a publicação da Portaria n.º 1450/2008, de 16 de Dezembro, definiu-se a organização inter-na das unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva, bem como as respectivas subunidades.

Com o Despacho nº 78/08-OG, de 22 de Dezembro de 2008, foram definidas as competências, a estrutura e o efectivo da Unidade de Segurança e Honras de Estado.

Decorrido um ano após a implementação da nova estrutura, a experiência entretanto adquirida ao longo da vigência daquele despacho, aconselha a que se proceda a alguns ajustamentos.

Assim, determina-se o seguinte:

1. Definição e missão

A Unidade de Segurança e Honras de Estado é a unidade de representação, de escalão brigada que, nos termos do artigo 43.º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana, para além da missão geral da Guarda, é responsável pela protecção e segurança das instalações dos órgãos de soberania e de outras entidades que lhe sejam confiadas e pela prestação de honras de Estado.

2. Articulação e dispositivo

A Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE) articula-se, conforme Anexo A, em:

a. Comando e Estado-Maior:

(1) Comando:

- (a) Comandante;
- (b) 2.º Comandante;
- (c) Adjunto do Comando;
- (d) Secretaria do Comando (SC);
- (e) Secção de Justiça (SJ);
- (f) Centro de Formação Equestre (CFE);
- (g) Posto de Controlo de Material Classificado (PCMC).

(2) Estado-Maior:

- (a) Chefe do Estado Maior;
- (b) Secção de Operações, Informações e Relações Públicas (SOIRP);
- (c) Secção de Formação e Treino (SFT);
- (d) Secção de Recursos Humanos (SRH);
- (e) Secção de Recursos Logísticos e Financeiros (SRLF).

- b. Subunidades de infantaria e de cavalaria que se articulam respectivamente, em companhias e pelotões, e esquadrões e pelotões:
 - (1) Grupo de Honras de Estado (GHE);
O GHE é constituído por 1 Esquadrão moto e 2 Esquadrões a cavalo.
 - (2) Grupo de Segurança (GS);
O GS é constituído por 2 Companhias de Infantaria.
 - (3) Esquadrão Presidencial (EP);
 - (4) Esquadrão de Comando e Serviços (ECS), cedido pela Unidade de Apoio de Serviços da Secretaria Geral da Guarda.
- c. O Centro de Ensino e Desbaste de Solípedes (CEDS);
- d. A Banda e Fanfarra;
- e. A Charanga a Cavalo.

3. Atribuições

Para além das competências decorrentes da sua missão geral, compete à USHE, nomeadamente:

- a. Garantir a prestação de Honras de Estado confiadas à Guarda, bem como as superiormente determinadas, sem prejuízo das atribuições do esquadrão presidencial;
- b. Garantir a segurança às instalações dos órgãos de soberania, designadamente dos Palácios de S. Bento e das Necessidades, assim como de outras que lhe forem confiadas;
- c. Garantir a segurança e prestação de honras de Estado no Palácio Nacional de Belém;
- d. Manter em prontidão um esquadrão a cavalo para reforço da Unidade de Intervenção em acções de manutenção e restabelecimento da ordem pública;
- e. Nomear, sempre que necessário, oficiais de segurança ou ligação para os órgãos de soberania;
- f. Garantir a remonta, o desbaste e o ensino de solípedes, a inspecção técnica e a uniformização de procedimentos de unidades a cavalo e da equitação;
- g. Assegurar, sob supervisão do comando da doutrina e formação, a instrução específica de cavalaria;
- h. Realizar acções de natureza preventiva e efectuar o emprego operacional dos seus meios em reforço das unidades.

4. Efectivos

Conforme anexo B.

5. Tradições e simbologia

A Unidade de Segurança e Honras de Estado fica herdeira e depositária das tradições e do espólio histórico e documental do Regimento de Cavalaria, do qual manterá o Estandarte Nacional, a simbologia e dia festivo.

6. Instruções de Coordenação

- a. O Grupo de Honras de Estado, o Esquadrão Presidencial, o Centro de Ensino e Desbaste de Solípedes e o Centro de Formação Equestre são orgânicos da Arma de Cavalaria;
- b. Os esquadrões a cavalo possuem uma Secção Siderotécnica;
- c. A Secção de Formação e Treino inclui um Mestre de Equitação;

- d. Nos Esquadrões do Grupo Honras de Estado, a Secção de Comando inclui um condutor, um clarim e um tratador;
- e. O Chefe da Secção de Justiça é, preferencialmente, um oficial do QTPS;
- f. O Centro de Ensino e Desbaste de Solípedes possui especialistas em atrelagem, picadores e tratadores;
- g. A Secção de Recursos Humanos inclui 1 sargento e um cabo do quadro do Serviço de Administração Militar, para tratamento dos assuntos relativos a abonos e outros da mesma natureza;
- h. As subunidades de serviços incluem áreas de TIE, Reabastecimento e Transportes, Sanitária, Veterinária, Alimentação e Bem-estar e Serviços Gerais;
- i. A Secção de Reabastecimento e Transportes do Esquadrão de Comando e Serviços inclui um militar do quadro do Serviço de Material para a função de reabastecimento;
- j. A Secção de Manutenção do Esquadrão de Comando e Serviços inclui um mecânico de armamento do quadro do Serviço de Material;
- k. A Secção de Serviços Gerais do Esquadrão de Comando e Serviços inclui um cabo e um guarda do quadro do Serviço de Material;
- l. A função de gerência da Secção de Alimentação e Bem-Estar deve ser, preferencialmente, exercida por um sargento do quadro do Serviço de Administração Militar;
- m. As Secções de Alimentação e Bem-Estar e de Serviços Gerais poderão ser substituídas por serviços em outsourcing ou as suas funções serem desempenhadas por civis;
- n. A Secção de Comando do Esquadrão de Comando e Serviços inclui um terno de corneteiros/ordenanças;
- o. A Secção TIE inclui a guarnição do centro de transmissões, o posto de controlo de matérias classificadas (em acumulação) e o pessoal técnico de informática;

7. Revogação

Com a publicação do presente Despacho é revogado o Despacho nº 78/08-OG, de 22 de Dezembro.

8. Entrada em vigor

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010.

Anexos:

Anexo A – Estrutura da Unidade de Segurança e Honras de Estado

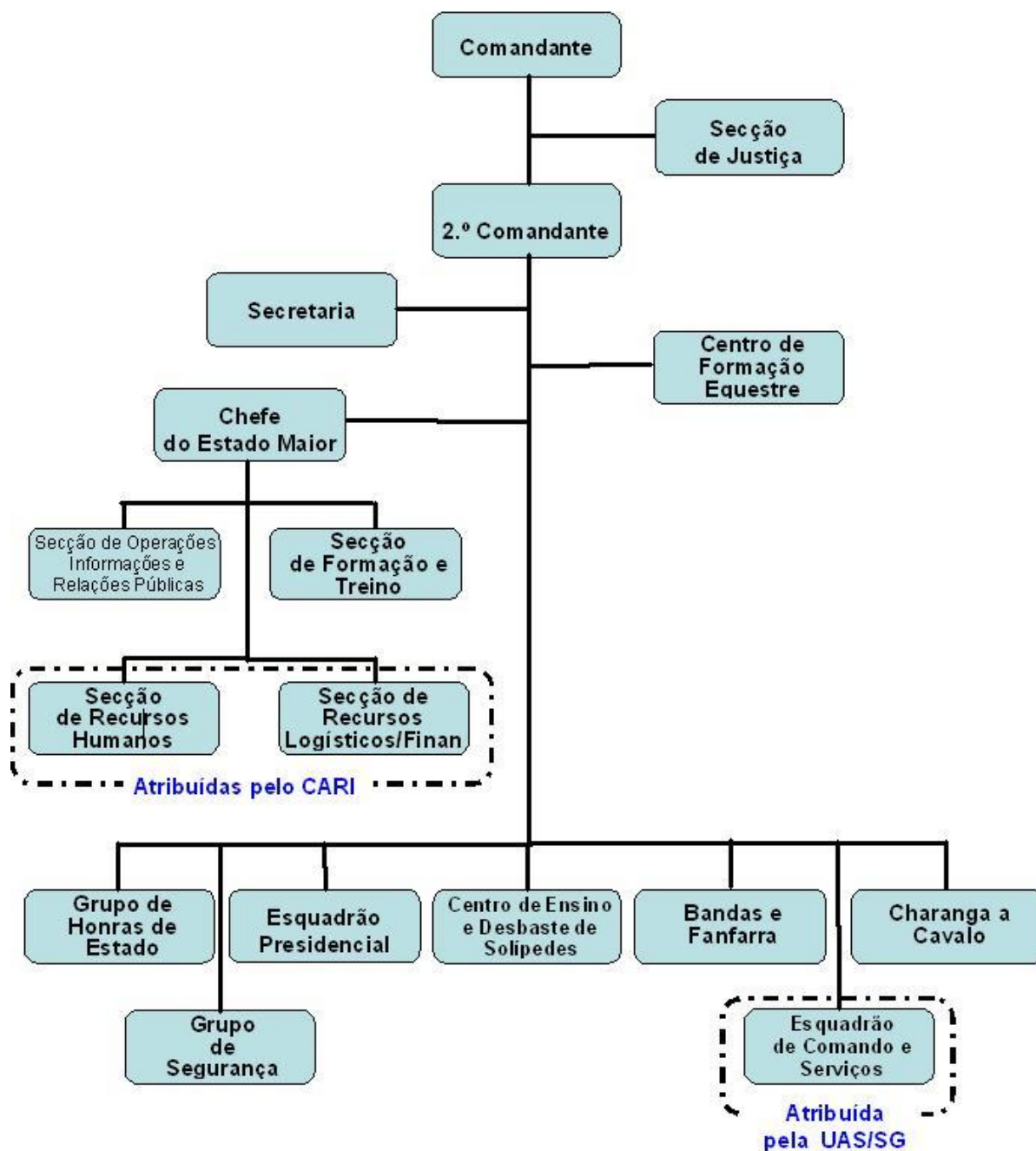
Anexo B – Quadro orgânico de referência da USHE

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana, 30 de Dezembro de 2009.

O Comandante-Geral, Luís Nelson Ferreira dos Santos, Tenente-General.

ANEXO A AO DESPACHO GCG Nº 78/08-OG

Estrutura da Unidade de Segurança e Honras de Estado



ANEXO B AO DESPACHO DO GCG Nº59/09-OG

UNIDADE DE SEGURANÇA E HONRAS DE ESTADO																											
Órgão	Of. Gerais		Oficiais							Sargentos						Guardas			Civis	TOTAL	Obs.						
	TGen	MGen	Cor	Cor TCor	TCor	TCor Maj	Maj	Maj Cap	Cap	Cap Sub	Sub	SMor	SMor SCh	SCh	SCh SAj	SAj	SAj 1ºSrg	1ºSrg				2ºSrg	CMor	CCh	Cb A	Cb Gd	
Comando e Estado-Maior																											
Comandante	1																								1		
2.º Comandante		1																								1	
Chefe do Estado-Maior					1																					1	
Centro de Formação Equestre									1						1						1	1				5	
Adjunto do Comando											1															1	
Secretaria															1			2		2	5					10	
Secção de Justiça																	1				2	1				5	
Secção de Op., Info. e Rel. Púb.					1		1		1						1		1			1	3	1				10	
Secção de Formação e Treino					1				1						1		1	1		1	1	1				8	
Secção de Recursos Humanos								1							1		2	1		2	3	2				12	
Secção de Recursos Logísticos e Financeiros								1	2						1		2	2		1	4	3				16	
Total Cmd e EM	1	1			4		4		5		1				5	1	7	6	8	19	8				70		
Grupo de Honras de Estado																											
Comando e Secção de Comando																											
2º Esquadrão Moto				1		1										1				1	1	1				7	
Comando e Secção de Comando									1								1			1	1	1				5	
Quarteleiros																					1	1	5			7	
Pelotões Moto (3)																										84	
Pelotão BTT																										23	
Secção de Manutenção Moto																	1	1		1	3	3				9	
3º Esquadrão a Cavallo																											
Comando e Secção de Comando									1							1	1		2	3	17					25	
Quarteleiros																				1	1	5				7	
Pelotões (4)																										128	

UNIDADE DE SEGURANÇA E HONRAS DE ESTADO																											
Órgão	Of. Gerais		Oficiais							Sargentos						Guardas			Civis	TOTAL	Obs.						
	TGen	MGen	Cor	Cor TCor	TCor	TCor Maj	Maj	Maj Cap	Cap	Cap Sub	Sub	SMor	SMor SCh	SCh	SCh SAj	SAj	SAj 1ºSrg	1ºSrg				2ºSrg	CMor	CCh	Cb A	Cb Gd	
4º Esquadrão a Cavallo																											
Comando e Secção de Comando									1								1	1		2	3	17				25	
Quarteleiros																					1	1	5			7	
Pelotões (4)																										128	
Total GHE					1		1		3		12				1		5	22	10	76	324				455		
Grupo de Segurança																											
Comando e Secção de Comando																											
2ª Companhia				1		1											1			2	4	5				15	
Comando e Secção de Comando									1												1	1				4	
Pelotões (4)																										140	
3ª Companhia																											
Comando e Secção de Comando									1											1	1					4	
Pelotões (4)																										140	
Total GS				1		1			2		8				1		11	24	2	54	199				303		
Esquadrão Presidencial																											
Comando e Secção de Comando									1							1	1			2	1	6				12	
Pelotões Operacionais (3)																										87	
Total EP									1		3				1	1	6	2	7	78						99	
Centro de Ensino e Desbaste de Solípedes																											
Total CEDS											1				1	1	1	1	1	9	25				39		
Banda e Fanfarra																											
Chefia						1			1																	7	
Secretaria e Arquivo Musical																										4	
Secção de Instrução e Formação																										4	
Banda Sinfónica																										121	
Orquestra de Câmara																										22	
Fanfarra																										39	
Banda Marcial																										51	
Total Banda e Fanfarra						1			1		2	2	1	2		21	49	63	19	38	49				248		
Charanga																											
Executantes																										37	
Filas-Guia																										6	
Total Charanga																										43	

ANEXO B

EFECTIVO DA USHE

Quadro B.1:Quantitativo dos efectivos da USHE, 2011

ACTUALIZADO EM 28JUN11									
OFICIAIS DO EM - CAV^a/INF^a									
MGen									
CORONEL					2				
TEN. CORONEL Cav ^a					6				
TEN. CORONEL Inf ^a					2				
MAJOR					2				
CAPITÃO					5				
TOTAL					17				
OFICIAIS DO EM - SERVIÇOS									
TCor QTPS					1				
CAPITÃO SAM					1				
TOTAL					2				
EFECTIVO DO ESTADO MAIOR					19				
CAVALARIA									
	EC	CEOS	2ºE	3ºE	Charanga	4ºE	EP	TOTAL	
CAPITÃO	1	1	1	1		1	1	6	
TENENTE			2	4		4	1	11	
ALFERES			1	1			1	3	
S. MOR	1							1	
S. CHEFE	12		1	1		1		15	
S. AJUD.	4	1	1	1		1	1	9	
1º SARG.	1	1	8	4		3	5	22	
2º SARG.				2		6	1	9	
FURRIEL	1		4	4		4		13	
CMOR	5	1						6	
CCHEFE	2		2			3	1	8	
CABOS	54	9	37	21	1	14	13	149	
GUARDAS	64	16	44	87	8	89	60	368	
TOTAL	145	29	101	126	9	126	84	620	
SERVIÇOS									
	EC	CEOS	2ºE	3ºE	Charanga	4ºE	EP	TOTAL	
CAPITÃO								0	
TENENTE								0	
ALFERES								0	
S. MOR								0	
S. CHEFE	2							2	
S. AJUD.	3				2	1		6	
1º SARG.	4				1			5	
2º SARG.					1			1	
FURRIEL	2							2	
CMOR								0	
CCHEFE				1	2			3	
CABOS	22		1	10	8	4		45	
GUARDAS	7		2	4	8	6	1	28	
TOTAL	40	0	3	15	22	11	1	92	
TOTAL	185	29	104	141	31	137	85	712	
GHE									
POSTOS	Efec	Total							
TCOR	1	1							
MAJOR	1	0							
SCHEFE	1	0							
S. AJUD.	1	1							
CABO	1	2							
GUARDA	1	1							
TOTAL	6	5							
			INFANTARIA			MUSICA			
	1ºC	3ºC	Total	BM	BMP	FANF	TOTAL		
MAJOR			0				0		
CAPITÃO	1	1	2	1			1		
TENENTE	1		1				0		
ALFERES		1	1				0		
S. MOR			0	5			5		
S. CHEFE	1		1	30	1		31		
S. AJUDANTE		1	1	35	7	2	44		
1º SARGENTO	3	2	5	15	1	2	18		
2º SARGENTO	2	2	4	3			3		
FURRIEL	2	2	4		1		1		
CABO MOR				3		1	4		
CABOS CHEFE	4		4	7	1		8		
CABOS	52	12	64	36	10	19	65		
GUARDAS	128	77	205	24	1	1	26		
TOTAL	194	98	292	159	22	25	206		
TOTAL CAV	631			Total Mus			206		
TOTAL SERV	72			Total Charaga			31		
TOTAL INF	294			TOTAL			1234		
TOTAL EFECTIVO USHE									
1234									
POSTO									
Posto	Q.A.L.	Q. Existente	Diferença		%				
			+	-					
MGen	1	0			0,0				
Coronel	1	2	1		200,0				
Ten. Coronel	7	10	3		142,9				
Major	7	2		5	28,6				
Capitão	15	15			100,0				
Subalterno	25	16		9	64,0				
Sarg. Mor	5	6	1		120,0				
Sarg. Chefe	37	49	12		132,4				
Sarg. Ajudante	90	61		29	67,8				
1º/2º Sargento	137	67		70	48,9				
Furriel	0	20	20		#DIV/0!				
Cabo Mor	0	10	10		#DIV/0!				
Cabo Chefe	71	23		48	32,4				
Cabo	322	325	3		100,9				
Guardas	844	628		216	74,4				
TOTAL	1562	1234	50	377	79,0				
SUBUNIDADE									
Subunidade	Tipo Solipede		Total						
EC	MF		31		69				
	MD		5						
	MS		15						
	MDP/SPM		18						
3º Esq.	MF		95		118				
	MS		23						
4º Esq.	MF		103		123				
	MS		20						
CEDS	MF		17		17				
Total USHE	01-Mar-11		327						

Fonte: Secção de Recursos Humanos USHE, 28 Junho de 2011

ANEXO C

CUSTO APROXIMADO DE UM SOLÍPEDE POR DIA

Quadro C.1: Custo diário aproximado de um solípede

CUSTO DIÁRIO DE 1 CAVALO (2010)		
Segurança/Vigilância da Cavalaria 1,22 €	1 Guarda Último Escalão Vencimento Bruto Mensal	1.760,81 €
	6 Guardas p/ 333 Cavalos	147.908,04 €
	Vigilância Anual	444,17 €
	Vigilância Diária	1,22 €
Limpeza 3,95 €	Ex.: 4.ºEsquadrão 172 Boxes/Baias (Concurso Adjudicado de 01ABR10 a 31DEC10)	183.241,22 €
	Valor a 1 Mês (30 dias)	20.360,41 €
	Valor a 1 Dia	678,67 €
	Limpeza de 1 Baia/Box por dia	3,95 €
Alimentação 2,78 €	1 Kg Palha	0,13250 €
	1 Kg de Ração	0,31694 €
	Consumo Diário - 9 Kg Palha; 5 Kg Ração	
	Palha - 9 Kg x 0,1325 €	1,1925 €
	Ração - 5 Kg x 0,31694 €	1,5847 €
	Alimentação Diária	2,7770 €
Saúde Veterinária 0,28 €	Efectivo Animal - 31DEC09 - 333 Solípedes	
	Ferraduras	24.176,16 €
	Cravos	462,36 €
	Ferração/Cavalo 2009	73,99 €
	Ferração Cavalo/Dia	0,21 €
	Medicamentos (2009)	8.040,79 €
	Saúde - Veterinária/Dia	0,28 €
Aquisição 0,55 €	Ensino - Desbaste aos 5 anos; Abatido aos 20 Anos; Trabalhou 15 anos	
	Aquisição	3.000,00 €
	Abatido	- €
	Trabalho/Ano	200,00 €
	Utilização Trabalho/Dia	0,55 €
Arreio Completo 0,94 €	Arreio M949 - Adquirido (1990)	498,80 €
	Arreio Reprise - Adquirido (2009)	2.500,00 €
	Duração Média 20 anos	
	Desvalorização - Utilização Anual (GHE+CEDS=352 Militares)	125,00 €
	Utilização 47 Semanas - 3 Dias p/ Semana	141 Dias
	Manutenção Arreios para 333 Cavalos	2.478,26 €
	Manutenção Anual do Arreio por Cavalo	7,45 €
	Desvalorização - Utilização Diária	0,94 €
CUSTO TOTAL		9,72 €

Fonte: Secção Operações Informações e Relações Públicas da USHE

ANEXO D

RESUMO DOS EFECTIVOS EQUINOS DA GNR

Quadro D.1: Resumo dos efectivos equinos da GNR

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA		Mapa Resumo Efectivos Equinos GNR				
Unidade	Tipo de Cavalo	Quadro Orgânico	Efectivo na Unidade			
			Na Unidade	Diligência		
				Interna	Externa	Inte
BTER	1 MONTADA DE FILEIRA	0	0	0	2	
T O T A L			0	0	2	
Efectivo da Unidade			2			
COMAN	1 MONTADA DE FILEIRA	0	173	2	17	
	2 MONTADA DE SERVIÇO		2	0	0	
	4 MONTADA DESPORTO PARTIC.		0	0	0	
	7 SPM (ARTº 17º NAEM)		2	0	0	
T O T A L			177	2	17	
Efectivo da Unidade			196			
USHE	1 MONTADA DE FILEIRA	0	198	45	3	
	2 MONTADA DE SERVIÇO		44	15	1	
	3 MONTADA DE DESPORTO		0	5	0	
	4 MONTADA DESPORTO PARTIC.		0	10	3	
	7 SPM (ARTº 17º NAEM)		0	3	0	
T O T A L			242	78	7	
Efectivo da Unidade			327			
1 MONTADA DE FILEIRA			371	47	22	
2 MONTADA DE SERVIÇO			46	15	1	
3 MONTADA DE DESPORTO			0	5	0	
4 MONTADA DESPORTO PARTIC.			0	10	3	
7 SPM (ARTº 17º NAEM)			2	3	0	
TOTAL DA GNR	T O T A L		419	80	26	
Efectivo da GNR			525			

** FIM DA LISTAGEM **

Fonte: AS400, dia 28 de Junho de 2011

ANEXO E

DECRETO CRIADOR DA GRP DE LISBOA, DE PÉ E DE CAVALO



D E C R E T O .

SENDO muito conveniente , não só para a segurança , e tranquillidade da Cidade de Lisboa , Capital dos Meus Vastos Dominios , mas para que na mesma a ordem da Policia receba huma nova consolidação , que á imitação das outras grandes Capitaes se estabeleça hum Corpo permanente , o qual vigie na conservação da ordem , e tranquillidade pública , e que obedeça , no que toca á disciplina Militar , ao General das Armas da Provincia , e no que toca ao exercicio das suas funções , ao Intendente Geral da Policia : Hey por bem crear huma Guarda Real da Policia de Lisboa , de pé , e de cavallo , para vigiar na Cidade de Lisboa , e para a guardar pela fórma , e maneira , que se regula no Plano , que baixa com este , afinado pelo Ministro , e Conselheiro de Estado D. Rodrigo de Soufa Coutinho , a quem Fui servido encarregar de levar á Minha Real Presença os Negocios concernentes á Inspeção da Policia da Corte e Reino ; o qual Plano em toda a sua extensão , e particularidades se entenderá formar parte deste Decreto. Assim o Mando par-

(2)

participar ao Conselheiro de Estado, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, e ao Conselho de Guerra para se fazer executar em cada Repartição pela parte que lhe toca. O mesmo Ministro, e Conselheiro de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Presidente do Meu Real Erario, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio de Queluz em dez de Dezembro de mil oitocentos e hum.

Com a Rubrica do PRINCIPE REGENTE N. S.

Secretaria de Estado em 2 de Janeiro de 1802.

Manoel Travassos da Costa Araujo.

Fonte: Arquivo Histórico da GNR

ANEXO F

SUBORDINAÇÃO DA GRP DE LISBOA - DECRETO DE 1801

I.

O Commandante da Guarda será subordinado ao General das Armas da Provincia , de quem receberá todos os dias o fante ; e ao Intendente Geral da Policia , para executar todas as suas Ordens , e Requições ; devendo dar a hum e outro parte do que houver acontecido no dia , e noite precedente ; além da que ha de dar tambem diariamente ao Ministro de Estado , Encarregado da Policia , que actualmente he o Presidente do Real Erario.

Fonte: Arquivo Histórico da GNR

ANEXO G

COMPOSIÇÃO, ARTICULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA GRP

Quadro G.1: Distribuição dos efectivos e solípedes, na organização definitiva da GRP em 1810.

	Nº de Homens	Nº de Solípedes
Estado Maior	38	20
Infantaria	1030	5
Cavalaria	258	244
Total	1326	269

Fonte: Guarda Nacional Republicana (1949, p.25)

Quadro G.2: Localização das Companhias de Cavalaria.

Companhias/Quartéis	Localização	Bairros a que pertencem
1ª Triste Feia	No quartel da casa do Infantado	Mocambo
2ª Largo de Andaluz	No antigo cemitério	Andaluz
3ª Colégio dos Nobres	Nos alojamentos do colégio	Alto
4ª Rua do Salitre	No Pátio dos Monges Brunos	Andaluz

Fonte: Andrade (1824, p.24)

Quadro G.4: Quantitativo dos efectivos de Homens e Cavalos de uma Companhia de Cavalaria.

	Nº de Homens	Nº de Solípedes
Capitães	2	4
Tenentes Comandantes	2	4
Tenentes	2	2
Alferes	6	6
Sargentos	8	8
Furriéis	4	4
Cabos	24	24
Anspeçadas	24	24
Soldados	176	160
Trombetas	6	4
Ferradores	4	4
Total	258	244

Fonte: Guarda Nacional Republicana (1949, p.25)

ANEXO H

CONSTITUIÇÃO DA GML

Quadro H.1: Constituição da GML após a reorganização de 1890.

Esquadrões de Cavalaria da GML		Companhias de Infantaria da GML	
Capitães	4	Capitães	6
Tenentes	4	Tenentes	6
Alferes	8	Alferes	12
1 ^{os} Sargentos	4	1 ^{os} Sargentos	6
2 ^{os} Sargentos	12	2 ^{os} Sargentos	18
1 ^{os} Cabos	24	1 ^{os} Cabos	60
2 ^{os} Cabos	24	2 ^{os} Cabos	60
Soldados	280	Soldados	810
Clarins	8	Corneteiros	12
Aprendizes de Clarim	4	/	
Ferradores	4		
Aprendizes de Ferrador	4		
Total	380	Total	990
Resumo da Guarda Municipal de Lisboa			
	Oficiais	Praças de Pré	Cavalos
Estado Maior e Menor	11	49	7
Cavalaria	16	364	304
Infantaria	24	966	/
Total	51	1379	

Fonte: Noronha, 1949 p.92

ANEXO I

CONSTITUIÇÃO DA GMP

Quadro I.1: Constituição da GMP após a reorganização de 1890.

Esquadrões de Cavalaria da GMP		Companhias de Infantaria da GMP	
Capitães	1	Capitães	4
Tenentes	2	Tenentes	4
Alferes	2	Alferes	8
1 ^{os} Sargentos	1	1 ^{os} Sargentos	4
2 ^{os} Sargentos	4	2 ^{os} Sargentos	12
1 ^{os} Cabos	8	1 ^{os} Cabos	40
2 ^{os} Cabos	8	2 ^{os} Cabos	40
Soldados	90	Soldados	540
Clarins	2	Corneteiros	8
Aprendizes de Clarim	1	/	
Ferradores	2		
Aprendizes de Ferrador	1		
Total	122	Total	660
Resumo da Guarda Municipal do Porto			
	Oficiais	Praças de Pré	Cavalos
Estado Maior e Menor	6	36	4
Cavalaria	5	117	100
Infantaria	16	644	/
Total	27	797	

Fonte: Noronha, 1949 p.93

ANEXO J

DECRETO DE 12 DE OUTUBRO DE 1910

Numero 7—Anno 1910

Quinta-feira 15 de outubro

DIARIO DO GOVERNO

A correspondência oficial da capital e das provincias, *foras da porte*, bem como os periodicos que trocaram com o *Diario*, devem dirigir-se á Imprensa Nacional.
Anunciam-se todas as publicações litterarias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por anno 185000 | Anuncios, por linha 60
Ditas por semestre 102000 | Communicados e correspondencias, por linha 60
Numero avulso, cada folha de quatro paginas 40
Em conformidade da carta de lei de 24 de maio e regulamento de 9 de agosto de 1902, cobrar-se-hão 10 réis de sello por cada annuncio publicado no *Diario do Governo*

A correspondencia para a assinatura do *Diario do Governo* deve ser dirigida á Administracão Geral da Imprensa Nacional. A que respeito á publicacão de annuncios será enviada á Rua Nova do Almada n.º 3 e 41, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importancia.

SUMMARIO

PRESIDENCIA DO GOVERNO PROVISORIO DA REPUBLICA:

Decreto de 12 de outubro encarregando do Ministerio das Finanças o Sr. José Relvas, em substituição do Sr. Basílio Telles.
Decretos com força de lei de 12 de outubro:

Extinguindo as guardas municipais de Lisboa e Porto, mandando estudar a organização de um corpo de segurança publica para todo o país sob a denominação de Guarda Nacional Republicana e criando provisoriamente, em Lisboa e Porto, a Guarda Republicana.
Mandando considerar feriadões, para todos os effeitos, os dias 1 e 31 de janeiro, 5 de outubro e 1 e 25 de dezembro.

MINISTERIO DO INTERIOR:

Decreto de 12 de outubro:
Trovando o cargo de commandante da Guarda Republicana. Demittido dos respectivos cargos os directores geraes da instrucção secundaria, superior e especial e da instrucção primaria, e provendo os mesmos cargos.

Despacho demittindo do respectivo cargo o juiz de instrucção criminal.
Errata á relação dos livros adoptados no Lyceu de Aveiro durante o triennio de 1909-1910 a 1911-1912.

Declaração pela Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial, sobre pagamento de emolumentos.
Aviso aos candidatos a varias escolas primarias para completarem os seus documentos.

Despachos pela Direcção Geral da Instrucção Primaria, sobre movimento de pessoal.
Aviso de que as embarcações de pesca do alto mar ficam obrigadas a vista de saúde e a apresentação da respectiva carta.

MINISTERIO DA JUSTIÇA:
Despachos encarregando um juiz da comarca do Porto de proceder á imposição de sellos nos edificios desabitados e mobiliario das extintas associações religiosas na comarca do Porto, e o juiz da comarca de Porto de Mós de proceder a igual serviço no districto de Leiria.

Rectificação no mappa das despesas do Ministerio da Justiça, publicado em appendice ao *Diario* n.º 6, de 12 do corrente.

MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS:
Decreto de 11 de outubro, exonerando do respectivo cargo o director geral da marinha e provendo o mesmo cargo.

Annuncios, programas e condições de concurso para aforamento de varios terrenos situados nos districtos de Bolama e Geba, provincia de Angola.

MINISTERIO DO FOMENTO:
Despachos pela Secretaria Geral, sobre movimento de pessoal.
Relações de pedidos de registro de nomes industriais e de patentes e de addições a patentes de invenção.

Nota das patentes de invenção transferidas e dos titulos de deposito de desenhos de fabrica concedidos em setembro.

AVISOS E ANUNCIOS OFFICIAES:
Camara Municipal de Lisboa, aviso da transferencia para o dia 21 do leilão de barricas vazias annunciado para 4 do corrente.

Junta do Credito Publico, editos para averbamento de titulos.
Real Casa de Lisboa, annuncio de concurso para provimento de um lugar de prefeito.

Montepio Official, editos para habilitação de pensionistas.
Repartições de Fazenda dos bairros de Lisboa, edital acerca dos serviços de contribucão industrial de 1910.

Regimento de infantaria n.º 1, annuncio para arrematação de generos para rancho.
Caminhos de Ferro do Estado, annuncio para arrematação dos trabalhos de empilhamento e crivagem de carvão de pedra.

Mercado Central de Produtos Agricolas, mappa do manifesto e ratico do trigo nacional em setembro.
Observatorio do Instituto D. Luiz, boletim meteorologico.

Capitania do Porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.
Estação Telegraphica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANUNCIOS JUDICIAES E OUTROS.

SUMMARIO DOS APPENDICES
N.º 418 — Cotação dos fundos publicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 10 de outubro.

PRESIDENCIA DO GOVERNO PROVISORIO DA REPUBLICA

Tendo reconhecido o Governo Provisorio da Republica Portuguesa que o Sr. Basílio Telles, designado para Ministro das Finanças no momento da solemne proclamação da Republica, não pode assumir o exercicio das suas funções por motivo de doença, resolveu encarregar do Ministerio das Finanças o Sr. José Relvas, que hoje mesmo entrou em effectividade.

Paços do Governo da Republica, aos 12 de outubro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga* — *Antonio José de Almeida* — *Afonso Costa* — *Antonio Xavier Correia Barreto* — *Amaro de Azevedo Gomes* — *Bernardino Machado* — *Antonio Luis Gomes*.

Se necessário, a bem do serviço da Republica, organizar sobre novas bases um corpo de segurança publica para todo o país, o Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São extintas as guardas municipais de Lisboa e Porto.

Art. 2.º É nomeada uma commissão, composta do general de brigada do quadro da reserva Ernesto da Encarnação Ribeiro e dos cidadãos Manuel Maria Coelho e Manuel de Brito Camacho, para estudar a organização de um corpo da segurança publica para todo o país, que terá a denominação de guarda nacional republicana.

Art. 3.º Enquanto se não organiza a guarda nacional republicana, é criada, em Lisboa e Porto, a guarda republicana, para velar pela segurança e liberdade dos cidadãos, guardar os edificios publicos, etc.

Art. 4.º A organização d'esta guarda, de caracter meramente provisório, será feita segundo instrucções especiaes.

Art. 5.º Os quartéis, armamento, correamo e equipamento, gado e mais haveres do Estado, em carga á guarda municipal, serão devidamente arrolados e arrecadados, e ficarão em carga á guarda republicana.

Art. 6.º As pensões das praças reformadas da extinta guarda municipal continuarão a ser pagas pelo cofre da guarda republicana, enquanto não for providenciado por outro modo.

Art. 7.º Os officiaes e praças de pret da extinta guarda municipal serão postos á disposição do Ministerio da Guerra, com excepção das praças de pret que tiverem direito a reforma, a baixa de serviço ou a passagem á reserva, ás quaes serão dados esses destinos, se assim o desejarem.

Art. 8.º Tanto a futura guarda nacional republicana, como a guarda republicana, ficam dependentes do Ministerio do Interior.

Art. 9.º O presente decreto entrará desde já em vigor e será sujeito á apreciação da proxima assembleia nacional constituída.

Determina-se portanto que todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpiram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da Republica, aos 12 de outubro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga* — *Antonio José de Almeida* — *Afonso Costa* — *Antonio Xavier Correia Barreto* — *José Relvas* — *Amaro de Azevedo Gomes* — *Bernardino Machado* — *Antonio Luis Gomes*.

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São considerados feriadões, para todos os effeitos, os seguintes dias:

1 de janeiro — consagrado á fraternidade universal.

31 de janeiro — consagrado aos precursores e aos martyres da Republica.

5 de outubro — consagrado aos heroes da Republica.

1 de dezembro — consagrado á autonomia da patria portugueza.

25 de dezembro — consagrado á familia.

Art. 2.º As municipalidades poderão, dentro da area dos respectivos concelhos, considerar feriado um dia por anno, escolhendo-o de entre os que representam as festas tradicionais e caracteristicas do municipio.

Determina-se portanto que todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpiram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 12 de outubro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga* — *Antonio José de Almeida* — *Afonso Costa* — *Antonio Xavier Correia Barreto* — *José Relvas* — *Amaro de Azevedo Gomes* — *Bernardino Machado* — *Antonio Luis Gomes*.

MINISTERIO DO INTERIOR

Hei por bem nomear commandante geral da guarda republicana, criada por decreto d'esta data, para velar provisoriamente pela segurança e liberdades publicas, nas cidades de Lisboa e Porto, o general de brigada do quadro da reserva Ernesto da Encarnação Ribeiro.

Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 12 de outubro de 1910. — O Ministro do Interior, *Antonio José de Almeida*.

Direcção Geral de Administracão Politica e Civil

Despacho effectuado na seguinte data

Outubro 12

Decreto exonerando do cargo de juiz de instrucção criminal o bacharel Antonio Emilio de Almeida Azevedo.

Direcção Geral de Administracão Politica e Civil, em 12 de outubro de 1910. — O Director Geral, *José Barbosa*.

carneação Ribeiro e dos cidadãos Manuel Maria Coelho e Manuel de Brito Camacho, para estudar a organização de um corpo da segurança publica para todo o país, que terá a denominação de guarda nacional republicana.

Art. 3.º Enquanto se não organiza a guarda nacional republicana, é criada, em Lisboa e Porto, a guarda republicana, para velar pela segurança e liberdade dos cidadãos, guardar os edificios publicos, etc.

Art. 4.º A organização d'esta guarda, de caracter meramente provisório, será feita segundo instrucções especiaes.

Art. 5.º Os quartéis, armamento, correamo e equipamento, gado e mais haveres do Estado, em carga á guarda municipal, serão devidamente arrolados e arrecadados, e ficarão em carga á guarda republicana.

Art. 6.º As pensões das praças reformadas da extinta guarda municipal continuarão a ser pagas pelo cofre da guarda republicana, enquanto não for providenciado por outro modo.

Art. 7.º Os officiaes e praças de pret da extinta guarda municipal serão postos á disposição do Ministerio da Guerra, com excepção das praças de pret que tiverem direito a reforma, a baixa de serviço ou a passagem á reserva, ás quaes serão dados esses destinos, se assim o desejarem.

Art. 8.º Tanto a futura guarda nacional republicana, como a guarda republicana, ficam dependentes do Ministerio do Interior.

Art. 9.º O presente decreto entrará desde já em vigor e será sujeito á apreciação da proxima assembleia nacional constituída.

Determina-se portanto que todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpiram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da Republica, aos 12 de outubro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga* — *Antonio José de Almeida* — *Afonso Costa* — *Antonio Xavier Correia Barreto* — *José Relvas* — *Amaro de Azevedo Gomes* — *Bernardino Machado* — *Antonio Luis Gomes*.

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São considerados feriadões, para todos os effeitos, os seguintes dias:

1 de janeiro — consagrado á fraternidade universal.

31 de janeiro — consagrado aos precursores e aos martyres da Republica.

5 de outubro — consagrado aos heroes da Republica.

1 de dezembro — consagrado á autonomia da patria portugueza.

25 de dezembro — consagrado á familia.

Art. 2.º As municipalidades poderão, dentro da area dos respectivos concelhos, considerar feriado um dia por anno, escolhendo-o de entre os que representam as festas tradicionais e caracteristicas do municipio.

Determina-se portanto que todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpiram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 12 de outubro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga* — *Antonio José de Almeida* — *Afonso Costa* — *Antonio Xavier Correia Barreto* — *José Relvas* — *Amaro de Azevedo Gomes* — *Bernardino Machado* — *Antonio Luis Gomes*.

MINISTERIO DO INTERIOR

Hei por bem nomear commandante geral da guarda republicana, criada por decreto d'esta data, para velar provisoriamente pela segurança e liberdades publicas, nas cidades de Lisboa e Porto, o general de brigada do quadro da reserva Ernesto da Encarnação Ribeiro.

Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 12 de outubro de 1910. — O Ministro do Interior, *Antonio José de Almeida*.

Direcção Geral de Administracão Politica e Civil

Despacho effectuado na seguinte data

Outubro 12

Decreto exonerando do cargo de juiz de instrucção criminal o bacharel Antonio Emilio de Almeida Azevedo.

Direcção Geral de Administracão Politica e Civil, em 12 de outubro de 1910. — O Director Geral, *José Barbosa*.

Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial e Direcção Geral da Instrucção Primaria

Hei por bem decretar:

1.º Que sejam demittidos dos respectivos cargos o director geral da instrucção secundaria, superior e especial, Agostinho Celso de Azevedo Campos, e o director geral da instrucção primaria, Ildefonso Marques Mauz, devendo promover-se a aposentação d'este ultimo nos termos legais.

2.º Que para os logares vagos de Director Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial seja nomeado João Duarte de Menezes e de Director Geral de Instrucção Primaria João de Barros.

Paços do Governo Provisorio da Republica, em 12 de outubro de 1910. — *Antonio José de Almeida*.

Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial

4.º Repartição

Tendo saído com inexactidão a relação dos livros adoptados durante o triennio de 1909-1910 a 1911-1912, e Lyceu de Aveiro, para os devidos effeitos se declara que compendio adoptado no referido lyceu, para o ensino de 4.ª e 5.ª classes de alemão, é o *Cours Schweitzer et S monot, allemand, classe de cinquieme*.

Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior Especial, em 12 de outubro de 1910. — Pelo Director Geral, *J. M. de Queiroz Velloso*.

3.º Repartição

Eduardo Schwabach Lucci, inspector do Conservatorio de Lisboa, pagou na Recebedoria da Receita Eventual de Lisboa a quantia de 55414 réis de emolumentos e addicionaes, verba n.º 3315, pela licença de sessenta dias concedida por despacho de 8 do corrente, publicado no *Diario do Governo* n.º 4, de 10 do actual mês.

Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior Especial, em 12 de outubro de 1910. — Pelo Director Geral, *J. M. de Queiroz Velloso*.

Direcção Geral da Instrucção Primaria

3.º Repartição

Em conformidade com a portaria de 17 de setembro de 1908, publicada no *Diario do Governo* n.º 21, de 18 do mesmo mês, se publicam as seguintes relações dos candidatos a diferentes escolas a concurso, a quem faltam documentos ou indicações exigidos pelas instrucções do Conselho Superior de Instrucção Publica de 18 de janeiro ultimo, publicadas no *Diario do Governo* n.º 41, de 23 de fevereiro.

Estes candidatos tem, nos termos do n.º 2.º da mesma portaria, o prazo de quinze dias, contados da data da publicação d'este annuncio, para juntarem esses documentos na sede dos respectivos circulos escolares, sem o que não poderão ser admittidos aos concursos.

Circulo escolar de Alemquer

Escola para o sexo masculino da freguesia de S. Jo das Lampas, concelho de Cintra:

America do Carmo Carozo — requerimento inicial em 1 pel sellado.

Maria José — idem.

Brites da Assunção Santos — documento n.º 3 da alinea e o indicado na ultima parte do n.º iv do capitulo II das instrucções.

Carolina da Cruz — indicação da data do concurso que juntou documentos.

Maria Emilia Marques Henriques — documento n.º 7 alinea A).

Escola para o sexo masculino da freguesia de Vi Verde dos Francos, concelho de Alemquer.

Alfredo de Macedo — indicação da data do diploma.

Joaquim Vicente França — declaração do tempo de serviço como ajudante.

Maria Ezequiel Pinto — indicação da data do concurso que juntou documentos.

Circulo escolar de Evora

Escola para o sexo masculino da freguesia de S. Anna, concelho de Portel:

Augusta Rita de Carvalho — documentos 2, 3, 4, 6 da alinea A).

Maria Joaquina de Matos — idem.

Fonte: Arquivo Histórico da GNR

ANEXO K

LEI ORGÂNICA DE 3 DE MAIO DE 1911

Preâmbulo

Datam de longe as reclamações dos povos por falta de uma policia rural que lhes assegura o livre trânsito das estradas e caminhos e lhes proteja as propriedades contra os frequentes assaltos de vagabundos e malfeitores, que saqueiam os frutos e danificam as culturas.

Alguns municípios têm tentado organizar pequenos corpos de polícia rural para a guarda dos campos, mas, quer por falta de suficientes recursos materiais, quer por falta de uma conveniente organização e instrução, estes corpos não tem correspondido ao fim para que foram criados. Do mesmo modo os corpos de polícia civil dos distritos, empregados quase que exclusivamente no policiamento das capitais deixam sem protecção os campos e as povoações rurais.

Este lamentável estado de abandono a que se acham votados os campos faz-se sentir perniciosamente na riqueza pública por ficarem por cultivar muitos terrenos, visto não poderem os seus proprietários eficazmente. Não menos prejudicado é o Estado com este estado de coisas pela correlativa diminuição dos rendimentos públicos.

Outro não menos inconveniente da falta de um corpo de policia rural é o emprego constante das forças do exercito nesse serviço, em destacamentos com maior ou menor permanência nas povoações, ou nomeados eventualmente para acudir a um ou outro ponto onde a ordem pública tenha sido alterada; para o policiamento de feiras e arraiais ou para a condução de presos; tudo com bastante dispêndio para o Estado e prejuízo da instrução e educação militar, que o exército carece ter no mais alto grau de perfeição para o desempenho da mais alta missão que lhe está confiada, sem que, todavia, o serviço prestado por essas forças satisfaça cabalmente, como é óbvio, por falta de instrução adequada.

Em todas as nações cultas existem hoje, além dos corpos destinados à polícia urbana, outros perfeitamente organizados e instruídos para a polícia dos campos e povoações rurais, de que resultam incalculáveis benefícios para a segurança e tranquilidade dos povos...

ANEXO L

RELAÇÃO DOS EFECTIVOS DE HOMENS E CAVALOS EM 1911 E 1919

Quadro L.1: Relação dos efectivos de Homens e Cavalos, em 1911.

Unidades	Nº de Homens	Nº de Solípedes
Comando Geral	9	4
Grupo de Esquadrões	349	285
Batalhão nº1	819	4
Batalhão nº2	717	10
Batalhão nº3	610	204
Batalhão nº4	730	67
Batalhão nº5	954	100
Batalhão nº6	557	64
Companhia do Funchal	85	2
Companhia de Ponta Delgada	161	4
Total	4991	744

Fonte: Decreto de 3 de Maio de 1911

Quadro L.2: Relação dos efectivos de Homens e Cavalos por Arma, em 1919.

Arma	Nº de Homens	Nº de Solípedes	Nº de Mueres
Cavalaria	3947	3742	65
Infantaria	13390	153	127
Artilharia	462	145	234
Engenharia	243	53	70
Metralhadoras	436	38	141
Total	18478	4131	637

Fonte: Anuário da GNR, 1922

ANEXO M

COMPOSIÇÃO E ARTICULAÇÃO DO RC EM 1922

Quadro M.1: Composição do Regimento de Cavalaria.

Designação	Pessoal				Animal			Material de 2 Rodas
	Oficiais	Sargentos	Outras praças	Soma	De sela	De Tiro	Soma	
Estado-maior e menor	11	9	6	26	20	/	20	/
Regimento a 5 Esquadrões	25	40	610	705	725	10	735	5
Total Geral	36	49	646	731	745	10	755	5

Fonte: Guarda Nacional Republicana, 1997 p.5

Quadro M.2: Composição do Estado-maior e menor de um Regimento de Cavalaria (a 5 Esquadrões).

Designação	Homens			Solípedes		Viaturas	
	Oficiais	Sargentos	Outras Praças	De Sela	De Tiro	De 2 Rodas	De 4 Rodas
Estado-maior							
Comandante (Tenente-coronel)	1			2			
2º Comandante (Major)	1			2			
Médicos (Capitães ou Tenentes)	2			2			
Veterinários (Capitães ou Tenentes)	3			3			

Tesoureiro (Capitão ou Tenente do S.A.M.)	1			1			
Encarregado do Material de Guerra (Subalerno do Q.A.A.)	1			1			
Picador (Capitão ou Subalerno)	1			1			
Total	10			12			
Estado menor							
Sargento-ajudante do Picador		1		1			
2 ^{os} Sargentos Amanuenses		2					
1 ^{os} Cabos Amanuenses			2				
2 ^o Sargento (Mestre de Clarins)		1		1			
1 ^o Cabo (Contramestre de Clarins)			1	1			
2 ^o Sargento (seleiro- correeiro)		1					
2 ^o Sargento (serralheiro- espingardeiro)		1					
1 ^{os} Sargentos (enfermeiros hípicos)		2		2			
Cabo-fiel das arrecadações			1				
Serventes (Soldado do activo ou pensionista)			2				
Total		9	6	6			
Total Geral	10	9	6	18			

Fonte: Guarda Nacional Republicana, 1997 p.5

Quadro M.3: Composição de um Esquadrão.

Designação	Homens			Solípedes		Viaturas	
	Oficiais	Sargentos	Outras Praças	De sela	De Tiro	De 2 Rodas	De 4 Rodas
Oficiais							
Capitão	1			2			
Subalternos	4			8			
Total	5			10			
Praças de pré							
1º Sargento		1		1			
2ºs Sargentos		4		4			
2ºs Sargentos ou 1ºs Cabos Ferradores		3		3			
1ºs Cabos			8	8			
2ºs Cabos			8	8			
Aprendiz de ferrador			1	1			
2ºs Cabos clarins			4	4			
Aprendizes de Clarim			2	2			
Soldados			104	104			
Total		8	127	135			
Material							
Carros para transportes			1		2	1	
Total geral	5	8	128	145	2	1	

Fonte: Guarda Nacional Republicana, 1997 p.6

ANEXO N

ARTICULAÇÃO DO RC ANTES DA REESTRUTURAÇÃO

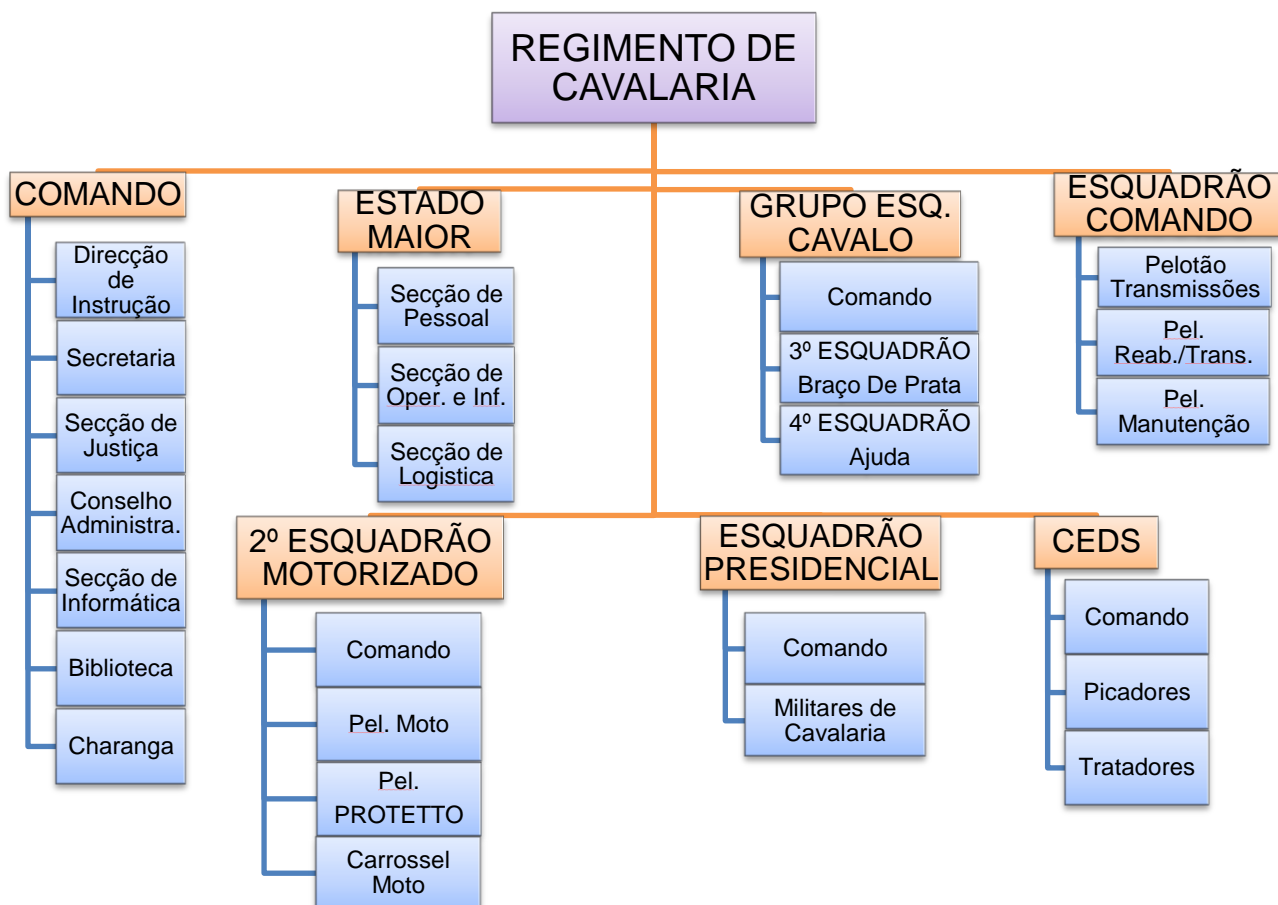


Figura N.1: Organograma do Regimento de Cavalaria.

Fonte: Sessão nº 4, da Cadeira M-225, Sistema de Armas e Tiro da GNR